

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

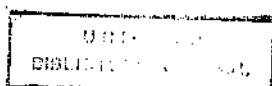
GRUPOS POLÍTICOS E ESTRUTURA OLIGÁRQUICA NO MARANHÃO (1850/1930)

FLÁVIO ANTONIO MOURA REIS

*Este exemplar corresponde a
revisão final da dissertação
deferida e aprovada pela
Comissão julgadora em 06/05/92*

Dissertação de mestrado apresen-
tada ao Dep. de Ciência Políti-
ca do IFCH/UNICAMP, sob a orien-
tação do dr. Luciano Martins.

1 9 9 2



A preparação de um trabalho acadêmico envolve um número bem maior de pessoas do que a assinatura solitária do texto final sugere. O apoio recebido vem de várias formas e não seria possível relacionar todos os envolvidos. Alguns, no entanto, tiveram tamanha importância que não podemos deixar de mencioná-los. Começo pelo prof. Luciano Martins, com quem contrai uma dívida intelectual difícil de ser recompensada, não só pela orientação, ao mesmo tempo livre e rigorosa, como pelos cursos ministrados na UNICAMP. O prof. Ribamar Caldeira, do departamento de Sociologia da UFMA, foi o principal responsável pelo meu interesse na pesquisa da história econômica e política do Maranhão. Os amigos Flávio Soares e Alfredo dos Santos Filho, em momentos diversos, muito ajudaram em nossas animadas conversas sobre aspectos da estrutura política brasileira. Devo agradecer aos colegas do departamento de História da UFMA, pela licença concedida para a realização desta pesquisa, entre 1989 e 1990, assim como à CAPES pelo financiamento do projeto. O apoio destas pessoas e instituições provavelmente teria sido em vão se não fosse o estímulo firme e decisivo da prof.^a Maria de Lourdes Lauande Lacroix, a quem este trabalho é dedicado.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO	3
Capítulo I - EMPRESARIADO COMERCIAL E PROPRIETÁRIOS RURAIS NA ESTRUTURA COMERCIAL DO MARANHÃO	
1. Retrospecto: algodão e açúcar	16
2. A problemática da transição e o desenvolvimento econômico nas primeiras décadas do século XX	17
NOTAS	29
Capítulo II - O PROCESSO POLÍTICO DE CONSTITUIÇÃO DA OLIGAR- QUIA	
1. A Constituição da oligarquia política regional e a crise dos anos 80	32
2. A política oligárquica no Maranhão (1890/1920)	46
3. A crise dos anos vinte e seu desfecho	67
NOTAS	89
Capítulo III - PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ES- TADO	
1. A estrutura tributária e os gastos do governo	96
2. Economia e Estado: a mediação da oligarquia	152
2.1 Setor de Serviços: o caso da navegação	153
2.2 Interesses privados e política	163
NOTAS	187
ESTADO E OLIGARQUIA: ALGUMAS CONCLUSÕES	197
NOTAS	210
ANEXOS	211
BIBLIOGRAFIA	222

I N T R O D U Ç Ã O

Este é um estudo sobre a formação de estruturas políticas no Maranhão e se insere na problemática geral da construção do Estado no Brasil, mais especificamente dos atores que tiveram um papel relevante nesse processo e nas relações entre centro político e províncias periféricas. Trabalhamos com a idéia geral, de inspiração weberiana, de que a construção do Estado Moderno requer a constituição de setores ou grupos encarregados das funções de mediação política. É preciso, no entanto, verificar empiricamente a forma através da qual esse grupo mantém laços com o poder central e com os segmentos regionais economicamente dominantes. O estudo da constituição da representação política permite discutir os vínculos que ela mantém com a Sociedade. Na verdade, a argumentação que se vai desenvolver procura analisar um modo de relação Estado/Sociedade onde a própria forma de organização da dominação política engendra uma categoria que detém o controle dos partidos e do Estado, com um grau de independência frente aos núcleos do poder econômico colocado desde a sua origem. A autonomização da instância política irá se colocar de maneira ainda mais clara justamente na passagem do Império para a República, momento visto tradicionalmente como de acentuação do controle dos interesses vinculados à propriedade agrária sobre a representação política e o Estado. Aos poucos o estudo vai se centrando na necessidade de especificar quem comanda o processo de oligarquização da política. O ponto de partida da indagação

está na nossa desconfiança em relação à capacidade de agregação de interesses a partir dos núcleos familiares de proprietários rurais. A realidade política de uma região comandada por núcleos de proprietários rurais parece ser as lutas de famílias, cujo potencial de desagregação traz elementos incompatíveis com as necessidades de construção do Estado Nacional. A defasagem entre as necessidades de geração de fatores de unificação e a realidade propícia à desagregação é o grande dilema do período imperial. Defendemos que a resposta ao problema está no próprio setor gerado para estabelecer vínculos entre instâncias de poder (centro/província/municípios) e que se qualificou também como mediador entre interesses econômicos privados e o aparelho do Estado.

O trabalho divide-se em três partes. Na primeira, elaboramos uma síntese da formação econômica da Província, onde a preocupação central foi de definir os principais setores da estrutura de produção e comercialização e discutir um pouco a dinâmica das transformações que a economia conheceu de meados do séc. XIX até a década de 1930. Em seguida, analisamos as motivações especificamente políticas para a constituição de um setor que se sobrepusesse ao faccionismo exacerbado das lutas de famílias e se afirmasse enquanto condutor das funções mais altas do poder Executivo, do Judiciário e da representação política. Por último, centramos a atenção nas características internas do Estado, nas suas relações com os interesses econômicos privados e no tipo de intermediação exercido pelo setor político. Os argumentos buscam especificar um padrão oligárquico de dominação política, e tentamos indicar os mecanismos através dos quais um setor retirou das próprias funções de mediação que explicam a sua origem os instrumentos

que irão lhe servir para sedimentar interesses próprios de perpetuação nos postos de mando. Preferimos deixar para as notas conclusivas a discussão de quais as implicações, para os estudiosos da formação de estruturas políticas no Brasil, que os aspectos enfocados na organização da dominação política regional podem trazer. Ou seja, naquilo que pode ser considerado uma inversão das regras acadêmicas, definimos os elementos da problemática no desenvolvimento do próprio estudo de caso e apenas posteriormente localizamos esses elementos no âmbito da bibliografia geral.

CAPÍTULO I

EMPRESARIADO COMERCIAL E PROPRIETÁRIOS RURAIS NA ESTRUTURA

ECONÔMICA DO MARANHÃO

1. RETROSPECTO: ALGODÃO E AÇÚCAR

A economia maranhense durante o período imperial sustentou-se principalmente na exportação de algodão e açúcar. A região foi incorporada ao sistema mercantilista na segunda metade do séc. XVIII, através da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, e conheceu uma rápida alta nas exportações de algodão entre o final do séc. XVIII e o início da década de 1820. Quase toda a produção vinha das localidades às margens do rio Itapecuru e algumas cidades da Baixada. A chamada área de Pastos Bons, no alto Parnaíba, fora alcançada pela trilha do gado e precariamente ocupada como extensão do Nordeste açucareiro, a ele vinculando-se comercialmente, através do sertão, quase sem ligações com o litoral. No início do séc. XIX, as áreas do Mearim e Pindaré permaneciam pouco devassadas. (Ver anexo I)

Nas décadas de 1830 e 1840, a Província tinha dificuldades de mercados para o algodão, já normalizado o suprimento internacional depois das guerras de independência da América do Norte, do período de Napoleão e seus efeitos sobre o mundo colonial. Neste período, surgiram conflitos localizados, lutas de facções municipais, que vão se desdobrando em movimentos de insatisfação popular. O maior de todos, a Ba

laiada, iniciou-se em fins de 1838 e durou cerca de três anos, desenrolando-se principalmente nas regiões do Itapecuru e Parnaíba. Os efeitos do conflito sobre a economia regional prolongaram-se durante a década de 1840, somando aos problemas de mercado, o aumento das dívidas dos proprietários rurais e a necessidade de reconstrução em terras que já não tinham a mesma produtividade de meio século atrás. O governo provincial, então, promoveu uma campanha estimulando a produção de cana-de-açúcar e a construção de engenhos como meio de salvação econômica. Os preços do açúcar no mercado internacional estavam em alta, puxados pelo fim da escravidão nas Antilhas inglesas e consequente desorganização da produção. Na Baixada e no vale do Pindaré, onde estavam as melhores terras para a cana, logo iniciaram-se as construções de engenhos. O historiador Jerônimo de Viveiros anotou a existência de 410 engenhos em 1860, ressaltando que o esforço teria resultado da venda de fazendas de gado no Itapecuru e abandono de plantações de algodão.¹ O Mearim também se tornou pólo atrativo, com terras novas e férteis para o algodão, arroz, milho e mandioca.

O estabelecimento de um sistema agro-exportador no Maranhão obedeceu a duas fases distintas. A primeira, abrange o período da crise do antigo sistema colonial (1808/1820) até a metade do séc.XIX. As principais questões desta fase são a formação de um esquema próprio de financiamento da produção, independente das reinversões de casas comerciais com sede na Metrópole, e a constituição de um setor empresarial local, concentrado em S.Luís, a capital da Província e sede do porto por onde era escoada a produção. Nesse período, o nascente sistema agro-exportador assentava-se predominantemente sobre o algodão. A se-

A segunda fase inicia-se em meados do séc. XIX e estende-se até a crise do final do século, quando o sistema é modificado em sua base produtiva, a grande plantação especializada e o braço escravo, e em suas vinculações comerciais, o mercado exterior. Nessa fase, a agro-exportação conheceu os surtos de diversificação do capital mercantil, num primeiro momento inversões no setor de serviços e, posteriormente, no setor fabril, basicamente indústria têxtil. Além disso, o setor agrário de exportação assentava-se na produção de algodão e açúcar. Antes de analisarmos os problemas que cercavam a produção agrícola, daremos uma rápida notícia sobre a diversificação das atividades no momento de constituição efetiva do sistema exportador.

Entre as décadas de 1850 e 1870, o capital mercantil acumulando na agro-exportação deu seus primeiros passos na construção de um setor de serviços, a exemplo do que ocorria em outros pontos do País. No ramo dos transportes dominava a navegação fluvial, toda feita por barcos a vela e canoas. Fracassada a primeira tentativa de introduzir o vapor (1851/54), o governo provincial contratou com duas firmas comerciais da Capital, em 1856, a criação de uma companhia para cobrir os rios Itapecuru, Mearim e Pindaré. Os comerciantes deveriam, ainda, organizar duas linhas costeiras, uma para o Norte, até Manaus, outra para o Sul, a princípio até o Ceará e depois estendendo-se para o Recife. Em 1870, a frota compunha-se de nove vapores, com capacidade total para 1.432 toneladas, servindo a cinco linhas internas e duas interprovinciais.² Os vapores facilitaram as ligações com a Capital, mas não absorveram todo o movimento da navegação fluvial. As pequenas embarcações a vela mantiveram sua importância, principalmente no trânsi-

to entre municípios do interior. César Marques indicou a existência de 295 embarcações a vela registradas em 1870.³

Parte dos habitantes de S.Luís, até meados do século passado, abastecia-se da água vendida por Ana Jansen, famosa matrona local, comerciante e latifundiária, proprietária de poços nos arredores da cidade. Em 1856, o governo da Província concedeu o privilégio da venda de água, por sessenta anos, para uma companhia que deveria canalizar água do rio Anil. A Companhia das Águas do Rio Anil pouco realizou, sofreu oposição dos vendedores de água e foi incorporada, em 1875, pela Companhia das Águas de S.Luís, uma empresa organizada por quatro grandes comerciantes da Capital. A nova companhia manteria-se até o início da década de 1920, quando os serviços de água e esgotos passaram a ser efetuados por uma companhia norte-americana.⁴

Os serviços de iluminação pública na Capital são de 1863. Dois americanos firmaram contrato com o Presidente da Província, em 1861, e negociaram a concessão com a Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão. Não conseguimos informações sobre os fundadores da empresa, mas a diretoria, durante a década de 1870, era integrada por importantes comerciantes da Capital, como Carlos Ferreira Coelho, José Domingos Moreira e Agostinho Coelho Fragoso. Em 1870, os serviços da Companhia atingiam 9 repartições públicas, 443 casas particulares e 488 combustores nas ruas.⁵

A história dos bancos se inicia em 1846, ano da organização do Banco Comercial do Maranhão. Empreendimento bem sucedido, formado com capital de quatrocentos contos, e que funcionou até 1856, pagando dividendos altos, média anual de 22% do valor das ações, cuja cotação

no mercado alcançou ágio de 50%.⁶ O Banco possuía licença de funcionamento por vinte anos, mas o fim das operações foi determinado pelo governo central, interessado na criação de uma Caixa Filial do Banco do Brasil. No final de 1857, o comerciante Joaquim Marques Rodrigues comandou a organização do Banco do Maranhão, a primeira das três instituições bancárias que teriam vida mais longa na Província. Iniciou as operações em maio de 1858 e os dividendos pagos até 1870 foram, em média, de 13% ao ano, do capital de mil contos. As ações conseguiram valorização de 40% acima do preço nominal. Para se ter uma idéia do montante empregado, o valor das exportações da Província estava entre dois e três mil contos. Em 1869, entrou em funcionamento o Banco Comercial, uma iniciativa dos negociantes Martinus Hoyer e João Pedro Ribeiro, com capital de dois mil contos. Diferente destes, que realizavam somente operações de desconto, depósito a juros, câmbio e empréstimos de curto prazo, o Banco Hipotecário e Comercial, fundado em 1877, visava, pelo menos em sua concepção geral, o auxílio à lavoura. Na verdade, seus estatutos favoreciam os empréstimos sobre hipotecas urbanas. Entre 1877 e 1913, realizaram-se 248 empréstimos urbanos, no valor de 2.395 contos, e apenas 99 sobre hipotecas rurais, na metade daquele valor.

Ao término da década de 1870, duas considerações devem ficar registradas: a) o Maranhão já havia iniciado a diversificação do capital mercantil no setor de serviços e incorporado a forma de iniciativa empresarial das sociedades de capital aberto; b) existia um processo de urbanização da riqueza, no sentido de concentração das disponibilidades monetárias no setor de empresários comerciais das atividades de

exportação e importação. Esses empresários, continuando a tradição dos velhos negociantes de "grosso trato" do final do período colonial, tinham um padrão de reprodução da riqueza através de inversões diversificadas. O financiamento da produção estava predominantemente alicerçado em adiantamentos dos comerciantes aos fazendeiros, em dinheiro ou fatores de produção, como escravos e instrumentos. Tal forma de vinculação, que envolvia uma diferenciação entre o setor de produção agrícola e o setor de comercialização externa, existia desde a integração tardia do Maranhão ao mercantilismo, no final do séc. XVIII, e seria aprofundada no decorrer do séc. XIX. O setor comercial de importação e exportação tornou-se o motor do sistema econômico, credor da maioria dos fazendeiros de algodão e senhores de engenho e o principal agente dos surtos de diversificação das atividades econômicas. Nos próximos anos, outros empreendimentos continuaram aparecendo: uma nova companhia de navegação fluvial, duas companhias de seguros, uma empresa voltada para a prensagem e armazenamento do algodão vindo do interior, um engenho central. Nesse momento, a lavoura da cana-de-açúcar passava por rápido crescimento, enquanto a exportação do algodão mantinha a mesma média das duas décadas anteriores. Os quadros seguintes mostram o rendimento das exportações de algodão e açúcar.

EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO E AÇÚCAR (ton.)

PERÍODOS	ALGODÃO		AÇÚCAR	
	média anual	% exp. Brasil	média anual	% exp. Brasil
1851/60	4.227	30,0	-	-
1861/70	4.664	16,0	1.896	1,7
1871/80	4.512	12,0	6.966	4,0

FONTE: Maranhão: Viveiros, cit., pp.421/22;
Brasil: Cano, Raízes ..., p.271.

EXPORTAÇÕES DO MARANHÃO

ANO ¹	<u>ALGODÃO</u>		<u>AÇÚCAR</u>		<u>OUTROS GÊNEROS</u> ²
	ton.	contos	ton.	contos	contos
1880/81	4.428	2.165	12.749	1.243	284
1881/82	5.030	2.136	14.433	1.412	395
1882/83	4.040	1.884	14.344	1.396	345
1883/83	4.082	1.782	13.696	1.430	3x3 ³
1884/85	3.665	1.734	10.966	765	269
1885/86	3.902	-	14.328	-	-
1886/87	3.043	-	10.928	-	-

NOTAS: (1) ano financeiro (Jul a Jun)

(2) exceto os couros

(3) ilegível no original

FONTE: Fala do Presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Melo, 15/03/1886 (anexos); Fala do Presidente da Província, João Bento de Araújo, 11/02/1888, p.54.

Durante as duas últimas décadas do Império, portanto, a economia maranhense sustentou-se através das exportações de algodão e açúcar. O primeiro destes gêneros já passava por sérios problemas de colocação no mercado mundial, desde a década de 1820, e, na segunda metade do séc. XIX, o nível das suas exportações manteve-se praticamente estático. Isso apesar do suprimento das têxteis européias ter sido novamente afetado na década de 1860 pela Guerra Civil norte-americana. A participação do Maranhão no total das exportações brasileiras de algodão caiu de 30% na década de 1850 para 17% na década de 1880. O inverso ocorreu com a produção do açúcar, que aumentou significativamente, tendo sua exportação passado da média anual de 1.986 toneladas na década de 1860 para 13.063 nos anos oitenta. Praticamente toda a produção da Província colocava-se no mercado internacional. No exercício de 1865/66, por exemplo, 95% do valor das exportações globais realizou-se

no exterior, não passando de 5% o valor do comércio interprovincial (excetando-se os negócios de re-exportação). Duas décadas depois, o quadro sofreu pequena alteração: entre 1884/85 e 1886/87 aqueles percentuais foram, respectivamente, 70 e 30%.⁷

Dois problemas costumam ser destacados na literatura como os mais sérios entraves para que o sistema exportador do Maranhão conseguisse modernizar sua estrutura produtiva e chegasse ao final do século em condições de competitividade no mercado internacional: a falta de mão-de-obra e a escassez de capital no setor agrário. O primeiro deles teve sua expressão mais significativa nas vendas de escravos para as prósperas províncias cafeeiras e na dificuldade em submeter a população livre ao trabalho nas fazendas. O segundo, apresentou-se principalmente sob a forma de endividamento e descapitalização crescentes dos grandes proprietários rurais, presos numa cadeia de débitos junto aos comerciantes exportadores.⁸ Os próprios fazendeiros e senhores de engenho tratavam de estabelecer a relação entre os dois problemas, insistindo que a alienação dos ativos estava determinada pela situação de insolvência financeira frente ao setor comercial. Vejamos sucintamente as duas questões.

Os proprietários rurais referiam-se à abolição sem indenização como o meio mais rápido de levar a produção agrícola à "derroçada total". Não havia, note-se, propriamente uma resistência decidida ao fim da escravidão enquanto tal, por supor ser impossível organizar a produção em novos moldes em período relativamente rápido. A atitude dos proprietários rurais na década de 1870, quando da intensificação do tráfico interprovincial, em defender firmemente a extinção do impos

to sobre a venda dos escravos, mostrou justamente o contrário. O setor do grande comércio de exportação, que teve no escravo uma das principais garantias dos empréstimos concedidos, foi quem defendeu a necessidade de "estancar a perda de braços". Um simples dado chama a atenção: mesmo com a venda de escravos a produção não sofreu quedas, inclusive aumentando significativamente no caso do açúcar. Por outro lado, o Censo de 1872 já indicava que o número de homens livres (86.939) trabalhando na lavoura era superior ao dobro dos escravos (36.964) ocupados nesta atividade, registrando ainda que metade da população escrava não estava na agricultura.⁹ Na verdade, dois importantes fatores de atração de mão-de-obra definiram os novos termos do problema: as secas do nordeste semi-árido (1877/79, 1888, 1900) e a expansão da borracha na Amazônia. A economia extrativa cresceu vertiginosamente na Amazônia entre o final do séc. XIX e a I Guerra, ocasião em que a entrada da produção asiática aumentou a oferta no mercado, forçou a queda dos preços e terminou deslocando o centro da produção internacional. Todo o aumento verificado nas décadas de expansão da produção brasileira resultou da incorporação de maior número de trabalhadores, já que não houve alteração nas técnicas de extração da borracha. A imigração nordestina foi o suporte de todo o processo. Criou-se um fluxo de mão-de-obra, onde muitos nordestinos assentaram-se em terras férteis do Pará e Maranhão, ampliando a fronteira agrícola. No caso do Maranhão, esse fluxo foi fundamental na definição de um novo tipo de estrutura produtiva no meio rural. A abundância de terras dificultou o recrutamento dos homens livres para o trabalho nas grandes fazendas, sendo este o principal motivo da pecha de "sertanejos vadios" que os acompanhou por vári-

os anos. O estabelecimento de homens livres em pequenas plantações localizadas no interior das grandes propriedades ou em terras devolutas integradas à agricultura mercantil, ainda em plena vigência do escravismo, é uma hipótese que precisa ser considerada para entendermos por que a venda de escravos não implicou em queda dos níveis de exportação. Apesar da existência de esparsas referências sobre o emprego de trabalhadores diaristas, o quadro parece ser de dificuldades dos grandes proprietários de estabelecerem relações de assalariamento com a maioria da população livre. A solução do problema foi se delineando aos poucos. Houve uma subordinação da mão-de-obra livre à agricultura mercantil, através da organização de circuitos de financiamento que, em síntese, repassavam para o pequeno produtor as antigas relações de endividamento entre os grandes proprietários rurais e os comerciantes exportadores.¹⁰ Progressivamente os antigos senhores que permaneceram no setor algodoeiro diminuíram a área cultivada e estabeleceram relações de subordinação econômica com os pequenos plantadores, que ficavam obrigados a vender-lhes o produto como pagamento de uma renda pela exploração da terra.

O outro problema a que nos referimos diz respeito à escassez de capital monetário no setor rural. Aqui tocamos em um aspecto bastante comum a todos os sistemas regionais de exportação estabelecidos no Brasil, pois o setor mercantil comandava toda a estrutura de comercialização externa e financiamento da produção.¹¹ As grandes casas de comércio formavam um oligopólio comercial, concentrando a comercialização dos principais gêneros e as importações, e um oligopólio financeiro, controlando a oferta de capital monetário e impondo duras condi-

ções de reembolso para a concessão de empréstimos. Sobre esta última característica, note-se que os poucos bancos existentes foram organizados por grandes comerciantes e facilitaram os negócios do próprio setor de exportação/importação. Poucos proprietários rurais conseguiam empréstimos bancários; normalmente o comerciante levantava o dinheiro e o repassava a taxas de juros mais altas. Existia, pois, uma concentração de capital monetário no grande comércio, característica que se reafirmou com a evolução do sistema exportador. Retomando a situação do Maranhão, é necessário reafirmar que a origem da descapitalização sofrida pelos proprietários rurais na segunda metade do séc. XIX originou-se na perda crescente de mercados para a colocação do algodão e do açúcar. As relações de financiamento da produção através do setor de comercialização externa fizeram parte da gênese do sistema exportador. Devemos atentar ainda para duas observações: a) a afirmação do algodão enquanto produto de exportação, cultivado sob o regime de grande propriedade e trabalho escravo, entre o final do séc. XVIII e o início do séc. XIX, deu-se fundamentalmente pelos problemas conjunturais do mercado internacional, a partir do que a possibilidade de preservar mercados viria inevitavelmente da melhoria nas técnicas de produção. A decisão de investir seria do produtor, e os proprietários rurais optaram, no início do século, por aumentar o estoque de escravos, o que lhes foi concedido através de empréstimos do setor de comercialização; b) a constituição de um ramo açucareiro não seria possível sem o concurso do financiamento das casas comerciais.¹²

A questão central para a descapitalização foi o declínio dos

preços durante toda a segunda metade do séc. XIX, salvo, no caso do algodão, durante o período da Guerra Civil nos Estados Unidos. No entanto, esta já irrompeu quando se efetuava o deslocamento dos investimen-
tos para a construção de engenhos, contribuindo para que a resposta em
termos de volume da produção não correspondesse ao estímulo do merca-
do. S. Paulo e Pernambuco aproveitaram o "boom" e lideraram as expor-
tações de algodão na década de 1860. Em relação ao açúcar, o mercado
internacional passou por sérias alterações até o final do século. Três
fatores acirraram decisivamente a competição: a) a reorganização da
produção das Antilhas; b) a importância crescente do açúcar de beterra-
ba, que levou sua participação de 8 para 48% no total da produção mun-
dial, entre 1840 e 1880; c) a expansão da produção cubana, estimulada
pelas relações com o mercado norte-americano. O aumento da competição
ocasionou uma queda acentuada no preço médio da tonelada brasileira.
Wilson Cano avaliou que os preços da década de 1880 equivaliam a 44%
dos valores alcançados na década de 1820. Em suma, o Maranhão fez um
esforço para expandir sua produção em um quadro de crescentes dificul-
dades para as exportações brasileiras de açúcar.¹³ No início do sécu-
lo XX, mesmo Pernambuco estava praticamente fora do mercado internacio-
nal, voltando-se para o suprimento nacional.

2. A PROBLEMÁTICA DA TRANSIÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Podemos agora centrar a análise nos efeitos da Abolição so-
bre o conjunto do sistema produtivo, dividindo-a em duas partes: as
transformações no meio rural e a aceleração dos investimentos no cená

rio urbano, especialmente a criação das fábricas têxteis.

A integração da população flutuante de "sertanejos vadios" na pequena plantação mercantil indicava a possível solução para o problema da organização do setor agrário. A dificuldade estaria na aplicação desse sistema para a cultura canavieira, onde os pequenos fornecedores sempre ocuparam uma posição complementar. O rápido declínio das exportações de açúcar na década de 1890 expressa a perda de importância da grande unidade produtiva no meio rural maranhense. A incapacidade dos senhores de engenho em estabelecerem formas de assalariamento como regime de trabalho predominante é um detalhe que necessita de maior esclarecimento, mas deve estar relacionado à situação de insolvência financeira da grande maioria dos produtores. Nesse quadro, a grande plantação resistiria apenas se houvesse um subsídio governamental ou recuperação dos preços, que possibilitassem a diminuição das dívidas dos proprietários frente aos comerciantes e a manutenção do volume de inversões no setor açucareiro. Como não se verificou nenhum dos dois estímulos, houve o rápido declínio da produção. A quantidade de açúcar entrado na Capital, por exemplo, entre 1896 e 1898, foi, respectivamente, 4.328, 3.320 e 2.800 toneladas, indicando uma trajetória descendente e muito abaixo da média de 13 mil toneladas exportadas, da década de 1880. A produção do algodão também caiu, mas não de forma tão acentuada: o volume entrado na Capital durante o quinquênio de 1891/95 foi de 3 mil toneladas, em média anual, 25% abaixo da média histórica das décadas anteriores. De qualquer forma, mostrou-se suficiente para garantir o suprimento das fábricas têxteis, que surgiram em ritmo acelerado no período. Caía a exportação de algodão, mas crescia a produção de cereais, principalmente mandioca e milho, também pra

ticada sob o sistema de pequena plantação. A farinha de mandioca teve uma produção média de cerca de 10 mil toneladas anuais na década de 1890 e foi quase toda vendida fora do Estado. Em 1898, entraram 16 mil toneladas na Capital, das quais 12.500 foram comercializadas com os mercados próximos (Amazonas, Pará, Ceará). As médias trienais da quantidade de milho vinda do interior também evoluíram: 2.276 ton.(1891/93), 5.378 ton.(1894/96), 7.410 ton.(1897/99).¹⁴

É possível resumir as linhas gerais do sistema de produção agrícola. O declínio das grandes plantações foi acompanhado da multiplicação de pequenas unidades ("roças") localizadas no interior das grandes propriedades ou na vasta extensão de terras devolutas. Provavelmente, o primeiro caso predominou nas regiões de ocupação mais antiga e maior densidade populacional, como o Itapecuru, enquanto o segundo tornou-se típico de toda a região de fronteira agrícola, a partir do médio Mearim, no sentido oeste. Um dos principais efeitos dos problemas enfrentados pela grande plantação no final do século foi o deslocamento de proprietários rurais do âmbito da produção direta para o da comercialização interna, apropriando-se do produto dos pequenos plantadores. Essa mudança na atuação econômica do proprietário rural tornou-se possível devido ao controle exercido sobre as máquinas de beneficiamento primário, ao pagamento da renda da terra, quando fosse o caso, e às possibilidades de efetuar um adiantamento, sob a forma de instrumentos de trabalho (enxadas, pás, sementes) e gêneros de consumo (tecidos, linhas, querosene, fumo, sal). A origem do financiamento estava nas antigas relações estabelecidas entre proprietários rurais e o grande comércio de exportação/importação. Em síntese, o sistema combina-

va um setor de produção agrícola bastante fragmentado, uma rede de comerciantes intermediários, que concentravam a produção no âmbito do beneficiamento, e as firmas exportadoras de S. Luís, compradoras de grandes quantidades e responsáveis pela comercialização final. Essa configuração permaneceu durante toda a primeira metade do séc. XX. Um dado significativo pode ser lembrado: de acordo com o Censo de 1940, os estabelecimentos de 1 a 5 hectares no Maranhão correspondiam a 72% do número total e respondiam por 60% da produção agropecuária. Os grandes estabelecimentos, de mais de 500 ha. respondiam por apenas 18% do valor total da produção.

O outro aspecto em que precisamos nos deter é a constituição de um setor fabril têxtil. A primeira fábrica de tecidos do Maranhão data de 1883 e localizava-se na cidade de Caxias, região do Itapecuru. Entre 1890 e 1895, outras 14 têxteis entraram em funcionamento no Estado, totalizando um capital realizado de dez mil contos e empregando cerca de três mil operários.¹⁵ A questão que se coloca não é o por que do surgimento da indústria têxtil, pois a diversificação do capital comercial no setor de serviços e na formação da indústria leve de consumo é um caminho normal na evolução dos sistemas primário-exportadores. O importante é distinguir as razões da brusca aceleração dos investimentos em curto espaço de tempo. Três parecem ter sido os condicionantes fundamentais:

a) a conjuntura da Abolição abalou o setor que mais absorvia as inversões do grande comércio. Em momento de muitas incertezas quanto à capacidade de manutenção do setor açucareiro, o rápido sucesso da fábrica União Caxiense indicou ao empresariado comercial de S. Luís um emprego viável para o capital. Assim, o primeiro estímulo foi a

possibilidade de encontrar no setor têxtil uma taxa lucratividade maior e mais segura do que a oferecida pela indústria açucareira. Não é por acaso que o suporte financeiro e gerencial das grandes casas comerciais estava por trás dos novos investimentos industriais;

b) as modificações na política econômica do governo central nos primeiros anos da República, que caracterizaram o período conhecido como "Encilhamento". Expansão da oferta de moeda, crédito fácil e uma nova legislação para a organização de sociedades anônimas - que, entre outras coisas, reduzia os entraves burocráticos vigentes desde 1860 e permitia a entrada das companhias no mercado de ações com apenas 10% do capital nominal já integralizado - foram alguns dos pontos que aceleraram enormemente a reunião de capital para a criação do setor industrial. A valorização rápida das ações atraiu poupança tradicionalmente aplicada em apólices federais e estaduais e absorveu as pequenas economias;¹⁶

c) a possibilidade de conseguir mercados no eixo Norte / Nordeste. A lógica do surgimento de grandes unidades têxteis não poderia ser, em termos estruturais, simplesmente o suprimento de um mercado interno em momento de diminuição do rendimento do setor agrícola.

O estudo do reordenamento dos mercados é essencial para compreendermos o que ocorria na economia maranhense a partir da década de 1890. No final do séc. XIX, o comércio nacional passou a responder pela maior parte do total realizado pelas firmas da Capital, alterando completamente o quadro anterior de supremacia do comércio internacional. Em 1899, primeiro ano após a Abolição para o qual dispomos de dados, o valor das exportações foi o equivalente a 26% do total comercial

lizado, enquanto o comércio interestadual atingiu 74%, quadro que permaneceu sem variações sensíveis até a I Guerra. No triênio de 1911 a 1913, os percentuais foram, respectivamente, 19 e 81% do total. O setor têxtil favoreceu-se amplamente da isenção do imposto interestadual de exportação para seus produtos. No início do século, a chamada "exportação livre", praticamente toda dirigida ao mercado nacional, respondia por cerca de 70% do valor global das exportações, e nela destacava-se a importância do comércio de tecidos, cujos valores corresponderam a 41% do total "livre" em 1902 e 52% em 1903. Apesar de não conseguirmos reunir os dados suficientes, é provável que a manutenção do valor das exportações gerais do Estado entre 1900 e 1915 tenha sido possível devido às vendas de tecidos e cereais (já incluindo o arroz, depois da lei federal de 1906 que sobretaxou a saca importada), pois a comercialização externa do algodão continuou a declinar, atingindo um nível crítico no período de 1908 a 1912, quando a média anual não chegou a 400 toneladas.¹⁷ É preciso reavaliar a noção corrente de que as fábricas têxteis representaram um grande equívoco do empresariado. O raciocínio aqui esboçado indica sua importância na redefinição dos laços comerciais do Maranhão, num momento em que o sistema exportador, nas suas características clássicas de grandes plantações voltadas para o mercado internacional, estava posto em xeque. Sem a construção do setor fabril, os problemas da economia poderiam ter sido maiores, com uma queda mais acentuada no conjunto das atividades produtivas e no ritmo da acumulação no núcleo das grandes firmas comerciais.

Iniciada a transição para um novo tipo de sistema produtivo, na década de 1890, o ritmo de crescimento da economia maranhense conti

nuou dependendo da performance do setor comercial. Através de suas oscilações, podemos distinguir períodos gerais de expansão e retração.

Existe uma certa estagnação no período de 1899 a 1915, que pode ser percebida no Anexo III, apesar da inexistência de dados entre 1904 e 1910.¹⁸ Houve uma grande retração, principalmente entre 1908 e 1912 na exportação, enquanto o comércio interestadual manteve o nível, com tendência de alta após 1911.¹⁹ A queda acentuada no valor das exportações acompanhou a diminuição do preço médio do algodão, que passou de 981 réis o kg., em 1904, para 541 e 538 em 1905 e 1906. Cairia ainda mais nos anos seguintes. A "estagnação" no valor geral das exportações deve-se, então, a um aumento no comércio nacional, que recebeu novo impulso com o crescimento da produção de arroz. O volume de arroz pilado vendido pelo Maranhão de 1897 a 1903 não ultrapassou 1557 toneladas, ao passo que somente no ano de 1914 já era de 5.120 toneladas. Ao contrário dos outros cereais, sobre o arroz pilado não incidia imposto de exportação, recaindo apenas sobre o arroz em casca, comercializado em menor escala e com saída pelo porto da Capital. É importante observar que durante a primeira fase de expansão do comércio interestadual (1890/1915), os importadores mantiveram as ligações do Maranhão com o mercado europeu. A maioria das grandes firmas possuía várias secções (compra e venda de produtos primários e artigos diversificados, representações, consignações, cobranças, agência marítima) e enquanto a área de exportação direcionou-se para o mercado nacional, o setor de importação permaneceu com pelo menos metade do seu estoque sendo remetido pelo exterior.

A conjuntura da I Guerra marcou o início de um período de ex

expansão geral do comércio maranhense. Os principais produtos, algodão, tecidos, arroz, farinha e couros, experimentaram rápida valorização. A crescente-se a entrada do babaçu no mercado de óleos vegetais. O comércio internacional passou da média anual de 19% da exportação geral no período de 1911/13 para 43% no quinquênio de 1919 a 1923. O comércio interestadual diminuiu sua participação percentual no cômputo global, mas triplicou os valores nominais entre os mesmos períodos. Res saltaremos três consequências principais desse surto de expansão comercial: a) a praça de S. Luís superou a relativa estagnação dos anos anteriores e o giro dos negócios alcançou um novo patamar; b) o setor comercial voltou a realizar grande parte dos lucros no mercado interna-cional; c) a impossibilidade de manter a importação tradicional de artigos da Europa forçou maior integração, agora pelo lado do suprimento, ao mercado nacional, com o Rio de Janeiro tornando-se o grande fornecedor. O balanço comercial do Estado, que entre 1911 e 1913 acumulou déficits quase iguais ao rendimento das exportações, teve saldos positivos entre 1916 e 1919. É necessário indicar, no entanto, um aspecto pouco observado em relação aos mecanismos de acumulação das grandes casas comerciais de S. Luís: não havia dependência estreita entre o ritmo das exportações e o das importações. O comércio maranhense mantinha uma tradição de fornecedor para grande parte do Piauí, Ceará e norte de Goiás. A acumulação no comércio sempre contou com a revenda de productos como um dos seus suportes, e em mais de uma ocasião os grandes comerciantes lutaram contra a cobrança dos impostos sobre mercadorias vindas de outros pontos do País.

A partir de meados da década de 1920, com a normalização do

mercado mundial e já configurada a queda geral no nível dos preços dos vários produtos, o Maranhão voltou a depender fundamentalmente de suas relações interestaduais. A decadente economia amazônica não representava mais o mercado importante de duas décadas atrás, mas a expansão da indústria têxtil e de óleos comestíveis favoreceu o crescimento das vendas de algodão e babaçu para o Rio de Janeiro e S.Paulo. Os produtos das têxteis locais continuaram sendo comercializados nos mercados regionais próximos. O sistema econômico equilibrava-se precariamente através da comercialização de vários produtos, onde as quedas nas cotações de uns levavam ao aumento das inversões em outros. Não existia mais a "especialização" da economia colonial.

A crise de 1929 não ocasionou declínio na produção agrícola do Estado. Arroz e farinha de mandioca foram exportados em maior quantidade no período de 1930/32 do que nos três anos anteriores, enquanto a lavoura algodoeira conheceu um novo e rápido surto de crescimento, devido à demanda da indústria têxtil no centro-sul. Tratava-se da resposta do setor industrial à crise do setor exportador e consequente diminuição da capacidade de importação. No Maranhão, entretanto, as vendas de tecidos durante quase toda a década de 1930 ficaram em níveis inferiores ao alcançado entre 1927 e 1929. Uma explicação possível é que as fábricas eram dominadas por grupos cuja matriz econômica continuava na comercialização de produtos primários e preferiam aproveitar a valorização do algodão a competir no mercado de tecidos. A efêmera euforia da primeira metade dos anos trinta esvaiu-se com a firme penetração de S.Paulo, que em 1939 produzia quase 70% de todo o algodão brasileiro.

O ano de 1935 marcou uma nova virada nas relações comerciais do Maranhão, propiciada pela inclusão do babaçu no Tratado de 2 de Fevereiro, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos. O acordo comercial estipulou a diminuição de impostos sobre produtos manufaturados norte-americanos em troca da garantia de mercados para o café e isenção de impostos alfandegários para algumas matérias-primas brasileiras. A inclusão do babaçu, que não se deveu a nenhuma pressão dos exportadores maranhenses, visou colocá-lo como matéria-prima alternativa para a indústria de óleos comestíveis dos Estados Unidos, abastecida tradicionalmente pela copra das Filipinas e pelos produtores de nozes. O babaçu havia entrado na América do Norte em 1934, ano justamente de queda na produção filipina. A produção extrativa vegetal do Maranhão, cujo valor médio no período de 1930/34 foi de 5.436 contos, em 1936 passou a 35.270 e em 1939 ultrapassou o valor da produção agrícola. Entretanto, para satisfazer a demanda do mercado norte-americano seria preciso garantir o fornecimento em escala crescente e constante, o que exigiria, no mínimo, modificações nos métodos totalmente manuais de extração das amêndoas, além de um programa de melhoria no sistema de transportes, que facilitasse as relações entre as inúmeras áreas produtoras, os centros internos de comercialização e o porto exportador da Capital. Em suma, investimentos diretos no âmbito da produção, um tipo de posicionamento empresarial que fugia ao padrão dominante de apropriação dos lucros na esfera da circulação.

Podemos dizer que a economia maranhense no período que nos interessa mais diretamente, entre o final do séc. XIX e meados dos anos 30, passava por um longo processo estrutural de integração ao mer

cado nacional. Tratava-se de um sistema econômico ainda dominado pelo capital mercantil, com as grandes casas comerciais comandando a acumulação, mas que combinava investimentos tradicionais da produção agrícola e extrativa com investimentos urbanos, principalmente a criação de fábricas, primeiro as de tecidos, posteriormente algumas de óleo de babaçu. Os antigos proprietários rurais perderam na transição a sua capacidade de manter-se como grandes produtores, tornando-se agentes da comercialização interna, intermediando as relações entre as casas exportadoras e os pequenos plantadores. A disputa econômica pela apropriação de renda entre proprietários rurais e exportadores, que dominou a maior parte do séc.XIX, transformou-se em disputa entre comerciantes internos e exportadores, no séc. XX. Sem dúvida, a maior parte do fardo a ser sustentado em tal sistema econômico recaiu sobre a massa de pequenos plantadores, cuja capacidade de retenção de lucros era mínima.

Três aspectos, que dizem respeito ao modo de constituição das classes dominantes no Maranhão, precisam ser retidos desta análise da estrutura econômica:

a) existia uma diferenciação entre as esferas da produção e da comercialização desde a gênese do sistema agro-exportador, localizada no momento de crise do Sistema Colonial, que se aprofundou a partir de meados do séc. XIX, com o endividamento crescente dos proprietários rurais frente aos grandes comerciantes, numa situação geral de mercado desfavorável ao algodão e o açúcar, e com a aceleração da concentração urbana da riqueza;

b) a crise que o sistema agro-exportador conheceu na década de 1880 abriu um longo período de transição, com modificações no âmbi-

to da organização da estrutura econômica e dos vínculos comerciais do Estado, que nos permite falar em crise do sistema exportador, em suas feições tradicionais de grandes plantações voltadas para o comércio exterior;

c) em relação aos atores sociais, uma das características mais marcantes da transição a um novo sistema, assentado sobre a exploração mercantil da pequena produção e no estreitamento de laços com o mercado nacional, foi o fortalecimento dos grandes comerciantes da Capital, que, através da aceleração dos investimentos urbanos verificada na década de 1890, chegaram a configurar uma "comunidade empresarial", entrelaçada numa rede de negócios e interesses comuns.

N O T A S (Capítulo I)

1. Viveiros, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão, v. I. S. Luís, Edição da Associação Comercial, 1954, p.206.
2. Marques, César A. Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão. RJ, Ed. Fon-Fon, 1970, pp.494/95.
3. Idem.
4. Viveiros, cit., v. II, pp.426/27; Marques, cit., pp.105/06; Almanaque do Diário do Maranhão 1879.
5. Marques, cit., p.390.
6. Idem, p.104.
7. Ver retrospecto in Relatório Apresentado ao Exmo. sr. dr. Raul da Cunha Machado, 2º vice-governador do Estado, em exercício, pelo Secretário da Fazenda, José Carneiro de Freitas, exercício econômico-financeiro de julho de 1917 a junho de 1918, p.144. Relatório Apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro da Fazenda, João Alfredo Correia de Oliveira, 1888, quadros nº32 e 33.
8. Para a questão da venda de escravos ver Ribeiro, Jalila Ayoub Jorge. A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão (1850/1888). S. Luís, SIOGE, 1990. Sobre o endividamento dos proprietários rurais ver Mesquita, Francisco de Assis Leal. Vida e Morte da Economia Algodoeira no Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão, 1850/1890. Dissertação de mestrado, PIMES/UFPE, Recife, 1984, mimeo. A principal referência para o estudo da economia maranhense no séc. XIX continua sendo o clássico trabalho de Viveiros, História do Comércio do Maranhão, cit.

9. Ver as considerações de Caldeira, José de Ribamar C. Origens da Indústria no Sistema Agro-Exportador Maranhense 1875/1895. Tese de Doutorado, USP/Dep. Sociologia, 1988, mimeo., p.29.

10. A percepção de que se tratava de uma "reprodução para baixo" da antiga cadeia de endividamento é de Flávio Soares, pesquisador que tem se preocupado com o problema das relações entre comércio e agricultura no Maranhão durante o séc. XIX.

11. Ver Cardoso de Mello, João Manuel. O Capitalismo Tardio. SP, Brasiliense 1984 (3ª ed.), pp.67/69.

12. Sobre o fornecimento de escravos como fator de endividamento dos proprietários rurais no início do séc. XIX, consultar Gaioso, Raimundo José de Sousa. Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão. RJ, Livros do Mundo Inteiro, 1970 (ed. fac-similar) p.240/254. A formação da indústria açucareira no Maranhão e suas formas de financiamento ainda não foram objeto de estudos específicos. A nossa afirmação baseia-se em Carvalho Leal, Alexandre Theófilo de. As Instituições de Crédito Real no Brasil in Jornal da Lavoura, 15/02/1876, ano I, nº17, pp.139/141.

13. Cano, Wilson. Origens da Concentração Industrial em S.Paulo. SP, T.A. Queirós, 1981 (2ªed.), p.101. Wanderley, Maria de Nazareth. Baudel. Capital e Propriedade Fundiária. RJ, Paz e Terra, 1979, p.33.

14. Relatório Carneiro de Freitas, cit., p.102 e 116. Mensagem Apresentada ao Congresso do estado em 15/02/1900 pelo Governador João Gualberto Torreão da Costa.

15. Sobre a instalação do parque fabril ver Caldeira, Origens..., cit.

16. O argumento principal de Caldeira é que as características especiais do período do Encilhamento foram um impulso decisivo para a formação do parque têxtil do Maranhão.

17. Ver dados sobre exportação de algodão, tecidos e arroz no Anexo II. Os números do comércio internacional e interestadual foram extraídos do Relatório Carneiro de Freitas, cit., p.144; Mensagem de Alexandre Collares Moreira Jr., 28/02/1904 e 16/02/1905.

18. Tanto as cifras quanto os gráficos dos anexos de exportação e importação devem ser observados enquanto demarcação de tendências mais amplas, pois não conseguimos um índice que expressasse a variação real.

19. Ver Anexo IV.

CAPÍTULO II

O PROCESSO POLÍTICO DE CONSTITUIÇÃO DA OLIGARQUIA

1. A CONSTITUIÇÃO DA OLIGARQUIA POLÍTICA REGIONAL E A CRISE DOS ANOS 80

A reflexão sobre o processo de formação do sistema de dominação política no Maranhão requer a distinção preliminar entre dois períodos. O primeiro compreende o início da década de 1820 até o final da década de 1840 e apresenta uma extrema fragmentação das facções políticas, geralmente expressa nas lutas entre famílias importantes de proprietários rurais das regiões do Itapecuru e da Baixada, as mais significativas economicamente. Neste momento, não existia propriamente um setor voltado para a ocupação da política e o padrão de liderança ainda predominante era aquele típico da dominação local, onde os chefes de clã exerciam os postos de mando como atividade subsidiária. No segundo período, entre as décadas de 1850 e 1860, iniciou-se uma situação mais clara de definição dos atores políticos e de afirmação de um padrão de carreira política.

Trabalhamos com a idéia geral de que a formação do Estado não pode ser dissociada da gestação de um grupo responsável pela organização e pelo exercício do espaço político.¹ Entretanto, se a configuração do âmbito político-administrativo (diferenciação de atribui-

ções, gestação de atores que exerçam as funções de mando, formas de vinculação do centro político com as províncias, etc.) é um componente de qualquer processo de construção do Estado, a forma através da qual este âmbito se constitui e, mais especificamente, a característica daqueles que o ocupam, é um dado de fundamental importância para o tipo resultante de relação entre representação política e Estado. Nossa hipótese inicial, para o caso brasileiro, é que a configuração dos atores políticos e do seu âmbito de atuação foi auxiliada pelo poder central, através de um processo que pode ser dividido, para efeito explicativo, em dois planos. No primeiro, está a adoção de mecanismos institucionais, as "leis centralizadoras" que marcaram o início do II Reinado, da Interpretação do Ato Adicional (1840), à Reforma do Código de Processo Penal (1841) e à Reforma da Guarda Nacional (1850). As Assembleias Provinciais perderam atribuições para a Câmara Geral e o controle das nomeações para a maioria dos cargos públicos, que voltou à alçada ministerial. A Justiça e a Polícia foram unificadas e organizadas centralizadamente, com o esvaziamento dos poderes dos juizes de paz locais. A Guarda Nacional perdeu suas características iniciais de autonomia, ficando as nomeações a cargo do Ministro da Justiça e dos Presidentes de Província, afastando-se também o sistema eletivo interno na escolha de lideranças. De uma forma geral, essas medidas diminuiram o raio de independência das chefias locais frente ao governo central e fortaleceram o papel das lideranças regionais que tivessem trânsito na Câmara Geral e nos Ministérios.² No segundo plano, está a propagação de uma prática clientelista utilizada pela "classe política" em gestação para conseguir a sustentação de gabinetes ministeriais e admi

nistrações provinciais. A prática teria sido estimulada pelo governo central, principalmente no período da política imperial conhecido como "conciliação", durante a década de 1850.³ Na esfera regional, os novos políticos efetuavam a troca de nomeações, verbas e favores pelo apoio dos núcleos de poder municipais; enquanto com o empresariado da Capital facilidades fiscais particularizadas ou, em menor medida, setorializadas, eram permutadas pelo financiamento da dívida pública do Estado. Na esfera nacional, os líderes regionais estabeleciam o vínculo entre a Província e o governo central, numa relação que envolvia o acesso aos cargos federais, o trânsito junto à burocracia dos ministérios e ocasionais auxílios financeiros.

Em suma, designaremos por "oligarquia" o setor especificamente político que iniciou sua formação entre as décadas de 1850 e 1860, cujas funções primordiais no processo mais amplo de construção do Estado eram a organização das disputas políticas no âmbito regional, aglutinando as facções e permitindo o funcionamento do jogo partidário, e o estabelecimento da mediação entre o centro (a Corte imperial) e a Província. As características do seu eixo de sustentação e reprodução, uma confluência de centralização de recursos políticos e financeiros e a possibilidade de sua utilização clientelista, abriram espaço para a sedimentação de interesses próprios de grupo, no caso, a perpetuação nos postos de mando. Trata-se de um grupo cuja gênese é marcada pelo hibridismo: de um lado, parece ser apenas um setor instruído e especializado nas funções da administração e da política que se destaca do núcleo de famílias de grandes proprietários rurais, onde está sua origem social; de outro, o seu fortalecimento está intimamente li-

gado a uma utilização patrimonial do Estado, ao controle das nomeações para os cargos públicos e ao trânsito de que desfruta nas instâncias superiores da administração federal. Para a discussão sobre a dinâmica da política oligárquica, estes aspectos são importantes por sugerirem que:

a) a formação da oligarquia não resultou simplesmente da capacidade de agregação de interesses definidos a partir dos núcleos do poder local. A representação política, neste sentido, não foi - mero prolongamento dos chefões municipais sobre as esferas mais amplias da organização política (regional e nacional);

b) existe um "locus" onde a oligarquia se movimenta e de onde extrai o poder político: o exercício da mediação entre governo central e Província, entre poder local e Estado e entre interesses econômicos privados e Estado;

c) o hibridismo verificado na formação da oligarquia, ao mesmo tempo surgindo no interior dos grupos de famílias importantes da região e aproveitando as condições de sua atuação para a sedimentação de interesses próprios, se reflete nas formas mais comuns da crise intra-oligárquica, que surgem devido ao acirramento das disputas pelo acesso aos postos de mando ou por modificações ocorridas no âmbito do governo central, que produzem efeitos sobre a relação de forças entre os grupos regionais.

Feitas essas explicações gerais, podemos nos deter no caso do Maranhão. A primeira fase, apontada acima, corresponderia ao período de lutas entre famílias, que os historiadores regionais registraram como confrontos entre "cabanos" (sustentados principalmente por comer-

ciantes portugueses e famílias que se alinhavam às posições dos políticos "conservadores" do cenário nacional) e "bem-te-vis" (formados pelas famílias que lutaram a favor da Independência e intelectuais identificados sob o rótulo de "liberais"). Eram os anos 20, 30 e 40, tempo das disputas mais acirradas envolvendo os Franco de Sá, Viveiros, Mendes, Costa Ferreira, Dias Vieira (região da Baixada) e Belfort, Vieira da Silva, Vilhena, Gomes de Souza, Carvalho Reis, Jansen (região da Baixada), entre outros. Houve uma tentativa, em 1846, de unificação de várias facções numa "Liga Liberal" arquitetada por Joaquim Mariano Franco de Sá, mas que fracassou logo na primeira tentativa de organização de uma chapa eleitoral. Os diretórios das "ligas" e "partidos" não tinham força para impedir o patrocínio de candidaturas independentes por núcleos familiares, o que sempre resultava em faccionismo e desagregação crescentes.

A segunda fase, a da gestação de um grupo especificamente político, ganhou corpo a partir da década de 1850, durante o período da política imperial conhecido como "conciliação", onde a compressão do poder central na obtenção de maiorias legislativas, o atrelamento das facções locais às administrações regionais indicadas pelos gabinetes ministeriais e a enorme presença de magistrados nas funções de representação política, foram alguns dos traços marcantes. Um tipo de político, que já espelhava um padrão de carreira, começou a se fortalecer. A trajetória usual tinha início nos bancos das Faculdades de Direito do Recife e, mais raramente, de S. Paulo, logo passava por algum cargo na Justiça (promotoria, juizado) na Polícia, na Fazenda ou na Secretaria da Presidência da Província, até chegar à representação política.

no âmbito nacional. Nomes como o de João Pedro Dias Vieira, de família de proprietários apenas "remediados" da Baixada, que foi preterido na organização da chapa de deputados gerais pela Liga Liberal em 1846, emergem ao término da década de 1850 como liderança importante no cenário regional depois de ter ocupado vários cargos no aparelho do Estado: Procurador Fiscal do Tesouro Público (1852), Delegado de Polícia da Capital (1853), Diretor Geral das Terras Públicas (1854), Presidente da Província do Amazonas (1855/56).

A administração típica do período da "conciliação" no Maranhão foi a do conservador mineiro Eduardo Olímpio Machado, que governou de 1851 a 1855. A sustentação política do seu governo envolveu uma série de antigas facções, núcleos de famílias e nomes de importância regional, sem aglutiná-los sob uma sigla partidária. O ponto de unificação ficava no próprio Presidente da Província, na sua capacidade de administrar o acesso dos grupos políticos aos cargos do Estado e ouvir as lideranças sobre as nomeações para os respectivos distritos pelos quais foram eleitos ou sobre o qual detenham influência. Importante, no entanto, seria a formação de vários políticos de muito destaque no desenvolvimento das lutas políticas regionais. Ao nome de Dias Vieira podemos agregar os de Cândido Mendes de Almeida, que serviu como secretário de governo entre 1849 e 1854 e elegeu-se deputado geral três vezes consecutivas entre 1850 e 1860, e Luiz Antonio Vieira da Silva, que também foi secretário de governo (1854/57) e teve uma longa trajetória política, chegando ao Senado e ao Conselho de Ministros. Apenas na saída da "conciliação", no final da década, e após a efêmera tentativa de formação do Partido Progressista, em 1862/64, é que come-

çou a se definir, no Maranhão, a organização das secções regionais dos partidos Liberal e Conservador. Entre os primeiros, as lideranças mais expressivas foram João Pedro Dias Vieira, Francisco José Furtado, Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, Felipe Franco de Sá e Carlos Fernando Ribeiro, posteriormente Barão de Grajaú. Excetuando-se este último, um dos mais destacados proprietários de engenho da Baixada, todos apresentavam extensa folha de serviços no aparelho administrativo. Entre os conservadores, cuja secção regional derivou do Partido Constitucional (1862), formalizando-se em 1868, os nomes de destaque foram: Silva Maia, Luís Antonio Vieira da Silva, Cândido Mendes e Augusto Olímpio Gomes de Castro. •A exemplo do grupo anterior, todos, com exceção! do médico e proprietário rural Silva Maia, tinham passagem por vários cargos administrativos. A transição do predomínio das disputas de famílias à organização de grupos políticos dependentes da utilização patrimonial do estado foi acompanhada pela diferenciação dos tipos de lideranças que ocupavam a direção dos partidos. De um lado, persistiam os que exerciam as ocupações de domínio como atividade subsidiária, a exemplo dos coronéis do interior, e mantinham influência nas decisões dos diretórios regionais dos partidos. Eram os casos de Silva Maia e do Barão de Grajaú, que chegaram ao final do período imperial como "chefes honorários" das correntes conservadora e liberal, respectivamente, aqui não sendo levado em conta o problema importante das dissidências, tratado adiante. De outro, sobressaíam-se as lideranças com extensa folha de serviços nas atividades específicas da administração pública e da representação política. Foi esse segundo tipo, que expressa uma situação de diferenciação nascente entre poder econômico e

poder político, que, no decorrer do processo de formação das estruturas de dominação se afirmou como núcleo da oligarquia, assenhoreando-se das rédeas do estado e dos partidos.

No que diz respeito aos padrões de carreira política, devemos distinguir os níveis de participação dos proprietários rurais, aqueles que exerciam efetivamente a atividade de donos de engenho e de fazendas de algodão. No âmbito municipal, eles permaneceram todo o período imperial exercendo diretamente os postos eletivos de vereadores e juiz de paz e ocupando cargos de nomeação importantes como suplente de juiz municipal e coletor de rendas. As suplências tinham importância porque os titulares da magistratura não passavam muito tempo no exercício efetivo de suas funções nas comarcas. Senhores de engenho e fazendeiros ricos que possuísem um diploma de curso superior tinham participação ativa na Assembléia Provincial e geralmente figuravam entre os vice-presidentes da Província. Faziam parte desta categoria, o Barão de Grajaú, Manoel Jansen Ferreira, Francisco de Mello Coutinho de Vilhena, Alexandre Theófilo de Carvalho Leal, Fábio Nunes Leal, Silva Maia, Francisco José de Viveiros, entre outros abastados proprietários rurais do Itapecuru e da Baixada. O diploma universitário criava uma distinção, mas no caso dos senhores rurais não funcionava como meio indispensável para o exercício de funções políticas no âmbito provincial. Na esfera da representação nacional os exemplos foram bem menos frequentes. Dos treze senadores do Maranhão no Império, apenas dois geriam diretamente suas propriedades rurais e não possuíam diploma de curso superior: Ângelo Carlos Muniz e Jerônimo José de Viveiros, ambos nomeados em 1852. O primeiro, havia exercido as funções de depu

tado provincial e vice-presidente da Província; o segundo, de delegado de polícia, suplente de juiz municipal e vereador em Alcântara, além de ter sido deputado provincial. Outros senadores também eram proprietários rurais, no entanto achavam-se mais ligados à carreira política, como Francisco José Furtado (1864) e Antonio Marcelino Nunes Gonçalves (1865). Em termos de origem social, todos os senadores pertenciam a famílias de senhores rurais. Não possuímos informações seguras para a Câmara Geral, mas entre os 58 deputados que integraram a representação maranhense durante vinte legislaturas (1826/1889), alguns podem ser citados como estando ligados diretamente à gerência de engenhos ou fazendas.⁴ O caminho frequente, entretanto, era a indicação de outros membros das famílias para o exercício das funções administrativas e políticas mais importantes. Os bacharéis em Direito e, entre eles, os integrantes da magistratura, formavam o principal grupo profissional onde se recrutavam os quadros políticos. A trajetória comum não diferia dos padrões apresentados por José Murilo de Carvalho em sua tese sobre a elite política imperial.⁵ Iniciava-se com o diploma obtido no Recife ou, mais raramente, S. Paulo. Ao regressarem ao Maranhão, os recém-formados tentavam a nomeação para alguma promotoria, onde, em regra, passavam pouco tempo, logo ingressando no quadro dos magistrados na função de juiz municipal. Em seguida, disputavam uma indicação para a Assembléia Provincial ou nomeação para juiz de direito, muitas vezes ambas as coisas, posições-chave para quem almejava uma cadeira na Câmara Geral do Império. Outros cargos comuns como trampolim para a posição de deputado geral eram os de secretário de governo, inspetor do Tesouro e chefe de polícia. Dos treze senadores pelo Maranhão durante o

Império, onze possuíam formação jurídica, sendo quatro diplomados em Coimbra, seis no Recife e um em S. Paulo (ver anexo V). Deste grupo, cinco foram magistrados e quatro exerceram as funções de secretário de governo ou promotor público. Somente os dois proprietários rurais sem curso superior chegaram ao Senado sem passagem pela Câmara Geral. Entre os deputados gerais, dos 58 eleitos pelo Maranhão, 38 eram formados em Direito.

Um marco importante em relação à ocupação profissional dos representantes políticos foi a introdução dos critérios de inelegibilidade para o pleito de 1857, mais tarde ampliados nas reformas posteriores de 1875 e 1881. Os ocupantes de cargos públicos (Presidente de Província, Juizes, Inspectores do Tesouro, Delegados, etc.) ficaram impedidos de concorrerem às eleições nacionais e provinciais pelos distritos em que exercessem suas funções.⁶ Um efeito imediato foi dificultar a eleição de pessoas de outras províncias que estivessem ocupando algum cargo importante. Antes da decretação das incompatibilidades, quatro presidentes vindos de outras províncias conseguiram eleger-se para a Câmara Geral pelo Maranhão. Outra consequência foi a tendência à diminuição do número de funcionários graduados entre os deputados, de forma que nas décadas de setenta e oitenta encontramos apenas um magistrado.⁷ A situação tinha sido muito diferente nas três décadas anteriores: na 5ª (1843/44) e 6ª (1845/47) legislaturas, figuraram, em cada uma, três magistrados entre quatro deputados; na 8ª (1850/52) e 9ª (1853/56), já ampliado o número de cadeiras para seis, tomaram assento três magistrados na primeira e dois na segunda. A 8ª legislatura contava

ainda entre os deputados, o secretário de governo da Província (Cândido Mendes) e o chefe de polícia (Antonio de Barros Vasconcelos). Na 12ª (1864/66), integraram a representação maranhense três magistrados, um inspetor de alfândega (Fábio Alexandrino de Carvalho Reis) e o tesoureiro geral da Fazenda Nacional (João Duarte Lisboa Serra). A menor presença de magistrados a partir dos anos setenta, fenômeno geral já apontado na literatura existente, não deve obscurecer um aspecto central: o padrão de carreira política não sofreu alteração importante, os "profissionais liberais" que ascenderiam em maior número às funções da representação continuaram utilizando inicialmente os cargos públicos como trampolim para a entrada no circuito da política.

O sistema político imperial, como se sabe, funcionava com uma alternância entre liberais e conservadores, cujas alterações no comando do governo eram determinadas não pela manifestação das urnas, mas pela intervenção do Poder Moderador, pois, via de regra, o ministério conseguia a vitória eleitoral.⁸ Os grupos políticos percebiam o Estado como um bem a ser utilizado em favor dos correligionários, quando seu partido estivesse no poder, desenvolvendo um traço da cultura política que legitimava a utilização clientelista das funções de governo em benefício dos aliados e como moeda de troca na formação de alianças. Enquanto a expectativa de modificação na orientação política a partir do Poder Moderador não estivesse inviabilizada, a legitimidade do sistema se manteria, pois os grupos hoje no ostracismo e aliados das facilidades que o poder proporcionava, permaneceriam com a expectativa da mudança da situação quando, então, seriam promovidas as tradicionais "derrubadas" (demissões, nomeações, transferências, etc.).

Durante as décadas de 1860 e 1870, os agrupamentos Progressista (depois Liberal) e Constitucional (depois Conservador) conviveram dentro do sistema da alternância, mas desde o início da década seguinte, já se percebia as primeiras indicações de que algo estava mudando no curso normal do jogo político. O problema era o surgimento de dissidências nos partidos, um faccionismo além da costumeira formação de grupos dentro de uma mesma sigla, que aos poucos inviabilizava a rotatividade até então existente. Isto porque facções descontentes dentro de um partido aliavam-se a facções de outro partido, numa barganha para eleger seus respectivos candidatos, em distritos previamente negociados e em detrimento dos candidatos oficiais apresentados pelos diretórios. Grupos de liberais e conservadores se uniam para derrotar outro conservador, e assim por diante.⁹ A dinâmica passa a ser o surgimento de dissidências, motivadas por exclusões das chapas organizadas pelos líderes dos partidos políticos. Na raiz desse processo estavam duas razões. A primeira, mais geral, diz respeito às relações entre as pressões normais que uma nova geração de políticos exercia para ter acesso aos postos de mando e a necessidade do núcleo dirigente de manter esse processo sob controle. A segunda, refere-se ao aumento da competitividade intra-oligárquica e as dificuldades dos partidos em absorvê-la nos marcos do sistema político vigente. Políticos "profissionais", de brilhante carreira e com importantes ligações nas esferas ministeriais, como Gomes de Castro e Felipe Franco de Sá, tentam se desvencilhar da supremacia de antigos líderes e encabeçam divisões partidárias. A divisão ocorrida no partido Conservador entre maístas, favoráveis à continuidade do comando de Silva Maia, e castristas, adeptos

da liderança de Gomes de Castro, evoluiu até a organização de dois diretórios distintos, ambos reivindicando a sigla do partido. Do lado liberal, as diferenças não chegaram a esse ponto, mas Felipe Franco de Sá, jovem político de família tradicional e ascensão extremamente rápida, contestou a posição de Marcelino Nunes Gonçalves, senador alçado à liderança partidária por Dias Vieira, ainda na década de 1860. Os dois principais partidos estavam cindidos em duas grandes facções cada. Some-se a isto as candidaturas avulsas ou independentes que começavam a aparecer, seja por antigos correligionários alijados das chapas pelos diretórios, que detinham um controle estrito da escolha de candidatos, seja por novos nomes que lutavam para penetrar no circuito da oligarquia. Uma das manifestações destes últimos era a formação de "clubes" de propaganda republicana em algumas cidades do interior.

Os estudiosos têm relacionado a crise do Império e o surgimento da República à emergência dos novos interesses da cafeicultura paulista e às pressões dos militares, com base principal no R.G. do Sul, contra sua posição inferior no conjunto da administração imperial.¹⁰ O novo centro dinâmico da economia encontrava-se desprovido de equivalente influência política no velho esquema de sustentação da Coroa, que passava pelos políticos das regiões "decadentes" de Minas e do Nordeste; enquanto os militares debitavam à perniciosa influência dos políticos ou "casacas" a sua posição de inferioridade no comando do Estado. No caso do Maranhão, a crise do final do Império comporta duas dimensões: a primeira, política, resulta do faccionismo, das dificuldades do núcleo dirigente em absorver o aumento da competitividade intra-oligárquica preservando o jogo partidário, fator que pode ser designado

como o início de um processo de fragmentação interna da oligarquia; a segunda, é a aceleração da crise do sistema econômico exportador e o enfraquecimento do grande produtor rural. Não parece haver nexo de de terminação entre ambos os planos, no sentido de que possuem origens distintas e dinâmicas próprias de desenvolvimento. Não obstante, a sua confluência entre o final da década de 1880 e a primeira metade dos anos 90, teve efeitos em pelo menos duas características que seriam im portantes na organização posterior da estrutura oligárquica:

a) a quebra do sistema de grande plantação, acelerada após a Abolição, intensificou a dependência dos políticos de origem rural em relação ao exercício da política no meio urbano. A existência de uma "classe política" em gestação desde meados do séc. XIX ganhou um novo impulso quando a reorganização administrativa e política do regime republicano conjugou-se com um maior número de pessoas economicamente disponíveis para abraçar o emprego público e o controle das funções po líticas;

b) o fortalecimento econômico da comunidade empresarial, loca lizada em S. Luís, durante a reorganização do sistema econômico indicava que a oligarquia política teria que levar em conta, em seu processo de recomposição, a necessidade de um pacto de sustentação ao Estado que envolvesse maior participação do setor empresarial.

Ainda não chegou o momento de discutirmos o problema complexo do relacionamento entre a comunidade empresarial de S. Luís e a oli garquia política. Releções que envolveram momentos de tensão entre um Estado com deficiências financeiras crônicas e um grupo que controlava as principais atividades econômicas e praticamente toda a poupança

monetária disponível para financiar os déficits do Tesouro Público, problema que será tratado na terceira parte do trabalho. Para os objetivos do argumento que estamos defendendo aqui, basta a percepção de que a separação entre poder econômico e poder político ganha cores bem mais nítidas na transição do Império para a República. Deteremos nossa atenção nos mecanismos utilizados pela oligarquia para conseguir recompor-se da crise iniciada nos anos oitenta, na análise das formas de organização da dominação oligárquica na Primeira República e da natureza da crise de 1930.

2. A POLÍTICA OLIGÁRQUICA NO MARANHÃO (1890/1920)

Ao processo de divisões e fragmentação interna vivido pelo núcleo da oligarquia na década de 1880, conjugou-se a crise política nacional com a Proclamação da República. A mudança de regime acelerou o processo de renovação interna da oligarquia, pois, além da morte de velhos líderes (Vieira da Silva e o Barão de Grajaú, em 1889), figuras de expressão, como Felipe Franco de Sá, Marcelino Nunes Gonçalves e Luiz Henrique Vieira da Silva, decidiram encerrar suas atividades políticas. A geração nascida entre os anos de 1850 e 1860 ocuparia o centro do palco: Costa Rodrigues, Benedito Leite, Luiz Domingues, Urbano Santos, Belfort Vieira, Casimiro Dias Vieira Jr., Francisco da Cunha Machado. A maioria dentre eles já havia iniciado o caminho tradicional da formação de um político, a passagem pelos bancos da Faculdade de Direito do Recife e a ocupação de cargos no aparelho administrativo do

Estado. A renovação operou-se dentro do mesmo circuito e obedecendo ao mesmo padrão de carreira política. Somente em um momento posterior é que grande parte dos políticos da nova geração tornariam-se profissionais liberais, exercendo paralelamente às atividades públicas a advocacia e o jornalismo; mas isto, depois de terem penetrado no circuito da política pela via tradicional, o Estado.

A recomposição da oligarquia na década de 1890 esteve atrelada a dois processos: de um lado, o encaminhamento das disputas em torno da herança das redes de lealdades que existiam nos antigos agrupamentos políticos, construção de acordos, afirmação de novas siglas e clarificação das novas lideranças do cenário regional; de outro, a instabilidade inicial dos esquemas de sustentação política do poder central, cujas variações alteravam, às vezes de forma decisiva, a relação de forças entre os grupos políticos estaduais. De acordo com esses dois critérios, podemos indicar o período de 1890/92 como o auge da fragmentação interna da oligarquia, onde a luta pela organização de novos partidos entrelaçou-se às várias interferências do governo central, através da nomeação de governadores. Durante esse período, cerca de nove governadores, entre efetivos e interinos, estiveram à frente da administração do Maranhão, e a orientação política que eles adotavam constituía fator decisivo nas disputas entre os grupos remanescentes da fase imperial. Em poucas palavras, os grupos numericamente mais expressivos eram o castrista, ainda em torno da liderança de Gomes de Castro (que pouco depois mudou-se para o Rio de Janeiro, onde assumiu a diretoria de um banco de crédito na área federal), e a maioria dos antigos liberais, reunida sob a liderança do médico Costa Rodrigues,

após a morte do Barão de Grajaú e o afastamento voluntário de Felipe Franco de Sá. Todos aderiram sem contestações à forma política republicana. Aliás, não houve formação de um partido republicano ainda na vigência das instituições imperiais e apenas uns poucos dissidentes dos velhos partidos e propagandistas do ideal republicano, como o jornalista e ex-deputado Paula Duarte e o juiz Isaac Reis, tentaram identificar-se como "históricos". A extensão do adesismo está bem expressa em nota editorial de um dos mais importantes jornais da Capital, onde afirmava que "a forma republicana está aceita por todos os maranhenses; não há aqui vencedores e vencidos; todos desejam a consolidação da ordem de coisas inaugurada a 15 de novembro e ninguém negará o seu concurso ao novo governante".¹¹ Instalado o governo provisório, chegaram do interior as notícias de adesão ao novo regime. O juiz de Direito da Comarca do Baixo Mearim enviou ao Presidente da Junta Governativa do Estado uma mensagem onde relatava: "com prazer comunico a V. exc. que hoje (23/11), perante a Câmara Municipal e o povo reunido no Paço da municipalidade, proclamei a República Federal brasileira (sic), sendo freneticamente aplaudido e aceito por todos os munícipes o Governo Provisório".¹² O governismo, a dependência estreita dos grupos políticos em relação aos postos oficiais, determinava que não havia "vencedores e vencidos" e que os líderes municipais estavam dispostos a seguir a posição da oligarquia.

No início de 1891, quando se efetuaram as eleições para a Constituinte Estadual, existiam quatro siglas:

a) Partido Republicano - composto pela maioria dos ex-liberais, comandados por Costa Rodrigues;

b) Partido Nacional - congregava a maior parte dos ex-castristas, agora sob a direção de Francisco José de Viveiros (senhor de engenho) e Benedito Pereira Leite (ex-promotor e inspetor do Tesouro Público);

c) Partido Católico - reunião de antigos maístas e dissidentes de outras correntes existentes no final do Império, como Luiz Domingues (ex-castrista) e o pe. Guedelha Mourão (ex-liberal). A Legenda unia algumas pessoas com cacife eleitoral e foi utilizada como instrumento de pressão no momento de reorganização do jogo partidário;

d) Partido Constitucional - grupo comandado pelo médico e deputado federal Rodrigues Fernandes e antigos dissidentes liberais, como Casimiro Dias Vieira Jr. (advogado e deputado federal) e Francisco da Cunha Machado (desembargador aposentado). A organização da sigla resultou da não-inclusão de "correligionários" desses líderes na chapa governamental para as eleições estaduais.

Nas alterações de governos, ora os castristas, ora os costistas, ora os Vieira, estiveram em supremacia. No entanto, em nenhum momento se consolidou o domínio de uma corrente, pois os governadores nomeados tratavam de jogar com as desconfianças existentes entre os grupos, no sentido de firmar sua própria liderança na política regional.¹³ O momento decisivo para uma definição sobre o controle do Estado foi quando ao golpe malogrado de Deodoro, no final de 1891, seguiu-se em quase todos os estados, inclusive no Maranhão, a derrubada dos governadores que apoiaram a tentativa de fechamento do Congresso Nacional. Os três partidos então na oposição, Nacional, Católico e Constitucional, depuseram o governador Lourenço de Sá e organizaram uma junta provisó-

ria, que indicou o maranhense Belfort Vieira, oficial da Marinha e na época senador pelo Pará, como novo governador. Houve uma grande modificação na política, com a decretação da nulidade da Constituição e da organização judiciária, sobretudo a lista de magistrados, aprovadas durante o governo anterior, e a convocação de novas eleições estaduais. A questão fundamental é o fato de Foriano Peixoto, o novo chefe do Executivo, ter acatado as deposições ocorridas nos estados, deixando que os grupos em disputa resolvessem a forma do realinhamento oligárquico. Isso significava que a recomposição da oligarquia regional poderia se processar sem a interferência do governo central. A capacidade de intervir nas disputas intra-oligárquicas foi liberada, entretanto, apenas nos anos críticos para a estabilização do novo regime, porque durante quase toda a Primeira República a tônica foi a persistência de uma tensão nas relações entre o poder central e os estados, cujo maior símbolo era a ameaça da intervenção direta.

Os três grupos que ascenderam ao poder fundiram-se no Partido Federalista, organizado para dar apoio ao governo de Belfort Vieira e cujo primeiro diretório foi composto por três membros de cada uma das correntes. Durante algum tempo, as arestas e desconfianças continuaram vivas dentro do novo partido. A realidade interna caracterizava-se pela disputa pessoal em busca do crescimento da influência e pelas reclamações constantes em torno de privilegiamentos na divisão das nomeações públicas. Existiam três focos principais em disputa: os Vieira (Belfort e Casimiro Jr.), Benedito Leite e Rodrigues Fernandes; ficando em segundo plano Luiz Domingues e o pe. Mourão, do ex-grupo católico. A ascensão de Benedito Leite se configurou entre 1893 e 1897,

depois de ter quebrado a resistência de Belfort Vieira, que tentava a liderança política do Estado através de uma composição com os correligionários de Rodrigues Fernandes, ameaçando retirar o apoio de toda a antiga corrente castrista ao governo. Belfort Vieira terminou passando a maior parte do seu longo período governamental (1892/98) licenciado no Rio de Janeiro, com problemas de saúde, ficando o 2º vice, Cunha Martins, ex-castrista, na condução do governo. Durante estes anos, Benedito Leite exerceu, ao mesmo tempo, os mandatos de deputado federal e estadual, controlando as bancadas, exercendo uma verdadeira tutela sobre o governador em exercício e estabelecendo-se como líder da política maranhense. Em 1897, foi eleito para o Senado, mas não abandonou a cadeira de deputado estadual até 1899, e nos dois quadriênios governamentais seguintes foi, de fato, o verdadeiro comandante do Estado, por trás da posição oficial de João Gualberto Torreão da Costa (1898/1902) e Lopes da Cunha (1902/1906). Na afirmação do Federalista e na definição de uma fórmula de convívio entre as novas lideranças, Benedito Leite utilizou com maestria a distribuição estratégica de cadeiras na Câmara Federal e no Senado para conter os focos de dissensão.¹⁴ A recomposição da oligarquia se verifica, pois, entre 1893 e 1897, onde os problemas principais foram a quebra do faccionismo e a definição da hierarquia de lideranças, estabelecendo-se os novos interlocutores da oligarquia estadual frente ao governo central.

Outro problema foi a reorganização do sistema de dominação oligárquica nos moldes do novo Estado republicano. Ela se concentrou entre os anos de 1898 (1ª reforma constitucional) e 1908 (conclusão das alterações na divisão tributária entre Estado e Municípios). Pode

mos dividir em três blocos principais os mecanismos institucionais que tiveram efeitos importantes para a consolidação da dominação oligárquica no Maranhão.

Primeiro, no âmbito da organização eleitoral houve logo o veto a qualquer forma de voto distrital em eleições estaduais. Os líderes da oligarquia frizaram claramente que a eleição por chapa completa, onde cada cédula deveria conter os nomes de candidatos correspondentes ao número total de cadeiras disponíveis, era a maneira mais eficaz de garantir a recomposição oligárquica. O Presidente do Congresso Estadual sintetizou, em seu discurso de encerramento do ano legislativo de 1892, a preocupação da oligarquia em defender a eleição com lista completa "para que não venham influências de campanário perturbar a força e a coesão dos partidários".¹⁵ Desta forma, impedia-se que pessoas com influência localizada em algum distrito viessem a dificultar a eleição de candidatos indicados pelo diretório do partido situacionista. Voltava-se à "ditadura dos diretórios", já denunciada nos tempos do Império. Por outro lado, ao Legislativo Estadual, invariavelmente governista, caberia resolver quaisquer dúvidas sobre eleições municipais. Nas palavras do pe. Mourão, a medida seria "um remédio eficaz contra as perturbações da ordem pública, abafando a anarquia no município onde a violência da paixão pretender estabelecer duas Câmaras municipais e dois Intendentes".¹⁶ Não apenas práticas políticas, mas fórmulas institucionais eram necessárias para a garantia do atrelamento político das câmaras ao governo do Estado. Quanto ao relacionamento com a minoria oposicionista, a tônica foi mantê-la em completo ostracismo até 1906, quando, obedecendo à Lei Rosa e Silva (1904), que instituiu o vo

to de lista incompleta, um quinto das trinta cadeiras do Congresso Estadual ficou reservado à oposição, e também duas das sete cadeiras da bancada maranhense na Câmara dos Deputados.¹⁷

Segundo, verificou-se uma modificação nas relações entre Estado e Municípios, alterando completamente a Lei Orgânica dos Municípios de 1892, que garantia ampla autonomia política e financeira às Câmaras. As modificações ocorreram em três níveis. Na partilha dos tributos, o Estado foi progressivamente apropriando-se de impostos inicialmente definidos como pertencentes à receita das Câmaras (como os de consumo e saída de produtos do município), vinculando outros a serviços extraídos da órbita municipal (décima urbana e de criação de gado, recolhidos para o pagamento da Força Pública), ou repartindo alguns que pertenciam totalmente aos municípios (como o de indústrias e profissões).¹⁸ O resultado foi a permanência da situação, já vivida no Império, de penúria das Câmaras e dependência financeira total frente ao Tesouro Estadual e às barganhas políticas geralmente impostas para a liberação de recursos. A quebra da independência política se consumou na Reforma Constitucional de 1898, através da determinação de que as Câmaras deveriam remeter ao Congresso Estadual e ao governador cópias de suas decisões. Uma comissão formada no Legislativo ficaria encarregada da revisão anual das leis municipais, com poderes para anular o que fosse considerado inconstitucional. O governador, por sua vez, tinha poderes para decretar a suspensão de decisões das Câmaras, até posterior deliberação do Legislativo Estadual.¹⁹ Como este último permanecia reunido, em média, dois ou três meses por sessão legislativa, instaurava-se, na prática, uma tutela legal do governo sobre as Câ

maras municipais. Que as determinações legais não ficaram como letra morta o demonstram não só os pedidos de remessa de leis, constantes da correspondência do governo estadual, como a suspensão de leis e artigos de orçamentos municipais pelo Congresso. O conjunto de medidas englobava ainda a proibição da organização de milícias nos municípios, cujo policiamento passava para a órbita da Força Pública Estadual, por lei aprovada em 1900. Posteriormente, foi criada uma guarda civil para o policiamento da Capital e do interior, com soldados fardados, armados e pagos pelo Estado e o seu número determinado pelo governador, o único que podia ordenar mobilizações fora do município de origem. A guarda civil era inspecionada por "delegados gerais", oficiais do corpo da polícia militar, trabalhando em comissão para a tarefa. Trata-se de um processo incipiente para profissionalizar o policiamento municipal, retirando essas funções do controle direto dos chefes locais. Os oficiais da polícia militar, com o tempo, foram utilizados com frequência em intervenções nas delegacias municipais.²⁰

O último aspecto é o fortalecimento do poder Executivo frente ao Legislativo e ao Judiciário. No primeiro caso, houve uma flexibilização na questão da apreciação de vetos do Executivo, de maneira a incorporar sugestões encaminhadas pelo governo antes de um projeto ser novamente posto em votação, além do quórum para a rejeição ter subido de dois terços dos deputados presentes para dois terços do número total. Foi aberta também a admissibilidade de vetos parciais às leis do orçamento e de fixação da Força Pública.²¹ Essas medidas diminuíam a possibilidade de eventuais atritos entre o governo e os parlamentares. No segundo caso, verificou-se a ampliação da margem de escolha dos juí

zes e membros do Superior Tribunal de Justiça pelo Executivo, praticamente acabando com os critérios internos de ascensão fixados na Constituição de 1892, e foi, ainda, decretado o fim da irremovibilidade dos magistrados, desde que houvesse um pedido do Procurador Geral do Estado ao STJ. O Poder Judiciário tornou-se praticamente um apêndice do Executivo.²²

Nos três aspectos indicados (organização eleitoral, relação entre Estado e Municípios e relação entre poderes), a tônica geral das modificações foi a centralização de poder decisório e de recursos financeiros no círculo da oligarquia. Impõe-se a observação de que os instrumentos utilizados na recomposição, apesar de serem definidos pela própria capacidade de composição de interesses dos agentes internos, foram similares aos do processo de constituição da oligarquia em meados do séc. XIX, ou seja, mecanismos de centralização política. A oligarquia, nutrindo-se, enquanto grupo político, da utilização patrimonial do Estado, não poderia conviver com uma experiência de descentralização que chegasse até o município, local por excelência da atuação dos coronéis.

Os traços principais do sistema de dominação oligárquica estavam montados, mesmo que o arranjo entre os grupos políticos sofresse importantes alterações após a morte de Benedito Leite, em 1909, no final do seu mandato governamental. O partido situacionista cindiu-se em duas facções, entre Urbano Santos e José Eusébio, ambos senadores, líderes respeitados do partido e tendo penetrado na política pelas mãos de Benedito Leite. O conflito entre as facções levou ao início de uma duplicidade de poderes no estado, mas o impasse ganhou novo di-

recionamento com a morte do presidente Afonso Pena e a subida de Nilo Peçanha. O novo presidente manobrava para ser o candidato à próxima sucessão e tentava conseguir apoio, influenciando na relação de forças entre os grupos oligárquicos nos estados. No caso do Maranhão, esse intuito, aliado a antigos laços de amizade com Costa Rodrigues, levou-o a mostrar-se claramente inclinado a favorecer o velho oposicionista no conflito político regional. O grupo costista apostou, então, na indefinição, bloqueando no Congresso Estadual qualquer posição favorável a José Eusébio, cuja facção não contava com a maioria necessária de dois terços para deliberar sobre a matéria.²³ O prêmio aos oposicionistas veio com um acordo intermediado pelo Presidente da República e cujos termos foram publicados no Diário Oficial do Estado, contendo as seguintes cláusulas:

"1º) A chapa de governador e vice-governadores para o futuro quadriênio será composta do dr. Luiz Domingues para o primeiro lugar, do dr. Costa Rodrigues para vice-governador e de dois nomes que serão indicados pelo dr. José Eusébio para 2º e 3º vice-governadores;

2º) O Congresso Estadual será composto de dois terços indicados pelo dr. José Eusébio e um terço pelo dr. Costa Rodrigues;

3º) Os intendentos dos municípios e a maioria das respectivas Câmaras serão do dr. José Eusébio e os sub-intendentos e a minoria do dr. Costa Rodrigues, exceto os municípios de Codó, Anajatuba e poucos outros (?) em que os intendentos e a maioria das Câmaras serão do dr. Costa Rodrigues;

4º) As nomeações federais serão feitas por um acordo entre os dois chefes políticos".²⁴

O acordo se efetuou entre José Eusébio, Costa Rodrigues e Luiz Domingues, mediado por Nilo Peçanha e testemunhado pelos senadores Rosa e Silva, de Pernambuco, e Thomaz Accioly, do Ceará. Luiz Domingues, deputado federal, integrou a corrente conservadora castrista na década de 1880 e participou de efêmero Partido Católico no início da República; era um político que não se subordinava a nenhum dos líderes do partido situacionista, e foi o próprio Costa Rodrigues, apoiando-se nisso, quem sugeriu o seu nome. Dois aspectos merecem ser ressaltados: a) o fato da crise ter permanecido no circuito da oligarquia, pois nenhum dos grupos em disputa lançou apelos populares para sustentar sua posição; b) o fato da resolução ter sido mediada pelo governo central, e de forma a alterar a relação entre os grupos políticos no Maranhão, forçando uma incorporação maior da oposição no usufruto das posições de mando. De 1909 a 1918, manteve-se um acordo instável entre as duas principais correntes da política estadual, o Partido Republicano, de José Eusébio e Urbano Santos, e o Partido Republicano Federal, de Costa Rodrigues, no qual a minoria, o grupo "costista", participava da divisão dos votos nas eleições federais e estaduais. José Eusébio de Oliveira era piaulense, apesar de ter feito toda a carreira política no Maranhão, e pela Constituição Estadual não poderia ocupar o cargo de governador, o que, sem dúvida, contribuiu para o seu enfraquecimento político no decorrer do processo, pois, mesmo continuando como um dos cardeais do Partido Republicano, viu sobressair a figura de Urbano Santos como o grande político capaz de manobrar as correntes e manter o acordo. Na verdade, o fortalecimento de Urbano Santos deve-se também às suas ligações na política nacional, integrando o diretório do

PRC, partido criado por Pinheiro Machado para dar sustentação parlamentar a Hermes da Fonseca, e, posteriormente, sendo indicado para a vice-presidência na chapa encabeçada por Wenceslau Brás.

Problema interessante no período do compromisso é que ambos os governadores eleitos de comum acordo entre a maioria e a minoria, Luiz Domingues (1910/14) e Herculano Parga (1914/18), tentaram seguir inicialmente uma linha política de fortalecimento próprio, só desistindo e refluindo para a antiga maioria (e o domínio de Urbano Santos e José Eusébio) quando verificaram o perigo de governar sem sustentação. Este é um traço que parece compor a política oligárquica, principalmente quando fricções entre grupos e facções permanecem latentes: os ocupantes do executivo tentam formar "máquinas políticas" próprias, o que, no caso, equivalia a transgredir os limites impostos pelo acordo para uma ação independente e tentar se afirmar como chefe político regional. Outro fator que contribuiu para a instabilidade do compromisso oligárquico e a recorrência de acusações recíprocas de favorecimentos desiguais na "divisão" das nomeações, eufemismo para designar a apropriação do Estado, foi que o quadro político não evoluiu para a formação de um grande partido único, onde as diferenças fossem resolvidas na composição do diretório e da comissão executiva. Apesar de aparentemente amortecido pela participação da oposição no jogo eleitoral e pelo seu acesso ao estado, as rixas entre os partidos continuavam presentes. Para o período governamental a ter início em 1918, não houve acordo quanto ao candidato e o compromisso foi rompido na área estadual. O próprio Urbano Santos, já o principal líder da política maranhense, elegeu-se governador num pleito em que a minoria oposicionista

não participou. É preciso frisar que o rompimento não chegou à área federal, onde Urbano Santos e Costa Rodrigues continuaram mantendo relações amistosas e de ação conjunta.

Devemos fazer algumas observações sobre o problema das ocupações profissionais dos membros da representação política durante a Primeira República. A exemplo do Império, no âmbito do Legislativo Provincial encontramos um número significativo de agentes ligados às atividades econômicas, enquanto à Câmara Federal e ao Senado chegavam os que desenvolviam uma carreira política.

Em relação à ocupação dos deputados estaduais, distribuimos os dados em três grupos principais: 1) atividades econômicas (comerciantes, industriais, agricultores e criadores); 2) profissões liberais (advogados, médicos, jornalistas); 3) administração (funcionários públicos, magistrados aposentados ou em disponibilidade, oficiais do Exército ou da Armada). Cerca de 50% dos deputados estaduais entre 1896 e 1930 pertencia ao primeiro grupo, sendo 31% de comerciantes e industriais e 18% de agricultores e pecuaristas. Os profissionais liberais, com destaque para os advogados, ocuparam 28% das cadeiras e os integrantes da administração 13%.

OCUPAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS
(1898 - 1930)

OCUP./LEGIS.	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	TOTAL	%
Com/Indust.	13	13	15	14	8	6	7	8	9	4	8	105	31,8
Agric/Pec.	5	6	6	3	7	2	7	6	8	7	4	61	18,5
Advogado	4	-	1	5	6	7	6	4	3	2	3	41	12,5
Médico	-	1	3	1	1	-	1	-	1	6	2	16	4,8
Jornalista	-	-	1	2	3	2	1	2	1	1	1	14	4,3
Outros ⁽¹⁾	1	1	2	2	2	2	4	5	2	1	1	23	7,0
Func. publ.	-	-	1	1	-	2	3	3	3	4	8	25	7,5
Magist. (ap/dp)	-	-	-	-	-	-	1	2	3	2	-	8	2,5
Militar	1	1	1	2	2	2	-	-	-	1	2	12	3,6
Clérigo	2	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	5	1,5
Sem inf.	4	8	-	-	-	7	-	-	-	1	-	22	6,6

Legislaturas: 3ª(1898/1900), 4ª(1901/03), 5ª(1904/06), 6ª(1907/09) ;
7ª(1910/12), 8ª(1913/15), 9ª(1916/18), 10ª(1919/21), 11ª(1922/24) ;
12ª(1925/27), 13ª(1928/30).

NOTA: (1) Farmacêutico, auxiliar de comércio, artista, agente de lei-
lão, engº civil, tabelião.

FONTE: Diário do Maranhão, O Federalista, Pacotilha, Diário Oficial.

A presença de pessoas ligadas às atividades econômicas era bem maior até a 6ª legislatura (1907/09); da 7ª em diante a tendência é de aumento dos dois outros grupos. Vejamos os percentuais: entre 1898 e 1909, os integrantes do grupo I ocuparam 62% das cadeiras (46% de comerciantes e industriais e 16% de agricultores e pecuaristas), os profissionais liberais 19% e a administração do Estado 6%; no período de 1910 a 1930, o primeiro grupo caiu para 43%, enquanto os outros subiram, respectivamente, para 33% e 18%. Os comerciantes passaram de uma presença em torno de 46% para 23% do número total de representantes. É difícil resistir à tentação de relacionar tal modificação com o desfecho da crise aberta no grupo oligárquico majoritário, depois da

morte de Benedito Leite, em 1909. A chapa que concorreu à 7ª legislatura foi organizada no Rio de Janeiro, como parte do acordo entre as facções do Partido Republicano, comandado por José Eusébio e Urbano Santos, e o Partido Republicano Federal. O arranjo que passou a sustentar a dominação política no Maranhão parece ter favorecido a entrada de novos elementos, verificando-se uma queda brusca na participação de comerciantes. Na década de 1920, o recrutamento abriu-se ainda mais para as profissões liberais e o setor da administração pública. De qualquer forma, a participação expressiva de comerciantes precisa ser qualificada. Praticamente a metade era de coronéis do interior, proprietários rurais cuja atividade se desenvolvia no âmbito da comercialização interna, sendo poucos os membros do alto comércio que chegaram a integrar o Legislativo Estadual. O núcleo da comunidade empresarial dividia as ocupações entre suas casas de comércio, as companhias de que eram sócios e diretores (serviços, bancos, têxteis) e a participação na Associação Comercial.

No âmbito da representação federal não há modificações significativas. Mais de 80% das cadeiras na Câmara dos Deputados entre 1891 e 1930 foram ocupadas por profissionais liberais, sendo 55% de advogados, 16,5% de médicos e 12% de jornalistas. O grupo das atividades econômicas ficou com 11% e o da administração não passou de 2%.

OCUPAÇÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS
(1891 - 1930)

OCUP./LEGIS.	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	TOTAL	%
Comerciante	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,0
Agricultor	1	2	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	9	10,0
Advogado	4	3	3	4	3	4	3	3	5	6	5	4	3	50	55,0
Médico	2	2	2	1	1	1	1	1	-	1	1	1	1	15	16,5
Jornalista	-	-	-	-	-	1	2	2	2	-	-	1	3	11	12,0
Militar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2	2,0
Clérigo	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3,5

Legislaturas: 1ª(1891/93), 2ª(1894/96), 3ª(1897/99), 4ª(1900/02), 5ª(1903/05), 6ª(1906/08), 7ª(1909/11), 8ª(1912/14), 9ª(1915/17), 10ª(1918/1920), 11ª(1921/23), 12ª(1924/26), 13ª(1927/29).

FONTE: Dunshee de Abranches. Governos e Congressos da República(1889-1917). Diário Oficial do Estado. Pacotilha.

É necessário considerar a origem ocupacional desses profissionais liberais. As lideranças que se destacaram na cena política maranhense no período entre a organização republicana na década de 1890 e o início da década de 1920, faziam parte de uma geração nascida durante os anos cinquenta e sessenta do século passado. Tinham, em média, trinta anos quando aconteceu a queda do Império e já haviam iniciado o caminho tradicional que ia da administração pública à política. Dos vinte deputados que chegaram à Câmara Federal entre 1891 e 1914, quando praticamente todas as cadeiras foram preenchidas pela geração nascida no período 1850/60, dezessete eram ex-inegrantes dos partidos Liberal e Conservador, quatorze dos quais haviam sido nomeados para algum cargo na administração ou eleito para o exercício de funções políticas.²⁵ Entre os últimos estavam os principais líderes políticos do Es

tado até a década de 1920: Benedito Leite, Costa Rodrigues, Luiz Domingues, Urbano Santos, Francisco da Cunha Machado, Arthur Collares Moreira. Costa Rodrigues, médico graduado na Bahia, foi deputado geral pelo Partido Liberal e vice-presidente da Província; os outros cinco, todos bacharéis em Direito, formados no Recife, eram ligados ao Partido Conservador e pertenceram ao quadro de magistrados, com exceção de Luiz Domingues, que ainda no quinto ano de Direito foi eleito deputado provincial. José Eusébio, nascido no Piauí e também líder de projeção, não está incluído na lista dos quatorze porque recebeu o grau de bacharel em 1891, já na República; depois, foi promotor público (Codó, 1892), juiz municipal (Pedreiras, 1892/95), juiz substituto da 2ª Vara da Capital (1895), Inspetor do Tesouro Público (1897), Procurador Geral do Estado (1898/99), sendo, então, lançado por Benedito Leite como candidato à Câmara Federal, onde ingressou em 1900. Essas observações sugerem que os nomes emergentes na renovação eram quadros formados segundo o padrão tradicional de carreira política. Estado e representação política permaneciam mais embrincados do que sugeriam as aparências.

O aspecto de continuidade ganha maior significação devido à grande estabilidade usufruída pelos integrantes da representação federal, com o término da alternância entre os partidos, vigente no Império. O quadro de distribuição dos deputados federais indica acentuada taxa de permanência na Câmara: dos 31 deputados, apenas nove estão presentes em menos de duas legislaturas, três deles na última. Normalmente ocorriam contínuas renovações de mandatos durante mais de dez anos

(ver anexo VII). Os deputados, em geral, saíam da Câmara somente para o Senado, o governo do Estado ou algum cargo importante na área federal. Vários dentre eles morreram no exercício dos mandatos e outros deixaram seus lugares para assumir novas funções no aparelho administrativo nacional (cônsul, desembargador da Corte de Apelação, etc.). A não-renovação do mandato dava-se apenas nos casos de dissensão política ou nas situações em que os acordos entre lideranças implicavam em "sacrifícios" de nomes sem sustentação própria, geralmente intelectuais de projeção nacional, como o jornalista Dunshee de Abranches e o escritor Coelho Neto. O domicílio dos candidatos, existente nas chapas de propaganda eleitoral, também fornece um indicador importante: apesar de muitos deputados terem nascido em municípios do interior do Estado, apenas um, Christino Cruz, residia na região de origem; não por acaso, trata-se de um dos dois agricultores que integraram a bancada maranhense. Os candidatos geralmente residiam na Capital e depois do primeiro mandato fixavam-se no Rio de Janeiro, onde muitos exerciam, ao lado das funções políticas, as suas atividades de profissionais liberais.

Em relação aos senadores da República, temos duas observações principais a fazer. A primeira, refere-se aos que não exerciam liderança política no Estado. Os governadores nomeados pelo poder central no início da República tiveram grande influência na formação das chapas eleitorais, e os três primeiros senadores pelo Maranhão, apesar de nascidos no Estado, não possuíam vínculos com a política regional. João Pedro Belfort Vieira, irmão do então governador Manoel Ignácio

Belfort Vieira, foi juiz substituto e Procurador Geral de Órfãos no Rio de Janeiro; José Secundino Lopes Gomensoro, era desembargador da Relação do Pará; Francisco Manuel da Cunha Jr., veterano da Guerra do Paraguai, estava radicado na Capital Federal, onde exercia as funções de tabelião. Desses três, o primeiro deixou a cadeira em 1897 para assumir o cargo de Ministro do Superior Tribunal Federal e os outros dois faleceram, ainda no Senado, em 1894 e 1895. A rigor, nenhum deles pode ser qualificado como líder político no Maranhão. Na mesma condição estava Fernando Mendes de Almeida, filho de Cândido Mendes, o senador do Império, diretor do Jornal do Brasil, cuja eleição foi decidida durante a crise aberta em 1909 com a morte de Benedito Leite e resultou de uma pressão de Pinheiro Machado. O líder gaúcho comandava a Comissão de Verificação do Senado e pretendia utilizar a posição de Fernando Mendes na imprensa a favor da candidatura presidencial de Hermes da Fonseca. A indicação implicou no sacrifício do recém-eleito coronel Alexandre Collares Moreira Jr., que aceitou renunciar sob a condição de ter o diploma de senador reconhecido, pois a impugnação significava um grande dano político. Caso especial é o de Gomes de Castro, apesar de tratar-se de uma das maiores expressões da oligarquia nas décadas de 1870 e 1880. A cadeira no Senado lhe foi oferecida, em 1894, por Benedito Leite, para contornar a sua disposição de retomar a antiga influência política no Maranhão, depois do fracasso do Banco de Crédito Móvel no Rio de Janeiro, onde ocupou o cargo de diretor. Gomes de Castro aceitou a senatoria com a condição de não ficar subordinado às orientações partidárias, queria autonomia para atuar na apreciação das questões nacionais. De fato, o experiente parlamentar não mais se en-

volveu com a política regional e permaneceu no Senado até a morte, ocorrida em janeiro de 1909. Realização tardia, talvez, do sonho de todos os antigos políticos do Império: ser elevado à vitaliciedade do Senado, onde, segundo a tradição, "não se fazia política".

A segunda observação refere-se à continuação do Senado como ponto alto da carreira política. O quadro de senadores mostra como os que exerciam efetivamente liderança regional possuíam longa folha de serviços na atividade política (ver anexo VIII). Ao atingir a condição de senador, o líder político não conhecia o "descenso", ficando entre a renovação do mandato e o governo estadual. Foi o caso, por exemplo, de Benedito Leite, já senador quando tornou-se governador do Estado, que utilizou-se de um expediente muito comum ao final dos quadriênios governamentais: a eleição de alguém de confiança para o Senado, que renunciaria meses depois, quando o líder deixava o Executivo Estadual e era eleito justamente para ocupar aquela cadeira. Benedito Leite, doente na Europa, avisava em telegrama ao vice-governador, em exercício, Arthur Collares Moreira: "quem for eleito agora terá necessariamente resignar fim meu período governo, pois tenho voltar Senado".²⁶ O nome inicialmente indicado foi José Eusébio, mas com a morte de Gomes de Castro em janeiro de 1909, Benedito Leite decidiu que ele deveria ser conservado na posição de senador, designando, então, o coronel Alexandre Collares Moreira Jr. para exercer essa espécie de "mandato transitório". Benedito Leite só não retornou ao Senado porque faleceu em março do mesmo ano.

Finalizando as observações sobre a composição da oligarquia no período republicano, frisamos que as transformações econômicas ocor

ridas no Maranhão na virada do século não ocasionaram modificações sensíveis no recrutamento dos setores mais altos da representação política. Isso significa que o "núcleo" da oligarquia, pelo aspecto do recrutamento, esteve pouco sujeito às transformações geradas na sociedade. A expressão "núcleo" refere-se aos atores qualificados ainda no período imperial como responsáveis pela mediação entre o poder central e a Província, o círculo restrito dos que desenvolviam a carreira política, passando pelo aparelho burocrático, chegando à Câmara Geral e, muitas vezes, ao Senado. Com a República, esses atores conseguiram maior estabilidade nas funções da representação, na medida em que terminou a rotatividade entre os grupos políticos, emergindo com maior nitidez a natureza oligárquica da organização política.

3. A CRISE DOS ANOS VINTE E SEU DESFECHO

Durante a década de vinte configura-se um novo processo de renovação interna da oligarquia, com o fim da geração nascida entre 1850 e 1860: Urbano Santos (1922), Luiz Domingues (1922), José Eusébio (1925), Costa Rodrigues (1929). Urbano Santos ainda indicou Godofredo Viana, juiz federal, como candidato ao governo para o próximo quadriênio (1922/26). Pela combinação usual, mais uma vez efetuada, o candidato escolhido devia ser previamente eleito senador, posição que ocuparia somente até o término do período governamental em curso, quando então se realizaria a troca: um assumia o Estado, outro o Senado. Uma constante nas renovações oligárquicas é a ampliação da margem de atrito entre lideranças; e um dos sinais de que ela pode resultar em crise

política, geralmente expressa na fragmentação da oligarquia, é a dificuldade de controlar as pressões por ascensão vindas de uma nova geração. No Partido Republicano, a pressão por mais espaço político já estava bem viva, reunindo-se em torno do médico Marcelino Machado ou do oficial da Marinha José Maria Magalhães de Almeida.²⁷ Herculano Parga, um dos ex-governadores do período do compromisso que fracassaram na tentativa de controlar politicamente o Estado, ficou na Câmara Federal em apenas uma legislatura (1918/1920); depois, aliado do núcleo situacionista, passou a comandar um grupo minoritário ao lado do pai, o comerciante e industrial Ignácio do Lago Parga. O falecimento de Urbano Santos, em 1922, significou a liberação da válvula que mantinha represadas as insatisfações. Somando-se às divisões expressas na formação dos grupos marcelinista, magalhãesista e parguista, também estavam na disputa pela supremacia política, o novo governador eleito, Godofredo Viana, e o desembargador aposentado Francisco da Cunha Machado, deputado federal desde 1906, antigo colaborador do falecido Benedito Leite e um dos remanescentes da geração de 1850.

A solução provisória, acertada entre os senadores e deputados federais, foi dividir o comando partidário, ficando Cunha Machado responsável pela orientação na área federal e Godofredo Viana com a direção da política estadual. Este último, assumiu o governo em 1923, apoiado por todas as correntes políticas do estado à exceção dos parguistas. Tratava-se de um acordo mais ou menos nos moldes de 1909, incluindo novamente o PRF de Costa Rodrigues. Entretanto, além de não existir um conciliador da estatura de Urbano Santos, o momento apresentava duas importantes diferenças: a) as fricções geradas na renovação interna da oligarquia prosseguiram, motivando a organização de outras

siglas partidárias; b) crescia uma insatisfação urbana, principalmente na Capital, receptiva à pregação das dissidências a favor da "moralização administrativa", e que se tornou o viveiro de sustentação dos novos partidos, no fundo, meras dissidências oligárquicas.

É preciso explicitar o que estamos designando por "renovação interna" da oligarquia e qual a natureza do processo da Revolução de 1930. Dentre as características mais fortes das renovações internas devemos destacar duas: a) o corte geracional, a pressão significativa de novos atores individuais para ascender na hierarquia dos grupos políticos; b) a capacidade do arranjo oligárquico em manter as pressões dentro das regras da organização política vigente. Ou seja, as pressões de geração por si só não acarretam modificações que ultrapassem ou modifiquem significativamente o padrão oligárquico de dominação. Torna-se necessário verificar as condições em que tal renovação está se processando, pois a natureza da crise que elas podem desencadear condiciona o alcance das mudanças. A crise de sucessão de chefia de 1909, quando da morte de Benedito Leite, por exemplo, ficou contida nos marcos do compromisso entre lideranças dos grupos políticos, sem nenhum tipo de modificação nas vinculações entre chefes municipais, oligarquia e Estado, que continuaram a desenvolver o jogo de clientelas numa base social estreita, apoiado em setores que já tinham voz política desde os tempos do Império. A crise de 1909 foi resolvida pela maior incorporação do grupo da oposição ao Estado. Esse tipo de crise nós denominamos de "intra-oligárquica". No caso dos anos vinte, existiam outros fatores que propiciaram uma sustentação mínima aos grupos posicionistas: o apelo popular nas cidades, principalmente em S. Luís. Du-

rante toda a década, presenciou-se o surgimento de dissidências oligárquicas que se estabeleciam como partidos políticos, apelando para um discurso de "moralização" administrativa e eleitoral, numa fase em que a "questão social" no Brasil começava a entrar no mundo da política, início de um processo de alteração das bases sociais do Estado no Brasil.²⁸ A forma política autoritária posterior alijou temporariamente os líderes da velha oligarquia política da Primeira República, mas preservou muitas das características fundamentais da estrutura oligárquica de mando, entre elas a utilização clientelista do Estado como veículo de relação com a Sociedade. Trata-se de uma crise que não é apenas intra-oligárquica, como a de 1909 ou mesmo a da passagem do Império para a República, mas de um conflito cujos ingredientes incorporam a necessidade de integrar novos atores à arena política. No entanto, a exemplo de outras crises, esta conhecerá sua conclusão através de uma intervenção mediadora do governo central. Mais uma vez, os grupos oligárquicos no Maranhão viram uma crise ser resolvida com a cunha do poder central, alterando a relação de forças entre os contendores. Neste caso, a intervenção se deu de dois modos, através da nomeação de interventores tenentes e através da indicação de Paulo Ramos, em 1936, para resolver um problema de impeachment sofrido pelo governador e que tinha originado uma nova duplicidade de poderes no Estado. Os anos vinte e a primeira metade dos anos trinta foram também de progressivo atrito entre o centro empresarial de S. Luís, a Associação Comercial, e a categoria dos "políticos" em geral. Não só os grandes comerciantes rejeitam os membros da oligarquia política como legítimos representantes, como os acusam de defenderem interesses próprios. Existe, pois,

uma convergência de fatores que determinam o colapso do "compromisso" oligárquico da Primeira República. No caso do Maranhão, temos que verificar: a) a crise de renovação interna e as dificuldades do arranjo existente em incorporar a participação de novos grupos, o que, de qual^{quer} maneira, implicava em aceitar um aumento da competitividade intra^{oligárquica}; b) o fortalecimento das relações de tipo corporativo entre a Associação Comercial e as instâncias de decisão política, tanto no nível federal como no estadual. O segundo aspecto será melhor compreendido no terceiro capítulo. Por enquanto, interessa apenas frisar que os acontecimentos que vamos tratar inscrevem-se em uma crise geral da sustentação do Estado no Brasil, com reflexos no Maranhão, e que a crise política gerada na década de 1920 só encontrará solução dentro do cenário autoritário vitorioso a partir de 1935. Deve ser registrado que a posição de que na base do processo revolucionário de 1930, es tão três questões: uma crise intra-oligárquica; um problema de como or ganizar a dominação incorporando setores urbanos e de como responder aos reclamos da burocracia militar sobre o monopólio do aparelho re^{pressivo}, é defendida por Luciano Martins.²⁹

Retomo o fio do processo histórico. Marcelino Machado perdeu a disputa dentro do Partido Republicano e formalizou seu rompimento em abril de 1925, através de um manifesto publicado no primeiro número do jornal O Combate, onde fez um retrospecto da situação política desde a morte de Urbano Santos até as razões que o levaram a retirar o apoio ao governo estadual. Os motivos enumerados giravam em torno das demissões de correligionários ocorridas em municípios do interior, mos tras de como "o dr. Godofredo Viana deu logo indícios de que, contra a

expectativa dos meus amigos e os compromissos por ele assumidos, a sua ação política era no sentido de me hostilizar".³⁰ De fato, colocado no meio da disputa entre magalhãesistas e marcelinistas, Godofredo Viana terminou sustentando o governo sobre o arco formado por Magalhães de Almeida/Cunha Machado/Costa Rodrigues, justamente os três senadores pelo Maranhão. O primeiro, foi eleito para a cadeira vaga com a morte de José Eusébio, em 1925; o segundo, ocupou o lugar de Godofredo Viana, em 1923, como parte do acordo de lideranças que precedeu a posse do novo governador; o terceiro, reelegeu-se em 1924 com o apoio do partido situacionista. O grupo de Costa Rodrigues ficava com uma das sete cadeiras de deputados federais e uma de senador.³¹ Ao apostar no grupo magalhãesista, o governador seguia a tendência que se consolidava no interior do partido. Magalhães de Almeida conseguiu o apoio de Antonio Brício de Araújo, irmão de Urbano Santos e membro ativo da comissão executiva, foi indicado candidato ao governo para o período 1926/1930 e afirmou-se na chefia política do partido e do Estado até as alterações verificadas com a Revolução de 1930. Distanciado do centro situacionista, Marcelino Machado organizou outro diretório do Partido Republicano, pelo qual concorreu ao governo do estado em 1925 e à reeleição para a Câmara dos Deputados em 1926. Tentativas sem sucesso, pois fora do pacto governista não havia vitória eleitoral, de nada servindo a extensa contestação dirigida pelo candidato derrotado à Comissão de Verificação de Poderes do Senado. A definição dos espaços políticos resultou ainda na organização de outra sigla, o Partido Democrático, iniciativa do médico Tarquínio Lopes Filho, que também se dizia desprestigiado, com o apoio do núcleo parguista.

O discurso desenvolvido por essas novas oposições acompanhou a crítica que se alastrava por várias capitais brasileiras, defendendo a necessidade de uma reforma eleitoral que acabasse com a manipulação dos pleitos pelos grupos oligárquicos majoritários. O novo oposicionista Marcelino Machado, referindo-se à falsificação do voto afirmava que "o resultado não podia deixar de ser a destruição sistemática, a subversão permanente de nosso regime constitucional"; defendia a independência da magistratura, declarando que "a política situacionista do Maranhão gira sobre a maior e mais prejudicial das perversões do nosso regime: a transformação do Judiciário em instrumento político, fazendo dos juizes de Direito chefes das respectivas Comarcas!".³²

A renovação interna da oligarquia colocava na agenda o problema de como absorver novos nomes sem perder o controle sobre o acesso aos círculos do poder político. No entanto, era a confluência de outro fator que criava espaço para a sustentação das dissidências: o crescente descontentamento popular. Mesmo em S. Luís, centro comercial de um Estado com pouca expressão no conjunto da Federação, alguns aspectos da chamada "questão social" estavam à vista. Durante a década de vinte, houve expansão na organização de Uniões, Grêmios e Associações de trabalhadores, cuja preocupação central era a arrecadação de fundos para assistência médica, auxílio à invalidez e ajuda familiar nos casos de morte. A maioria das organizações de trabalhadores participava do Conselho Superior dos Proletários do Maranhão.³³ É possível que a tônica das relações entre os líderes políticos e os líderes sindicais fosse a cooptação destes últimos pelo grupo situacionista, mas no período que antecedeu às eleições estaduais e municipais marcadas

para 12 de outubro de 1930, houve um movimento na base de alguns sindicatos estimulando os trabalhadores a não votarem nos candidatos indicados pelo governo e apoiados pela diretoria do Conselho.³⁴ Apesar do pleito não ter sido realizado, tal atitude contrariava o padrão dominante, largamente presente no interior, de controle estreito sobre o eleitorado.

Essa disposição associativa desenvolvia-se num quadro mais amplo de insatisfação popular, que dizia respeito diretamente às condições de vida, falta de habitação, carestia dos gêneros alimentícios, deficiência dos serviços públicos básicos. O abastecimento de água, a iluminação a gás e o transporte coletivo (bondes puxados por burros) , desde o séc. XIX pertenciam à órbita municipal e eram efetuados por companhias organizadas pelos comerciantes locais. Somente no início da década de 1920, o Estado chamou a si a responsabilidade dos serviços e encampou as companhias. Em 1923, Godofredo Viana assinou contrato com a empresa americana Ulen & Co. para ampliação dos serviços de água e esgotos, geração de energia elétrica para iluminação e transporte e uma nova prensa de algodão a ser instalada na Capital. Inicialmente, a administração dos serviços foi contratada com outra firma dos EUA, a Brigtmán & Co. Inc., mas, em 1926, a Ulen acertou um acordo através do qual tornava-se responsável pela parte administrativa, criando a subsidiária Ulen Managment Company. Os contratos envolveram empréstimos conseguidos com a intermediação da empresa junto a bancos americanos no valor de 1,5 milhão de dólares em 1923 e 1,7 em 1928, garantidos por uma série de impostos da receita estadual.³⁵ Os resultados frustraram as expectativas difundidas entre a população. Em 1927,

quatro anos depois de iniciadas as obras, o abastecimento de água restringia-se a cerca de 35% dos domicílios registrados e o serviço de esgotos a 1%.³⁶ S. Luís continuava uma cidade suja, escura, a mercê das constantes epidemias. As dissidências da oligarquia exploraram o descontentamento popular com a empresa americana, transformada numa espécie de símbolo da "imoralidade administrativa" e da "exploração estrangeira". Marcelino Machado alardeava que "o Maranhão está escravizado ao estrangeiro, reduzido à condição de 'burgo-podre' da 'princesa dos dólares' da situação dominante, a famigerada e insaciável Ulen...!".³⁷

A cidade padecia também de antigo problema habitacional. Novos bairros, favelas, surgiam na periferia, enquanto na região central "para a grande massa da população... o que fica de reserva são os baixos de sobrados, os cortiços mais ou menos disfarçados que infestam a cidade, as pocilgas e baiúcas de todo o gênero".³⁸ A esses problemas juntava-se a carestia de vida, expressa na raiva contra a "inqualificável classe dos comerciantes que só visam o seu lucro, irracional e montante, embora morram de fome os que lhes não podem comprar os artigos ordinários e caríssimos".³⁹

Resumindo, podemos dizer que uma incipiente "questão urbana" imbrincava-se à questão social, ambas concentradas na Capital e servindo como caixa de ressonância para as disputas travadas no centro da oligarquia. Na eleição presidencial de 1929, o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, foi apoiado pela coligação do PR marcelinista com o Partido Democrático, perdendo em S. Luís por pouco mais de cem votos, enquanto no cômputo geral do Estado a diferença chegou a trinta mil.⁴⁰

Outro componente do quadro político no Brasil, que influenciou

na situação dos estados, foi a ação dos tenentes, setores da baixa oficialidade militar, que desde o início da década de 1920 promoveram levantamentos localizados e defendiam a necessidade de uma intervenção armada para derrubar os grupos oligárquicos dominantes no País. Geralmente identificado como porta-voz de reivindicações da "classe média", as raízes do movimento tenentista podem ser investigadas com maior proveito nas modificações modernizadoras porque passava o exército brasileiro, notadamente as experiências de intercâmbio com os exércitos alemão e francês, incentivadoras de uma nova consciência corporativa.⁴¹ Paralelamente ao "reformismo social" dos tenentes, surgiram outras concepções de intervenção entre os oficiais de alta patente, mais preocupados em redefinir a "função" do exército através da elaboração de novas idéias sobre defesa nacional, até então restrita à guarda de fronteiras e que passa a envolver aspectos relativos às próprias necessidades de desenvolvimento econômico. O movimento do tenentismo nunca chegou a estabelecer um programa e sempre teve dificuldades para uniformizar a ação, dilacerado por inúmeras desavenças internas. Agitavam bandeiras gerais contra os dirigentes políticos, a exploração estrangeira, o predomínio do latifúndio e as crescentes dificuldades de vida das massas populares urbanas. Na verdade, os tenentes disputavam com as dissidências oligárquicas a canalização da insatisfação popular, podendo-se apontar como principais diferenças entre ambos a sua defesa explícita da intervenção armada como forma de alcançar o poder e a centralização política como modelo de organização do Estado, pois a referência aos problemas do latifúndio não ultrapassou a retórica, como ficaria evidenciado durante as interventorias tenentistas nos estados. A con-

junção momentânea tenentes/dissidências oligárquicas, que esteve na raiz do sucesso do movimento de 30, logo refluíu para uma relação de disputa pelo controle da situação política nos estados. As divergências entre as várias lideranças do tenentismo, por sua vez, atingiriam um ponto alto quando o conjunto da oligarquia, incluindo os grupos decaídos, com o apoio das lideranças empresariais e dos setores organizados do movimento operário, aumentaram a pressão a favor da reconstitucionalização do País, momento em que o tenentismo começou a se esfacelar. Na disputa dos grupos políticos entre si e contra as interventorias tenentistas, cresceu a margem de manobra do poder central, na forma da aliança de Vargas com a alta hierarquia militar.

No Maranhão, a conspiração golpista de 1930 foi coordenada por Reis Perdígão, jornalista radicado há anos no Rio de Janeiro, que mantinha relações com o movimento tenentista desde a rebelião de 1924 em S. Paulo. Apenas dois tenentes e dois sargentos, entre os militares do 24º Batalhão de Caçadores, participaram da preparação do golpe, vitorioso no levante de 8 de outubro.⁴² As oposições não se comprometeram com a conspiração, apesar da colaboração de alguns membros do Partido Democrático, mas tão logo foi instaurada a junta governativa, formada por Reis Perdígão e dois militares, os marcelinistas declararam solidariedade ao novo governo. Ao todo seriam nomeados pelo governo central cinco interventores até a normalização constitucional com a eleição de Aquiles Lisboa para governador, em 1935.⁴³

As três primeiras interventorias, compreendendo o curto período de outubro de 1930 a agosto de 1931, foram marcadas por dois fa-

tores: a) as disputas para a acomodação dos grupos vitoriosos no aparelho do Estado; b) a tentativa de estabelecer uma ligação direta do governo com os sindicatos, associações e camadas populares da Capital.

Reis Perdigão inicialmente privilegiou os marcelinistas na distribuição das novas nomeações, provocando o retraimento de Tarquínio Lopes Filho. Firme na decisão de não aceitar o posto de interventor, preferindo figurar como "eminência parda" do governo no cargo de secretário geral, Perdigão logo rompeu com os partidários de Marcelino Machado quando soube da manobra em curso no Rio de Janeiro para conseguir a indicação do ex-líder oposicionista para a interventoria do Maranhão. Terminou sugerindo a Juarez Távora, o comandante da revolução no Norte, o nome do pe. Astolfo Serra, escolhido por não possuir maiores vinculações com os grupos políticos. Astolfo Serra, no entanto, cedo procurou se desvencilhar da influência de Reis Perdigão, tecendo uma rede de apoio que incluía o grupo marcelinista e uma aproximação direta com a Associação Comercial e os sindicatos de trabalhadores da Capital. O rompimento entre o "líder civil da Revolução" e o novo interventor tornou-se inevitável. Os antigos núcleos oposicionistas, vitoriosos com o movimento de 30, mesmo sem dele ter participado, não conseguiam se entender, multiplicando atritos que estimulavam a utilização recorrente dos meios violentos de coerção policial, empastelamento de jornais, prisões, etc., similar ao clima de desmandos instaurado no interior, onde chefes políticos que viveram muito tempo à margem do situacionismo estadual reviviam as antigas derrubadas do período imperial. Um dado fundamental impedia que a lógica do quadro político fosse de simples substituição interna entre grupos da oligarquia: os mar-

celinistas, o grupo de maior expressão entre as dissidências surgidas na década de vinte, não estavam à frente da administração estadual. Essa espécie de "lacuna", o magalhãesismo retirado do poder sem que os marcelinistas ou tarquinistas conseguissem a ascensão, significou o espaço para que tanto Reis Perdigão quanto Astolfo Serra tentassem apoiar o governo diretamente nas ruas, desenvolvendo um estilo de atuação política que, ao lado da violência usada contra os oposicionistas, ia à praça pública ou à sacada do palácio encenar uma "discussão com o povo". Dois fatores principais determinaram o fracasso da tentativa: a) a instabilidade política resultante da própria incapacidade em equilibrar uma composição entre os grupos favorecia a disposição do governo central de nomear um tenente; b) a incipiente experiência populista, possuía ressonância restrita à Capital, e, mesmo nesta, o clima de manifestações e mobilizações já assustava os membros da Associação Comercial. No interior, permanecia a realidade da subordinação tradicional aos chefes políticos.

Escudados no quadro de instabilidade presente na maioria dos estados brasileiros, os tenentes conseguiram do governo provisório uma alteração mais drástica na direção das interventorias. Para o Maranhão foi designado o capitão Seroa da Mota (setembro de 1931/fevereiro de 1933), que procurou isolar o governo das pressões dos grupos políticos e das organizações de trabalhadores. Distanciados da administração, sem representantes nos cargos mais importantes, pois todos os auxiliares diretos vieram com o interventor, os diferentes núcleos políticos, marcelinistas, tarquinistas, Reis Perdigão, os decaídos magalhãesistas e genesistas, fizeram oposição através da imprensa.^{43b} As tensões au-

mentaram com o desencadeamento da campanha a favor da convocação de eleições para a Assembléia Constituinte. Em abril de 1932, Magalhães de Almeida rompe o silêncio e lança um manifesto convocando os antigos correligionários a "retomar a atividade política, reorganizando eficientemente o nosso partido".⁴⁴ O antigo comandante do situacionismo logo percebeu que em sua prolongada ausência, respondendo a inquérito administrativo no Rio de Janeiro, Genésio Rego qualificou-se como líder de uma numerosa facção do partido deposto pela Revolução, e teve que se acomodar na sigla organizada pelos genesistas, com o apoio de Clodomir Cardoso (do velho PRF) e de Godofredo Viana, a União Republicana Maranhense (URM). Os marcelinistas mantiveram a sigla do Partido Republicano e os tarquinistas fundaram a secção estadual do PSB. Nas divergências travadas entre os tenentes do Clube 3 de Outubro, Seroa da Mota era contrário à convocação da Assembléia Nacional Constituinte e não influiu na organização dos novos partidos políticos. A diretoria da Associação Comercial, respondendo a um questionário enviado por Juarez Távora, também se mostrou favorável ao fim da ditadura do governo provisório, afirmando que "a Constituinte deve vir quanto antes, para sustar males futuros quanto os que vêm se verificando em nosso País". Os "males" eram a forma de atuação dos interventores, "longe do contato direto com as classes conservadoras, cujas aspirações não têm procurado conhecer, pelo menos nas suas respectivas fontes, aqui na Capital do Estado".⁴⁵ A resposta ao questionário de Juarez Távora aumentou a distância entre os representantes do alto comércio e o capitão Seroa da Mota, que alguns meses depois deixou o cargo.

A primeira fase da reorganização dos grupos políticos em no-

vas siglas partidárias fêz-se, pois, sem a interferência do governo central, ao contrário de outros estados, onde os interventores funcionaram como um dos núcleos organizadores de partido. A bancada maranhense na Constituinte Federal possuía quatro deputados do PR e três da URM. Reis Perdigão e Astolfo Serra apresentaram candidaturas avulsas, mas tiveram pequena votação.

O novo interventor nomeado para o Maranhão, Antônio Martins de Almeida, outro integrante do movimento tenentista, seria o responsável pela condução do processo eleitoral estadual. Ao contrário do antecessor, Martins de Almeida interferiu no pleito, aliando-se ao grupo magalhãesista, que se retirou da URM, e ajudando-o a fundar o Partido Social Democrático do Maranhão (PSDM). Três auxiliares diretos do interventor, dois oficiais do exército e um funcionário público federal, o pernambucano Vitorino Freire, candidataram-se à Câmara Federal pelo PSDM. A aliança de Martins de Almeida com o magalhãesismo é um bom exemplo do significado da participação dos tenentes na política dos estados. Ao mesmo tempo que faziam o jogo do governo federal, influenciando na relação de forças entre os grupos regionais, reproduziam a atuação política da oligarquia, e, no caso, reunindo-se ao próprio grupo derribado como vitória do movimento de 30. O resultado das eleições de 14 de outubro de 1934 para deputados federais e constituintes estaduais confirmou os três grupos mais fortes da oligarquia: o marcelinista, o magalhãesista e o unionista. As sete cadeiras do Maranhão na Câmara foram ocupadas por quatro deputados do PR (Lino Machado, médico do exército; Gerson Correia Marques, comerciante; Carlos Humberto Reis, catedrático de Direito; Eliézer Moreira, agrônomo); dois do PSD (Maga -

lhães de Almeida, oficial da marinha; Henrique José Couto, advogado); um da URM (Genésio Rego, médico). A Assembléia Constituinte Estadual, encarregada também da eleição do governador e dos dois senadores, ficou com doze deputados do PSD, onze do PR, cinco da URM, um do PSB (Tarquínio Lopes Filho) e um da Liga Eleitoral Católica.

Outras siglas partidárias foram organizadas nessa conjuntura eleitoral:

a) Ação Comercial Trabalhista (ACT) - integrada por alguns dos mais importantes comerciantes e industriais de S. Luís, como Eduardo Aboud, Arnaldo de Jesus Ferreira, Eden Bessa, José de Freitas Santos Jorge, Joaquim Júlio Corrêa, Miguel Domingos Moreira, Manoel Mathias das Neves Filho. Todos eram membros destacados da Associação Comercial do Maranhão;

b) Frente Única Proletária - teve origem na Vanguarda Anti-Fascista, organizada por Abdegar Brasil Corrêa (funcionário público e advogado), Byron de Freitas (jornalista e advogado) e Pedro Bona (comerciante). Sob a legenda "Proletários, Votemos Em Nós Mesmos!", constavam da lista de candidatos, tecelões, mecânicos, motoristas, ferroviários, sapateiros, gráficos;⁴⁶

c) Ação Integralista Brasileira - seção regional do movimento integralista. Os candidatos apresentados eram, em sua maioria, funcionários públicos e profissionais liberais.

Esses três partidos não conseguiram sucesso eleitoral, seu diminuto raio de influência era praticamente circunscrito à Capital. De qualquer forma, tratava-se da reafirmação das possibilidades de mobilização existentes no ambiente urbano, que não diziam respeito apenas

à agitação dos segmentos de classe média e operários. O setor comercial de exportação e importação também mostrou disposição de ultrapassar a mediação dos "políticos tradicionais". Os programas dos partidos, de forma geral, incorporavam a defesa do voto secreto, a independência da magistratura e a intervenção do Estado na assistência social, bandeiras muito presentes durante a década de vinte. Outro ponto comum era o apoio à sindicalização, de uma perspectiva que visava facilitar os entendimentos entre capital e trabalho e a integração da representação corporativa no aparelho do Estado.

O PSD possuía a maior bancada da Constituinte Estadual, mas não o suficiente para deter sozinho a maioria. PR e URM fizeram uma aliança que lhes garantia o comando do Estado. Grupos políticos na oposição conseguiram, pela primeira vez, a vitória num processo eleitoral. Os pontos principais do acordo estipulavam a seguinte divisão de cargos: a) o governador seria Aquiles Lisboa, um médico filiado ao PR, mas que não tinha muito envolvimento com as disputas políticas; b) os senadores seriam Clodomir Cardoso e Genésio Rego, ambos da URM; c) a presidência da Assembléia ficaria com o PR e a prefeitura de S. Luís com a URM.⁴⁷ Na Assembléia, formou-se um bloco oposicionista (PSD/PSB/LEC, 46% dos deputados), enquanto em 22 de junho de 1935 Aquiles Lisboa assumia o comando da administração estadual. Dois meses depois, uma crise já abalava a relação entre os partidos da situação. A questão teve origem na tentativa do governador de não se submeter totalmente ao acordo firmado entre as lideranças, insistindo em manter no cargo de prefeito da Capital uma pessoa de sua confiança. A posição dos unionistas foi explicitada em memorial dirigido pelo diretório da URM ao

governador e não deixa dúvidas quanto à natureza das questões que geraram o atrito. Depois de cobrar o cumprimento do acordo e a entrega da Prefeitura, concluía: "Feito isto e com o reajustamento de que v. exc. prometeu fazer quanto às nomeações já publicadas, estará normalizada a situação do Estado. De então, em diante, será observada perfeita proporcionalidade na distribuição dos cargos, de modo que sejam contemplados devidamente os dois partidos que o elegeram e prestam decidido apoio ao governo de v. exc.". ⁴⁸ O governador não recuou e a URM passou a integrar o bloco oposicionista, deixando o PR em minoria na Assembléia. A nova maioria tentou destituir Aquiles Lisboa, inscrevendo nas disposições transitórias da constituição estadual que a partir da sua promulgação ficava encerrado o mandato do governador, devendo o cargo ser ocupado pelo presidente da Assembléia, agora um membro da URM, até a realização de uma nova eleição em prazo não inferior a cento e vinte dias; mas o Superior Tribunal de Justiça acatou um recurso de Aquiles Lisboa e, com base na Constituição Federal, confirmou o mandato de quatro anos. A crise entre o governo e o bloco oposicionista arrastou-se por vários meses, culminando com a decretação de "empeachment" votado na Assembléia e não acatado pelo PR, o que gerou uma nova duplicidade de poderes no Maranhão. O Jornal Tribuna, um dos porta-vozes do magalhãesismo, não hesitou em pedir a intervenção federal: "Não se compreende que possa haver uma situação mais caracterizada de anarquia na vida administrativa do Estado, que, neste caso, se encontra fora dos preceitos fundamentais do regime político republicano. Impõe-se a intervenção federal. Os próprios políticos situacionistas criaram uma situação para a Constituição de 34 autorizar (sic) a medida

de intervenção do governo federal".⁴⁹

Em 5 de junho de 1936, foi nomeado interventor do Maranhão o major Carneiro de Mendonça, que exerceu o cargo por dois meses. Getúlio Vargas aceitou um acordo com os líderes da oligarquia, através do qual um novo governador seria eleito para completar o mandato constitucional (até junho de 1938), com o apoio de todos os partidos representados na Assembléia. O Presidente da República indicou Paulo Martins de Souza Ramos, um alto funcionário do ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, maranhense, mas sem vinculações partidárias. A posse do novo governador, em 15 de agosto de 1936, não significou o término da crise em que se debatiam os líderes da oligarquia, foi apenas uma forma de negociar com o governo central o fim da intervenção. No início de 1937, a frágil unanimidade fabricada através do acordo já estava rompi-da: o PR começou a fazer oposição ao governo, no que foi seguido, pouco tempo depois, pela URM. A crise, percebida retrospectivamente, se agravava na medida da incapacidade demonstrada pelos líderes da oligarquia em : a) estabilizar uma composição de governo mais ampla, essencial nas condições de inexistência da costumeira maioria unipartidária; b) reorientar as relações do núcleo oligárquico com os emergentes setores urbanos, de maneira a flexibilizar o acesso aos postos de representação política. Nesse quadro, Paulo Ramos funcionaria como pólo alternativo de aglutinação política, desenvolvendo uma estratégia em duas frentes: formar um novo partido e acelerar a absorção estatal do nascente corporativismo urbano.

Os primeiros movimentos para a organização do Partido Evolucionista Maranhense, executados sob a coordenação do secretário geral

do governo, datam do início de 1937 e procuraram recompor o tipo de relação existente entre os partidos antes de 1930. O projeto era promover a fusão do PSD, URM e PSB na nova sigla, sob o comando do governador, deixando aos marcelinistas do PR a antiga função de minoria opositora. Os principais líderes da URM recusaram a proposta, que significaria referendar a ascensão de Paulo Ramos como condutor da política estadual. Mesmo assim, com o apoio de Magalhães de Almeida e de Tarquínio Lopes Filho, o PEM foi fundado em setembro de 1937, seguindo-se uma fase de cooptação e intimidação policial dos deputados opositores, na disputa pela maioria na Assembleia Legislativa.⁵⁰ A outra face do processo de gestação do PEM era a pressão do governo estadual sobre as chefias locais, iniciada com a reunião de uma Liga de prefeitos na Capital, forma de esvaziar a mediação exercida tradicionalmente pelos líderes partidários. A posição de subordinação dos municípios favorecia a corrida adesista, podendo-se encontrar nos jornais a transcrição de telegramas como este: "São Bento, 28. Examinando o atual momento político do Estado, resolvi, em benefício desse município, desligar-me de compromissos políticos com o Partido Republicano, para apoiar devidamente o governador Paulo Ramos, hipotecando inteira solidariedade ao seu governo. Acabo de ingressar no Partido Evolucionista Maranhense, fazendo parte do seu diretório nesse município, solidário com a sua orientação política. Benedicto Maya Muniz, prefeito".⁵¹

No plano da organização corporativa das profissões, o governo comandou uma campanha de sindicalização, criando o "Comitê de Propaganda e Organização Sindical" para "regularizar" os sindicatos já exis-

tentes, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e promover o surgimento de outros. Assim, implementava a política do governo central de atrelar os sindicatos ao Estado. O mesmo tipo de atração foi efetuado com relação aos setores empresariais, principalmente com a criação da Câmara de Expansão Comercial do Maranhão, órgão destinado a colaborar com o Conselho Federal do Comércio Exterior e que era integrado pelo governador, como presidente efetivo, um diretor executivo, sete conselheiros e consultores técnicos. A função de diretor executivo caberia ao Diretor da Produção do Estado e as de conselheiros ao presidente da Associação Comercial, como representante do comércio em geral, um representante da indústria, um do comércio exportador, um do comércio importador, um dos estabelecimentos bancários, um da lavoura e um da pecuária.⁵² A composição do órgão indicava que deveria ser um fórum privilegiado para as relações entre o governo e o alto comércio da Capital. Dos sete conselheiros nomeados pelo governador, cinco eram figuras de projeção na Associação Comercial, frequentemente integrando a sua diretoria. A aceitação da "aliança" que Paulo Ramos procurava estabelecer com o empresariado local pode ser exemplificada através do trecho de um artigo publicado na revista da Associação Comercial de maio de 1937, onde os elogios ao novo governador, saudado como "energia renovadora", ganham colorido especial em contraste com os termos dirigidos aos líderes tradicionais da oligarquia: "Estado de pequena expressão política pela ação incolor dos seus elementos representativos, que não têm sabido, com raras exceções, cumprir o seu dever, porque fazem da representação política que o povo lhes delegou um mero elemento de que se valem para custeio da sua vida folgada, fruindo as delícias da

'Cidade Maravilhosa', era preciso que surgisse uma força dinâmica, uma energia renovadora que viesse fazer voltar essa página dolorosa da história política do Maranhão, para que cessasse o suplício de Tântalo' a que o acorrentaram os maus maranhenses, que, na sua faina inglória de nada construir, imolaram a sua terra para gáudio das posições de mando em que se empenhavam".⁵³

O quadro político do Maranhão às vésperas da instauração do Estado Novo pode ser rapidamente sintetizado. O governador Paulo Ramos tentava recompor a oligarquia, interferindo ativamente na relação entre as suas facções com o intuito de formar um novo grupo político, contando, para isto, com o apoio do poder central. Buscou construir uma base social de sustentação ao governo, procurando, de um lado, atrair o empresariado, de outro, implementar a política de subordinação dos sindicatos ao Estado. A propaganda que cercava a implantação da organização sindical e alimentava as relações de cordialidade entre o governador e os dirigentes da Associação Comercial, possuía seu contraponto na violência empregada contra os opositores do governo. No clima político de 1936/37, tornou-se comum invocar o "combate ao extremismo" e a "preservação das instituições nacionais" como justificativa para os atos de intimidação e compressão política.

N O T A S . (Capítulo II)

1. Weber, Max. A Política como Vocação in Gerth, H. e Mills, C.W.(org). Max Weber: Ensaaios de Sociologia. RJ, Zahar, 1982 (5ªed) pp.102/103.
2. Sobre o significado das medidas centralizadoras ver Faoro, Raimundo Os Donos do Poder. Porto Alegre, ed. Globo, 1979(5ªed), v.1, pp.330/336.
3. Sobre o período da "conciliação" ver Iglésias, Francisco. Vida Política in Holanda, Sérgio Buarque de (org). História Geral da Civilização Brasileira. SP, Difel, 1985(3ªed), v.5
4. Isidoro Jansen Pereira, Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho (Barão de S.Bento), Carlos Fernando Ribeiro (Barão de Grajaú), José Maria Barreto Júnior (Barão de Anajatuba), Antonio Augusto de Barros Vasconcelos (Barão de Penálvã), Francisco Dias Carneiro.
5. Carvalho, José Murilo de. A Construção da Ordem. Brasília, Ed.UNB, 1981.
6. Ver Carvalho, José Murilo de. Teatro de Sombras. SP, vértice; RJ, Iuperj, pp.146/147.
7. Ver anexo VI.
8. Sobre o Poder Moderador como centro da política imperial ver a análise de Holanda, Sérgio Buarque de. Do Império à República. História Geral da Civilização Brasileira v.7. SP, Difel, 1983(3ªed).
9. A eleição emblemática deste novo quadro foi a de deputados gerais em 1881, quando o liberal Felipe Franco de Sá uniu-se ao conservador Gomes de Castro para derrotar os conservadores maístas. Um dos deputados liberais "sacrificados" no acordo rompeu com o partido e alguns

anos após fez propaganda republicana através da imprensa (Paula Duarte), outro manteve sua candidatura publicando um duro manifesto contra direção partidária, mas não conseguiu eleger-se. Na década de 1880 não há mais candidatura independente vitoriosa.

10. Dois importantes livros e dois ensaios de destaque na bibliografia indicam a diferenciação de interesses econômicos regionais e a pressão militar como pontos básicos na crise do Império. Holanda, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*, op. cit. Schwartzman, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. RJ, Ed. Campus, 1982 (2ª ed). Campello de Souza, Maria do Carmo. *O Processo Político-Partidário na Primeira República* in Mota, Carlos Guilherme (org). *Brasil Em Perspectiva*. SP, Difel, 1978 (10ª ed). Cardoso, Fernando Henrique. *Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales* in Fausto, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*, op. cit., v.8.

11. *Diário do Maranhão*, 18/12/1889, p.2.

12. *Diário do Maranhão*. 29/11/1889.

13. Para as modificações do quadro político ver Collares Moreira, Arthur Quadros. Gomes de Castro, Benedito Leite e Urbano Santos. RJ, Typ. do Jornal do Comércio, 1939; Viveiros, Jerônimo de. Benedito Leite, um verdadeiro republicano. s/ed, 1957. Meireles, Mário Martins. *História do Maranhão*. S. Luís, ed. da Fundação Cultural do Maranhão, 1980 (2ª ed) pp.321/325.

14. Para a Câmara Federal foram Luiz Domingues, o pe. Mourão e Rodrigues Fernandes; para o Senado, Gomes de Castro, que retornou em pouco tempo do Rio de Janeiro e tentou recuperar o prestígio político, e Belfort Vieira. Em data posterior, que não conseguimos precisar, o Partido Federalista se tornou Partido Republicano, ficando na oposição o Partido Republicano Federal, de Costa Rodrigues.

15. *Anais do Congresso Estadual de 1892*, sessão de 13 de outubro.

16. Anais do Congresso Estadual de 1896, sessão de 9 de maio.

17. Durante os trabalhos legislativos de 1892, os deputados estaduais chegaram a discutir um projeto que defendia a "conveniência" de garantir a representação oposicionista. Não se tratava de estabelecer competição eleitoral, mas conceder à minoria "uma quarta ou quinta parte, ou mesmo menos ... contanto que não se deixasse de abrir uma válvula para que ela viesse aqui externar suas opiniões". O projeto foi rejeitado e o presidente do Legislativo referiu-se à representação da minoria como "uma concepção metafísica". Anais do Congresso Estadual de 1892, intervenções de Collaço Veras, na sessão de 15 de julho, e Guedelha Mourão, na sessão de 13 de outubro.

18. O cerceamento do raio de tributação dos municípios iniciou-se logo em 1893, com a proibição do imposto de entrada sobre produtos de outros municípios, detendo um processo de criação de barreiras alfandegárias inter-municipais. A estrutura básica da partilha de tributos entre Estado e Municípios definiu-se entre 1905 e 1908. Ver principalmente as leis nº 381 de 24/04/1905, nº 413 de 24/04/1906 e nº 496 de 07/05/1908.

19. Reforma da Constituição do Estado do Maranhão, 07/03/1898, art. 18.

20. Sobre a questão das relações entre Estado e Municípios, o trabalho clássico é o de Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. SP, Alfa-Ômega, 1975 (5ª ed). Muito importante para o nosso texto foi o estudo de Lage de Resende, Maria Efigênia. *Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889/1906)*. Belo Horizonte, UFMG/PROCD, 1982. A formação do "novo PRM" é vista sob o prisma de uma "reação centralizadora e oligarquizante" que encerra a mal sucedida experiência de autonomia municipal.

21. Reforma da Constituição do Estado do Maranhão, 07/03/1898, art. 2.

22. Idem, art. 8, Reforma da Constituição do Estado do Maranhão, 09/05/1904, arts. 7, 12 e 14.

23. Os detalhes do conflito estão narrados, com documentação pessoal, in Collares Moreira, Arthur Q., op. cit.

24. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 27/07/1909, p.1.

25. Costa Rodrigues, Custódio Alves, Casimiro Dias Vieira Jr., Benedito Leite, Luiz Domingues, José Francisco de Viveiros, Antonio Eduardo Berredo, Gustavo Collaço Veras, Urbano Santos, Rodrigues Fernandes, Cunha Machado, Arthur Collares Moreira.

26. Collares Moreira, op. cit., p.66.

27. Marcelino Machado, médico formado na Universidade da Bahia, era genro de Benedito Leite e foi deputado federal em três legislaturas entre 1919 e 1926. Magalhães de Almeida, genro de Urbano Santos, entrou para a Câmara dos Deputados em 1921 e ficou até 1925, quando tornou-se senador e, no ano seguinte, governador.

28. Em geral os principais autores que revisaram as interpretações sobre a Revolução de 30 concordam que há uma ampliação das bases sociais do Estado, numa situação em que existe dificuldade para se identificar um setor de classe predominante. Ver principalmente Weffort, Francisco. O Populismo na Vida Política Brasileira. RJ, Paz e Terra, 1980 (2ªed), caps. II e V. Fausto, Boris. A Revolução de 1930. SP, Brasiliense, 1986 (10ªed). Idem. Estado, Classe Trabalhadora e Burguesia Industrial (1920/1945): Uma Revisão in Novos Estudos Cebrap nº20, março de 1988. Vianna, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil, RJ, Paz e Terra, 1978 (2ªed), cap.3. Martins, Luciano. A Revolução de 30 e Seu Significado Político in A Revolução de 1930 - Seminário Internacional (CPDOC). Brasília, UNB, 1982.

29. Martins, Luciano. op. cit.

30. O Combate, 21/04/1925.

31. Na recomendação do Diretório do Partido Republicano para as eleições federais está claro a sua relação com o Partido Republicano Federal: "Quanto às eleições para a renovação do terço do Senado, tendo sido a do sr.dr. Manoel Bernardino da Costa Rodrigues, cujo mandato vem igualmente terminando, realizada por acordo, e não havendo razão alguma para que não seja este mantido, antes sobejando motivos que mais o fortalecem, em virtude do apoio franco que o mesmo representante está sincera e eficientemente prestando à situação dominante ...". Pacotilha, 28/01/1924.

32. Machado, Marcelino Rodrigues. Na Democracia de Mentira. RJ, Imprensa Oficial, pp.83 e 72, respectivamente.

33. Eis algumas das organizações com referência na imprensa local nos anos vinte: União dos Funcionários Públicos do Maranhão, Associação da Imprensa, Associação dos Empregados do Comércio, Associação dos Retalhistas, Grêmio dos Maquinistas, União Operária, União Fabril Maranhense, União dos Estivadores de S.Luís, União dos Sapateiros, União dos Carpinteiros e Artes Correlativas, União dos Pequenos Mercadores de S.Luís.

34. Caldeira, José de Ribamar C. As Interventorias Estaduais no Maranhão. Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1981, mimeo. p.41 e p.73 e segs.

35. Ver Palhano, Raimundo. Coisa Pública - Serviços e Cidadania. S.Luís, IPES, 1988, pp.323 e 338.

36. Idem, p.336. O cálculo foi efetuado sobre "aproximadamente 8.000 domicílios existentes".

37. Machado, Marcelino. op. cit., p.53.

38. Pacotilha, 11/05/1920, p.1

39. Pacotilha, 26/02/1920, p.1

40. Encontramos muita dificuldade para conseguir dados sobre o eleitorado maranhense. As atas oficiais, localizadas no Diário Oficial, antes da Revolução de 1930 não informam o nº de eleitores inscritos e o nº dos que compareceram. As informações existem para as eleições federal e estadual de 1934. O eleitorado do Estado somava 45.586 pessoas, sendo que 32.713 votaram para deputados federais e 32.538 para deputados estaduais, um comparecimento em torno de 70%. Em relação à população total de 1.157.387 habitantes, estimada para 1935 pelo Instituto Nacional de Estatística, temos que o universo do eleitorado equivale a 2,8% do nº de habitantes. Em S. Luís, estavam inscritos 12.784 eleitores e votaram 9.864, um comparecimento em torno de 77%. Em relação à população estimada de 84.353 hab., o eleitorado representava 15%. Diário Oficial do Estado, 10/09/1934 e 22/03/1935.

41. A ligação do tenentismo com as classes médias é muito antiga na sociologia brasileira e, sofrendo modificações, continua presente na literatura. Veja-se, por exemplo, a seguinte afirmação: "A inserção dos tenentes no aparelho de Estado não pode nos deixar esquecer sua inserção na sociedade brasileira; se as formas políticas dos movimentos tenentistas se definiam em função de seu comportamento enquanto 'categoria social', as aspirações que exprimiam, se bem que de maneira confusa, traduziam sua filiação às camadas médias urbanas". Saes, Décio. Classe Média e Sistema Político no Brasil. SP, TAQ Editores, 1985, p.72: Um estudo que privilegia as modificações da organização interna do exército é Carvalho, José Murilo de. AS Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador in Fausto, Boris (org.). HECB, cit., v.9.

42. Ver Caldeira, cit., cap.2

43. AS informações para o período 1931/35 foram extraídas do trabalho de Caldeira, cit.

43b. Genésio Rego, médico, de uma família de comerciantes e proprietários rurais de Pedreiras, região do Mearim, foi o vice-governador no

período de Magalhães de Almeida (1926/1930). Como não conseguiu ser o candidato do situacionismo para o próximo período governamental, formou uma ala dissidente no partido da maioria.

44.O Manifesto está reproduzido in Caldeira, op. cit., pp.166/167.

45.Ver a resposta da Associação Comercial in Viveiros, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão v.3. Edição da Associação Comercial, 1964 pp.238/240.

46.Lista dos candidatos de todos os partidos e suas respectivas profissões in Diário Oficial do Estado, 10/09/1934.

47.Caldeira, op. cit., pp.244/245.

48.Apud Caldeira, op. cit., p.267.

49.Apud Caldeira, op. cit., p.294.

50.Sobre a formação do PEM ver Diário do Norte, 22 e 25/07/1937; O Imparcial, 23/07/1937.

51.O Imparcial, 29/10/1937.

52.Diário Oficial do Estado, 02/09/1936.

53.Revista da Associação Comercial nº143, maio de 1937. O Maranhão em Cartaz, pp.3/4.

CAPÍTULO III

PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ESTADO

1. A ESTRUTURA TRIBUTÁRIA E OS GASTOS DO GOVERNO

1.1. IMPÉRIO

Durante grande parte do período imperial a arrecadação da Província do Maranhão dependeu das rendas obtidas com a exportação do algodão. Em meados dos anos sessenta, a comercialização externa do algodão equivalia a cerca de 3/4 das exportações totais da Província e o imposto de 5% cobrado sobre a exportação do produto representava 40% das receitas do Tesouro Público.¹ A depreciação no nível dos preços durante as duas décadas seguintes e a estagnação do volume exportado, diminuíram o peso do comércio algodoeiro na formação das rendas provinciais. O aumento das exportações de açúcar, de 1875 até a metade da década de 1880, possibilitou um novo crescimento, em termos absolutos, do nível de arrecadação do imposto de exportação, mas não foi suficiente para reverter a sua tendência declinante no conjunto das receitas.

QUADRO I

PERCENTAGEM DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO (ALGODÃO E AÇÚCAR)
SOBRE O TOTAL DA ARRECADAÇÃO PROVINCIAL.

Anos	%	anos	%	anos	%
1862/63*	32,0	1870/71	26,5	1882/83	27,5
1863/64*	41,0	1871/72	28,3	1883/84	24,0
1864/65*	40,0	1872/73	23,3	1884/85	22,0
1865/66*	41,0	1873/74	13,5	1886/87	19,0

* apenas algodão.

FONTE: Dados brutos extraídos de: Relatório do dr. José da Silva Maia 1º vice-pres. da Província, em 1/06/1869, anexos, quadro I; Mensagem do dr. A.O. Gomes de Castro, Pres. da Província, em 3/05/1871, p.272/3 Jornal da Lavoura 15/06/1875, n.º 3 p.30; Fala do Cons. Bandeira de Melo Pres. da Província em 15/03/1886; Relatório da Comissão do Tesouro - 1890 apud Viveiros, Jerônimo de, cit. v II, pp.329/30.

Os dados disponíveis sobre arrecadação, existentes nas Mensagens, Relatórios e Falas dos Presidentes da Província, são extremamente incompletos e dificultam qualquer observação mais detalhada sobre a importância dos impostos internos, não-alfandegários, no conjunto das receitas. Podemos afirmar, contudo, que na década de 1860 as principais fontes da receita pública, além dos 5% sobre o algodão exportado, eram a meia-sisa de escravos (5%), as décimas urbanas (9% sobre o valor locativo) e a taxa sobre consumo de gado vacum. Entre os exercícios financeiros de 1862/63 e 1866/67, estes quatro itens foram responsáveis, em média, por 61,5% do total da arrecadação.² Nos anos setenta, ganhou importância o imposto cobrado sobre a venda de escravos para outras províncias, cuja renda nos exercícios de 1873/74 e 1874/75 alcançou o equivalente a 66% e 55%, respectivamente, do valor arrecadado com a exportação do algodão.³ A partir da década de setenta até o final do Império, novos itens vão aparecendo nas Leis de Orçamento da

Província: direitos de 5% sobre açúcar de produção da Província entrando para a Capital, cidades e vilas; 25% sobre o valor do alqueire de farinha exportado; 5% sobre o açúcar bruto consumido na Capital; imposto sobre armazéns e lojas, transformado no imposto de indústrias e profissões em 1884; taxas sobre casas comerciais que vendessem açúcar ou fumo, etc. Existe uma ampliação da área de tributação, que vai incorporando novos itens ao sabor das necessidades do Tesouro. O fato é que, nos últimos vinte anos do Império, as províncias do Norte enfrentaram sérios problemas de escassez de rendas; com a provável exceção do Pará e Amazonas, sustentados pelo início do "boom" da borracha. Muito contribuiu para essa situação a quase contínua depreciação dos preços do algodão e do açúcar no mercado internacional, mas o problema tinha raízes mais profundas, que reportavam à falta de uma divisão clara entre receitas gerais e provinciais. O Ato Adicional reservou à Corte a taxação sobre mercadorias estrangeiras e permitiu a bitributação sobre os produtos exportados. O governo central baseava sua arrecadação nos impostos de importação, principalmente, e nos direitos de exportação. As rendas gerais extraídas nas províncias do Norte suplantavam em muito os montantes de suas receitas. No decênio 1874/1884, a Tesouraria da Fazenda Imperial arrecadou no Maranhão 27.485 contos, sendo 18.979 (70%) sobre importações e 2.502 (9%) sobre exportações. No mesmo período, as receitas da Fazenda Provincial foram de 7.352 contos. Das rendas gerais recolhidas nas províncias, uma parte destinava-se ao pagamento dos encargos administrativos de responsabilidade do governo central, e a diferença entre o arrecadado e o dispendido, o saldo líquido, era remetido à Coroa. No exercício financeiro de 1866/67, as

rendas gerais no Maranhão foram de 1.948 contos e as despesas de 1127; o saldo, 821 contos, superou em cerca de 45% o total da arrecadação provincial no mesmo ano (566 contos). Duas décadas depois, a situação parece ter sofrido pequena alteração. No exercício de 1885/86 as rendas gerais somaram 2.244 contos contra uma despesa de 1.673, gerando um saldo de 571 contos. Não localizamos o balanço do Tesouro Provincial para o mesmo período, mas no exercício anterior o total arrecadado foi de 619 contos e, no posterior, de 664, apenas ligeiramente superior àquele saldo transferido. A remessa líquida de recursos permanecia em níveis elevados em relação às dificuldades financeiras da Província.⁵

Durante os anos setenta e oitenta, a constante expansão dos tributos no Maranhão não foi suficiente para equilibrar as contas públicas. Em busca de novas fontes de receitas, a Assembléia Provincial, ano a ano, ampliava o raio da taxaço sobre atividades comerciais, o consumo interno, as transferências de propriedades e, principalmente, voltou-se para a criação de barreiras alfandegárias interprovinciais.

QUADRO II

RECEITAS E DESPESAS DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO (em mil réis)

PERÍODO	RECEITA*	DESPESA
1862/63	563:319\$	539:634\$
1866/67	566:790\$	680:174\$
1870/71	654:830\$	745:085\$
1875/76	795:758\$	859:726\$
1883/84	660:177\$	731:541\$
1884/85	619:327\$	858:478\$

* apenas receitas originadas da cobrança de impostos, excluindo-se operações financeiras.

FONTE: Relatório do dr. Silva Maia, 1/06/1869, cit.; Relatório do dr. Silva Maia, Pres. da Província, 29/08/1871; Mensagem do dr. Francisco M.C. de Sá e Benevides, Pres. da Província, 18/10/1877; Fala do Cons. Bandeira de Mello, 15/03/1886, cit.

Os principais impostos provinciais recaíam sobre os gêneros primários de exportação, as atividades comerciais e a propriedade urbana. Envolviam, pois, os produtores rurais e os comerciantes. Os dois setores reclamavam constantemente da carga tributária e dos seus efeitos inibidores sobre a produção geral da Província.

O Jornal da Lavoura, fundado em 1875 por grandes senhores de engenhos, circulou com periodicidade quinzenal durante dois anos e frequentemente enfocou o problema dos impostos. Tratando do orçamento para o exercício 1875/76, afirmava o Jornal, em nota editorial, "a inconveniência de taxar na exportação os gêneros de produção da província". "Abolidos em todos os países civilizados, em exceção do Brasil é este de todos os sistemas tributários o mais absurdo, porque além de pesar sobre uma só classe de contribuintes, inibe-os de entrar em concorrência com os produtores de gêneros similares". Para contrabalançar a queda no nível das receitas, propunham a elevação do imposto de consumo "porque estende-se a todas as classes da sociedade, paga-o o consumidor sem sentir, em frações mínimas, à medida que consome".⁶ Esse tipo de reivindicação nunca chegou a ser atendido. A própria redução conseguida nas alíquotas sobre a exportação do algodão e do açúcar, igualando-as em 3%, logo no exercício seguinte (1876/77) foi extinta, voltando aos percentuais de 5 e 4%, respectivamente. Os produtores reclamavam ainda do fato de "ser o imposto cobrado, não sobre a renda líquida, como deveria ser, mas sobre o valor do produto bruto, cujos dois terços aproximadamente não pertencem ao lavrador porque representam custos de produção, fretes, comissões, etc."⁷

Outro problema que nos anos setenta agitou os fazendeiros e senhores de engenho foi o imposto cobrado sobre a venda de escravos para fora da Província. Os proprietários queriam saída livre para os cativos e protestaram contra um projeto surgido na Assembléia Provincial em 1876 propondo a elevação da taxa de 200\$000 para 500\$000 por escravo vendido. A proposta foi levantada como forma de "proteger" a lavoura da perda contínua de braços, mas os proprietários rurais indicavam que a causa principal da venda de escravos era o endividamento da lavoura frente ao comércio exportador. Entre as "necessidades mais palpitantes da nossa principal indústria", o Jornal da Lavoura colocava a "liberdade de exportação dos braços improdutivos em troca de capitais das ricas províncias do Sul, o que, em falta de instituições de crédito rural é, na atualidade, e em relação às condições excepcionais dos senhores de escravos, a solução mais pronta, prática e possível, do problema financeiro da lavoura, e da inauguração do trabalho livre na Província".⁸ Um proprietário do Alto Mearim argumentou, com razão, que o "imposto proibitivo" só viria "agravar mais ainda as nossas críticas circunstâncias", pois "o lavrador que tiver precisão urgente de dinheiro venderá infalivelmente mais escravos ainda para o saldo de suas contas, do que os que lhe seriam precisos - antes do imposto - para a remissão das mesmas dívidas".⁹ O projeto não foi aprovado, permanecendo a taxa de 200\$000, mas revogou-se o regulamento, vigente desde 1868, que isentava os escravos exportados, com o imposto devidamente quitado, do pagamento da meia-sisa (5% sobre o valor da venda).

Ao longo da segunda metade do século, a questão da tributação tornou-se um foco de permanente tensão entre a lavoura e a oligar-

quia política, apesar de não se ter cogitado em taxar a propriedade rural. O sentimento que aos poucos generalizava-se entre os produtores nas décadas finais do Império está expresso no seguinte trecho: "A continuarmos no anti-econômico e boçal sistema de elevar os impostos à medida que a produção do país decresce e se deprecia - chegaremos infalivelmente a decretar que o produto líquido do trabalho dos nossos compatriotas seja arrancado aos cofres públicos para uso particular dos mandões da terra, que fazem barretadas aos seus amigos com o chapéu da Nação".¹⁰

A dificuldade em equilibrar as despesas, aliada ao decréscimo das rendas sobre os principais produtos de exportação, levou o governo da Província a ampliar a órbita das tributações; penetrando em áreas tradicionalmente reservadas aos cofres da Fazenda Imperial. A tônica seria a criação de barreiras alfandegárias interprovinciais e até a bi-tributação das importações. As reações provocadas entre os grandes comerciantes podem ser observadas no choque envolvendo a Associação Comercial e o governo da Província após a sanção do orçamento para 1886/87. A diretoria da Associação Comercial dirigiu à Câmara Geral dos Deputados um pedido de suspensão do orçamento, alegando a inconstitucionalidade de vários itens, como: 1) a cobrança de tributos sobre transferências de títulos da dívida pública geral e provincial; 2) taxa de 2% sobre "despachos livres", os gêneros de outras províncias que eram re-exportados pelo porto de S. Luís, já tendo pago os direitos de exportação nos locais de origem; 3) taxa de 1% sobre todas as mercadorias estrangeiras; 4) taxa de 5% sobre o açúcar purgado e bruto que entrasse para o consumo na Capital; 5) taxa de 200 mil réis sobre

as casas que importassem "do estrangeiro ou de outras províncias - arroz, açúcar, sabão, sal, fumo e seus preparados - sendo o imposto pago por cada um desses gêneros".¹¹ Percebe-se um duplo movimento: a) o avanço sobre áreas de tributação da Fazenda Imperial, como os impostos sobre mercadorias estrangeiras, o fumo e os títulos da dívida pública; b) a criação de barreiras fiscais ao comércio interprovincial, não só com respeito aos gêneros de consumo, como também em relação ao trânsito de mercadorias de outras províncias pelo porto de S. Luís. Este comércio incluía mercadorias nacionais comercializadas com o estrangeiro ou outras partes do Império e mercadorias estrangeiras revendidas para outras províncias.

Em assembleias extraordinária no dia 28 de junho de 1866, os integrantes da Associação Comercial acataram uma proposta encaminhada pelo importador Manuel Ignácio Dias Vieira, dando prazo até 1º de julho para o vice-presidente da Província, em exercício, José Francisco de Viveiros, suspender a execução da lei do orçamento, caso contrário ficava determinado "que o comércio em geral feche inteiramente os seus estabelecimentos pelo tempo que lhe parecer conveniente, e que igualmente dessa data em diante não se faça na Alfândega despacho de mercadoria de espécie alguma, de importação".¹² O vice-presidente cedeu parcialmente e suspendeu por sessenta dias a cobrança dos direitos de 1% sobre mercadorias estrangeiras e das taxas de 200 mil réis sobre as casas comerciais que comprassem arroz, açúcar, sal, etc. de outras províncias. A atitude tomada era apenas uma forma de ganhar tempo e ver qual a posição da Câmara Geral, pois em telegrama ao Ministro do Império, José Francisco de Viveiros afirmou sua disposição de "manter a

execução da lei qual está, empregando meios suasórios para bem encaminhar este negócio".¹³ O pedido de intervenção dirigido à Câmara Geral não surtiu qualquer efeito, sequer entrando na pauta das discussões. Encontra-se na presidência da Câmara o deputado Gomes de Castro, líder da facção mais numerosa do partido conservador e o verdadeiro chefe da situação política no momento. Gomes de Castro emperrou o encaminhamento do problema, inclusive impedindo que entrasse em votação um projeto de João Henrique Vieira da Silva, deputado maranhense integrante da outra facção conservadora, que determinava a anulação dos impostos reclamados pela Associação Comercial. Os comerciantes terminaram dobrando-se ao governo e aceitaram pagar os impostos no exercício em vigor, esperando sua revogação futura, de acordo com uma proposta do diretório da facção conservadora castrista, o que não chegou a ser cumprido.¹⁴

Havia uma postura decidida dos governos provinciais de ampliar o raio de tributação, e o governo central, por sua vez, desde 1882, quando suspendeu o orçamento de Pernambuco, atendendo às pressões do setor comercial, postergava uma definição sobre o problema da divisão das rendas. O jornal que defendia a posição dos conservadores castristas no Maranhão, assim colocou a questão: "Não temos ainda a classificação das rendas gerais, provinciais e municipais. As províncias lutam com minguadas receitas; e a centralização, harpia de possantes garras, suga toda seiva que as podia vivificar. Enquanto não se discriminar as rendas, enquanto não tiverem as províncias mais largas fontes de receita, enquanto o país não entrar na via da profunda descentralização, estes fatos hão de suceder-se, porque as províncias estão em um dilema fatal - ou decretar impostos incôstitucionais ou desorganizar os servi

cos e provocar a bancarrota".¹⁵

A exemplo do que já vinha ocorrendo com os produtores rurais, a questão tributária provocava atritos entre frações poderosas do que poderia ser qualificado de setor economicamente dominante e políticos importantes, integrantes do próprio núcleo da oligarquia, como era o caso de Gomes de Castro. No documento dirigido à Câmara Geral, a diretoria da Associação Comercial, depois de tecer considerações sobre as dificuldades econômicas da Província, acentuava: "É nestas dolorosíssimas circunstâncias que crescem sem progressão natural, mas como que aos saltos, os encargos públicos, e a ponto tão exorbitante e descomunal que fica o espírito abalado sobre a utilidade do governo das representações, julgando antes ser ele mais uma ilusão do Espírito deste século".¹⁶ O fosso que ameaçava dificultar as relações entre os núcleos mais fortes da economia e os dirigentes políticos devia-se à percepção dos primeiros de que o estrato político estava comprometido com as necessidades de expansão das rendas públicas para cobrir despesas, sem levar muito em conta, pelo menos na medida ou na forma como eles desejavam, os problemas do conjunto da economia.

É preciso enfocar agora a questão dos gastos do governo e das dificuldades de caixa do Tesouro. Infelizmente, para o período imperial serão utilizados dados contidos nas previsões orçamentárias e não os números relativos aos gastos efetivos, pela falta de discrimina

ção da despesa na quase totalidade dos relatórios de presidentes da Província. O quadro esboçado será meramente indicativo das prioridades definidas no âmbito da Assembléia Provincial, em geral suplantadas no decorrer do exercício financeiro. Reunindo os orçamentos de 1870/71 a 1887/88, nota-se que os itens da despesa permanecem praticamente os mesmos ao longo do período: representação provincial, secretaria de governo, fiscalização e arrecadação, instrução, subsídios diversos, culto, administração da justiça, força militar e segurança pública, aposentados, juros da dívida pública, iluminação e obras. O item dos subsídios era formado por gastos sociais, como a manutenção da Casa dos Educandos Artífices, o auxílio à Santa Casa de Misericórdia e ao Asilo de Santa Teresa, e pelas subvenções à navegação. Separando os cinco itens mais expressivos, percebe-se o aumento contínuo das despesas com segurança pública (incluindo a Guarda Nacional), que ainda recebia uma pequena complementação do governo central, e o declínio da verba de subsídios, devido à diminuição do montante destinado à subvenção da navegação fluvial. A verba de "obras públicas" também decresceu, foi de 42 contos em 1870/71 e chegou a apenas 7,5 contos em 1887/88. Na verdade, essa diminuição era aparente, pois as autorizações do Legislativo para realização de obras passaram a integrar as disposições permanentes das leis de orçamento, onde verbas para construções e reformas de igrejas, cemitérios, pontes, cadeias, câmaras, escolas, etc. nas cidades e vilas do interior eram disputadas pelos deputados. No exercício 1884/85, por exemplo, as autorizações chegaram a 63 contos, enquanto o item "obras públicas" teve dotação de apenas 23 contos. Das rendas provinciais saíam também os pagamentos da iluminação pública da

Capital e algumas cidades do interior (Alcântara, Viana, Caxias, etc.)

QUADRO III

DESPESA PROVINCIAL - PRINC. ITENS % SOBRE O TOTAL (ORÇAMENTO)

ITENS/EXERC.	1870/71	1876/77	1881/82	1887/88
Fisc./arrec.	8,4	6,1	10,7	9,6
Inst. Pública	13,8	15,7	15,7	18,7
Subsídios	29,6	18,7	8,8 ⁽¹⁾	10,6 ⁽¹⁾
Força/Seg.	11,4	19,6	20,6	22,4
Obras/Ilumin.	12,5	10,2	11,7	8,1
Outros	24,3	29,7	32,5	30,6

Nota: (1) Incluindo os itens "Educandos Artífices" e "Saúde e caridade", que estão em artigos diferentes.

FONTE: Coleção de Leis e Decretos da Província do Maranhão. Leis nº 909 de 18/07/1870, nº 1.155 de 15/09/1876, nº 1.246 de 12/05/1881 e 1422 de 05/04/1888.

Uma forma mais interessante de verificar a organização da prioridade de gastos é agrupá-los segundo critérios mais amplos. Aproveitaremos uma divisão já utilizada por José Murilo de Carvalho, classificando os itens em três grupos principais: administrativo, social e econômico.¹⁷ Preferimos deixar em separado, no entanto, o pagamento de juros da dívida pública, agregando-o aos itens "eventuais" e "exercícios findos". O problema da evolução da dívida interna do governo provincial será tratado adiante.

QUADRO IV

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PROVINCIAL
(% SOBRE O TOTAL - ORÇAMENTO)

ÁREA/EXERC.	1870/71	1876/77	1881/82	1887/88
Administrativa ⁽¹⁾	32,5	40,6	45,4	47,7
Social ⁽²⁾	33,7	23,4	30,8	31,7
Econômica ⁽³⁾	28,5	20,3	12,2	11,3
Outras ⁽⁴⁾	5,3	7,8	11,6	9,3
TOTAL	100,0	92,1 ⁽⁵⁾	100,0	100,0

(1) representação provincial, secretaria de governo, fiscalização e arrecadação, administração da justiça, força militar e segurança, culto público.

(2) instrução pública, subsídios (Educandos Artífices, Santa Casa de Misericórdia, etc.), saúde e caridade, aposentados.

(3) subsídios à navegação, obras.

(4) dívida pública, eventuais e exercícios findos.

(5) Existem erros nos números apresentados no orçamento. Os percentuais do quadro são em relação ao valor geral da despesa indicado na lei orçamentária.

FONTE: Ver quadro III.

Os aspectos mais importantes são o crescimento contínuo das despesas administrativas e o decréscimo das despesas na área econômica. No primeiro caso, destaca-se o aumento da verba destinada à Força Militar e Segurança Pública, que duplica sua participação no orçamento, mas existiam outros fatores. Assim como não se verificou uma separação clara entre as áreas de tributação geral e provincial, também na organização da despesa tornou-se comum os cofres do Tesouro da Província assumirem encargos do governo central, como o culto público, a administração da Justiça e mesmo a Força Pública. Os magistrados eram funcionários do Ministério da Justiça e a Fazenda Imperial se encarregava dos seus vencimentos, mas o funcionamento dos serviços terminava sob responsabilidade do governo provincial. Os gastos classificados

como econômicos, por outro lado, conheceram uma redução substancial na década de oitenta. A subvenção anual concedida à Companhia de Navegação a Vapor, paga pelo governo desde 1856 e que em alguns exercícios chegou a mais de cem contos - quase o equivalente à verba votada para a instrução pública, uma das maiores do orçamento -, foi revogada em 1880. Quatro anos depois, outra empresa de navegação, a Companhia Fluvial Maranhense, conseguiu uma subvenção de 24 contos anuais da Assembleia Provincial. A escassez de dotações para a área econômica reflete o fato do Estado praticamente não intervir como investidor. Não se deve pensar, com isso, que o papel do Estado tenha sido de mero "guardião" dos mecanismos do mercado, pois sua interferência indireta, via isenções fiscais e outros favores, chegou a ser relativamente grande. Esse ponto será tratado quando abordarmos mais de perto a mediação exercida pela oligarquia entre a economia e o Estado. O terceiro aspecto a destacar é o nível dos gastos sociais durante o período indicado. A instrução pública primária e secundária respondia pela maior parte da despesa neste setor, sendo o restante dividido entre: a manutenção da Escola dos Educandos Artífices, criada em 1841 para o ensino dos ofícios; o auxílio à Santa Casa de Misericórdia, para o tratamento de leprosos e alienados, e ao Asilo de Santa Teresa e Seminário Santo Antonio; o pagamento de funcionários públicos aposentados; a catequese de índios. Interessante é a percepção dos senhores de engenho que escreviam no Jornal da Lavoura sobre o fato de aproximadamente 1/3 do orçamento estar destinado aos encargos sociais. O editorial a respeito da organização do orçamento para 1875/76, dizia sobre a despesa: "Ao lado da Companhia de Vapores figura, qual outro sorvedouro dos exaustos cofres provinciais, a caridade oficial, largamente exercida, embo-

ra condenada em seus efeitos pelos princípios da ciência econômica... Sustenta a caridade oficial: 47 funcionários públicos aposentados, reformados, jubilados e praças da polícia - no Asilo de Santa Teresa, 30 educandas e 8 órfãos pobres - na Casa dos Educandos Artífices 187aprendizes; tem mais a seu cargo a despesa de 5:500\$000 com o culto público - a de 12:750\$000 com a Santa Casa de Misericórdia - e a de 6:000\$000 com a catequese dos índios! (...) É muita caridade!".¹⁸ Não obstante esse tipo de observação, alguns itens, como o dos funcionários aposentados, expandiram-se, passando de 24:216\$, em 1870/71, para 39:180\$, em 1884/85, e 41:072\$, em 1887/88, o que significava pouco menos da quantia destinada ao pagamento dos juros da dívida pública interna.

Os números apresentados, referentes às previsões orçamentárias, servem para dar uma idéia de como o setor político distribuía despesas, mas, talvez, não estejam muito distantes dos gastos efetivos, pensando em termos dos percentuais destinados a cada área. No relatório apresentado pelo Inspetor do Tesouro em 1888, a despesa relativa ao exercício de 1886/87 encontra-se discriminada, e agrupando-se os itens de acordo com a classificação utilizada, temos: despesas administrativas, 53%; sociais, 33,3%; econômicas, 4,2%; outras, 9,5%.¹⁹ A principal observação a ressaltar é que os proprietários rurais e grandes comerciantes, pelo menos enquanto grupos, pouco se beneficiavam da estrutura de gastos do governo, apesar de constituírem quase os únicos setores onde estavam apoiadas as receitas tributárias.

Quanto ao desequilíbrio orçamentário, tornou-se um expediente usual compensar o déficit com a emissão de títulos da dívida públi-

ca, a juros que variaram de 5 a 8% ao ano. A dívida fundada em apólices do Tesouro Provincial iniciou no Maranhão durante o exercício financeiro de 1850/51; a partir daí as emissões foram constantes, conseguindo o governo captar no mercado local durante as décadas de 50, 60 e 70, respectivamente, 427:000\$, 317:500\$ e 573:300\$. O montante pago em juros, de 1850/51 a 1867/68, foi ligeiramente superior a 300 contos. Do início da formação da dívida até o exercício de 1884/85 foram emitidos títulos no valor global de 1.477:600\$ e resgatados 689:400\$. Em 1888, o total elevava-se a 1.299:600\$, o equivalente ao dobro da arrecadação média da Província durante a década de oitenta.²⁰ O mecanismo da progressão do endividamento era simples: a cada ano em que as rendas dos impostos não cobriam os gastos correntes ou o pagamento de obras e serviços acertados pelo governo, emitiam-se títulos para saldar parte dessa dívida flutuante. Várias leis de orçamento já traziam em suas disposições permanentes a autorização ao Presidente da Província para emitir apólices com a finalidade de pagar débitos de exercícios anteriores, ou mesmo, como está na lei que dispunha sobre o orçamento para 1874/75, "para ocorrer a obras públicas e outras abaixo declaradas", seguindo-se a lista costumeira de construções e consertos de pontes, igrejas, cemitérios, etc. É possível esboçar um quadro indicativo da evolução da dívida fundada do governo provincial.

QUADRO V

DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA - PROVÍNCIA DO MARANHÃO
(em mil réis)

ANOS	VALOR	ANOS	VALOR
1850/51	11:500\$	1865/66	201:200\$
1853/54	34:800\$	1869/70	358:000\$
1855/56	176:000\$	1884/85	788:200\$
1857/58	241:800\$	1886/87	1.023:800\$
1860/61	388:300\$	1888/89	1.299:600\$

FONTE: Fala do Cons. Bandeira de Mello, 15/03/1886, cit.p.74; Relatório do Inspetor do Tesouro Provincial, Antonio Emiliano D'Almeida Braga, cit., 1888; Mensagem do governador Manuel Ignácio Belfort Vieira ao Congresso do Estado, 08/02/1896 p19

O círculo do endividamento não passava despercebido aos governantes. Veja-se, por exemplo, o comentário de um Presidente da Província em 1886: "O meio quase único até hoje aplicado à extirpação do déficit tem sido o recurso ao crédito. (...) Compreende-se que se recorra ao crédito para melhoramentos úteis, que em prazo mais ou menos curto compensem sacrifícios, e restitua os capitais empregados, mas onerar as gerações futuras com um débito para despesas ordinárias e improdutivas, aumentar os encargos do Tesouro, para equilibrar orçamentos, longe de conjurar a crise, seria trilhar o caminho que vai ter à bancarrota".²¹

Em síntese, ao lado dos problemas econômicos, agravados com a depreciação dos preços dos seus principais produtos, o Maranhão também passava por dificuldades financeiras quando se deu a queda da Monarquia. As duas posturas mais conhecidas nessa situação para o saneamento das contas públicas eram o aumento de impostos e o corte nas despesas. Quanto ao primeiro, o próprio Presidente da Província, em sua

citada Fala, alertou que "são já elevados os tributos e alguns atingem ao extremo, além do qual começa a proibição. (...) Não seria prudente agravá-los". Meses depois era aprovado o orçamento que originou as desavenças entre os comerciantes e o governo. Independente de qual partido estivesse no poder, durante os anos oitenta houve aumento da tributação, principalmente sobre os dois setores básicos de uma economia voltada para a exportação primária, a lavoura e o comércio. Provavelmente, a questão residia na conjunção das insuficiências do sistema tributário, muito dependente dos direitos sobre o comércio exterior e, portanto, sujeito às suas flutuações, e a deficiência do sistema de arrecadação, levando-se em conta as constantes reclamações dos governantes a respeito da "falta de zelo" dos coletores com as rendas públicas. O corte nas despesas, por outro lado, necessitaria de uma disposição da oligarquia para diminuir a concessão de favores e a criação de empregos. Veremos oportunamente como a própria natureza da mediação política exercida pela oligarquia na relação dos grupos econômicos com o Estado, tornava-se o mais sério entrave a uma firme orientação neste sentido. O Conselheiro Bandeira de Mello, ainda em sua referida exposição, dizia que "agravar ou criar impostos para sustentar um numeroso pessoal pode ser útil aos empregados e aos pretendentes, mas não à Província, e menos ainda aos contribuintes. Só nas verbas - Secretaria da Presidência e Fiscalização e Arrecadação das Rendas - absorve o pessoal 112:678\$, pouco menos de um quinto da receita arrecadada!". Não dispomos de elementos para avaliar o peso do gasto com pessoal no custo da administração, mas o maior número de funcionários não se encon

trava nos dois setores citados e sim na Instrução e na Força Pública. De qualquer maneira, não seria fácil conseguir o controle das despesas quando a disposição geral indicava o contrário, estando bem expressa na afirmação de um deputado na Assembléia Provincial: "Primeiro fazem-se as leis que autorizam despesas e depois cria-se no orçamento verba para elas. (...) Parece-me, portanto, que a questão não é de dinheiro e sim de preferência".²² Quanto aos problemas da insuficiência de rendas, sempre pareciam contornáveis através da autorização para expansão do endividamento do Tesouro.

1.2. R E P Ú B L I C A

O quadro de dificuldades de ordem econômica e financeira, comum à maioria das províncias do Norte do Brasil no final do Império, não seria minorado com a transformação do regime político e a organização do Estado federativo. Os traços gerais da nova divisão de rendas entre a União e os estados ficaram definidos na Constituição de 1891. Em síntese, caberia ao governo federal arrecadar os impostos sobre importações, os direitos de entrada, saída e estadia de navios, as taxas do selo e dos correios e telégrafos; ficavam reservados aos Estados os impostos sobre exportações, imóveis rurais e urbanos, transmissão de propriedades, indústrias e profissões.²³ Os governos estaduais tiveram, de início, duas preocupações principais: a) compatibilizar as fontes de receitas com os novos encargos, entre os quais destacavam-se a magistratura e a necessidade de aumentar os efetivos da polícia mili-

tar; b) estabelecer regras internas de divisão das áreas de tributação entre Estado e Município. No Maranhão, nenhuma das duas tarefas foi equacionada rapidamente. O problema da divisão das rendas estaduais e municipais foi discutido em outra parte do trabalho, sob a ótica do processo mais amplo de reestruturação da dominação oligárquica no início do novo regime, e não precisará de menção especial. Cumpre apenas lembrar que o Congresso do Estado, em 1892, aprovou uma Lei Orgânica dos Municípios onde resguardava às localidades um amplo campo de tributação, progressivamente suprimido até a total redivisão em 1908, bastante favorável ao Estado. Deteremo-nos nas alterações do sistema tributário estadual durante a Primeira República.

O aspecto central da questão diz respeito às dificuldades de adequação do quadro dos impostos às modificações que se desenvolviam na estrutura econômica e nos vínculos comerciais do Maranhão. Aprofundou-se a tendência, já esboçada na década final do Império, de diminuição dos direitos sobre exportações no cômputo geral da arrecadação. A base desse movimento estava, agora, na retração do comércio exterior. A produção do açúcar conheceu rápido declínio após a Abolição, e dez anos depois a sua exportação não passava de 1/13 da média alcançada na primeira metade da década de oitenta. Sem colocação no mercado exterior, o açúcar continuou sendo vendido, em menor quantidade, no mercado nacional, principalmente para o Rio de Janeiro, e, desde 1893, não estava mais sujeito ao imposto de exportação. O outro produto de destaque, o algodão, não sofreu um baque tão profundo, mas também teve diminuída a sua comercialização no exterior (Portugal, Inglaterra, França), salvo em anos excepcionais, de retração da oferta no mercado. A export

tação do algodão atingiria um ponto crítico entre 1908 e 1915, período em que a média anual foi de apenas 682 toneladas, bem abaixo das 3 ou 4 mil comumente exportadas durante o século anterior. Grande parte da produção, cerca de 1,5 a 2 mil toneladas, passou a ser consumida pelas fábricas de tecidos criadas no Estado. Motivado pelos efeitos do "boom" da borracha na vizinha região amazônica e pressionado pelas dificuldades no mercado internacional, o Maranhão voltou-se para o comércio regional, intensificando os negócios com os Estados do Norte/Nordeste. Os principais produtos desse comércio eram os cereais (milho, farinha de mandioca e, posteriormente, arroz) e tecidos.

Sem proibição expressa no texto constitucional, os impostos sobre o comércio interestadual logo passaram a reforçar as receitas dos governos, reafirmando uma prática que se generalizava ao final do Império. Isso encarecia o comércio inter-regional e, no caso do Maranhão, uma das formas de auxiliar a colocação dos produtos seria isentá-los dos direitos de saída. De fato, a chamada "exportação livre", quase toda direcionada para o mercado nacional, representou em 1902 e 1903, dois dos poucos anos em que dispomos de dados, 70 e 53%, respectivamente, do valor total das exportações. É no mínimo discutível, entretanto, que o governo tenha seguido uma política definida de estímulo às vendas no mercado nacional, sendo, talvez, mais correto afirmar que foi uma orientação vacilante e bastante vulnerável não só às necessidades do Tesouro, como também ao poder de pressão dos setores diretamente interessados nas isenções. Vejamos o exemplo dos cereais. Farinha, milho e tapioca figuravam entre os produtos livres do imposto de exportação até 1894, foram taxados em 5% em 1895 e voltaram à isenção

em 1896. Na proposta do orçamento para 1897, o governador decidiu acabar com a isenção, alegando que "o imposto sobre a exportação de cereais foi um recurso de que lancei mão para obter mais uma fonte de renda, da qual temos indeclinável necessidade, pois os déficits que nos tem vindo dos anos anteriores ... prepararam-nos um futuro de verdadeiras privações".²⁴ A partir deste ano, os cereais estiveram presentes nas tabelas do imposto de exportação. Os comerciantes do Maranhão estavam atentos à necessidade de garantir mercados para os cereais. Em 1901, numa conjuntura marcada pela política de retração econômica do governo Campos Sales, a diretoria da Associação Comercial dirigiu um ofício aos membros do Congresso Nacional, pedindo a decretação de medidas protecionistas para os produtos alimentícios. Depois de apontar que "a crise intensa e extensíssima que o país atravessa neste momento é devida fundamentalmente ao excesso de produção do café e açúcar" e de afirmar que a importação brasileira de arroz, milho, feijão, etc., continuava muito grande, o documento concluía: "Não se atreve, porém, a agricultura a agir no sentido restaurador de praticar a valer a policultura, plantando com abundância tão necessários cereais, sem que uma razoável reforma se opere nas pautas alfandegárias, aumentando as taxas de importação dos citados produtos".²⁵ Medidas protecionistas só apareceriam em 1906, com a lei federal sobretaxando a saca do arroz importado. Em 1907, o governador Benedito Leite analisou a situação econômica do Maranhão em sua Mensagem ao Congresso do Estado, relacionando o declínio do preço da borracha com o movimento idêntico de queda no preço dos cereais: "A atividade (na Amazônia) foi-se repartindo entre a indústria extrativa e a cultura de cereais em diversos pontos da

quela zona, que a isso se prestam, e por esse motivo foi também baixando gradualmente, não só o preço dos cereais maranhenses, como também a exportação e conseqüentemente a produção desses cereais".²⁶ A diretoria da Associação Comercial combateu essa apreciação e, em duro memorial dirigido aos membros do Congresso do Estado, deslocou o centro do problema para o peso dos impostos: "A questão é que outros centros produtores nos tem expelido daqueles mercados. (...) O Maranhão não pode competir com Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro no preço dos cereais, apesar de mais próximo dos centros consumidores e portanto mais barato o frete de nossa praça para aquela, por causa da carestia do custo de produção, motivada pela rotina e exagero de impostos estaduais e municipais".²⁷ Observando a "taxa real" paga na exportação do milho e da farinha, formada pela soma dos impostos de entrada na Capital e saída para outros estados, vemos como aumentavam as alíquotas sobre os cereais ao passo que os preços declinavam.

PREÇOS E IMPOSTOS SOBRE CEREAIS

ANOS/PRODUTOS	M I L H O		F A R I N H A	
	preço méd. (kg)-	taxa real (1) réis de export	preço méd. (kg)-	taxa real (1) réis de export
1895	110	12,5%	180	10,3%
1896	109	5,0%	192	3,4%
1897	132	11,3%	156	11,4%
1898	134	11,2%	165	11,0%
1899	120	11,9%	500	7,0%
1900	164	11,0%	540	7,8%
1901	110	13,5%	218	10,5%
1902	100	14,0%	80	14,0%
1904	73	14,0%	145	14,0%
1906	75	14,0%	123	14,0%

(1) De 1895 a 1901, converte-se a taxa fixa de entrada na Capital em taxa proporcional e adiciona-se o imposto de exportação. De 1902 em diante, a taxa de entrada torna-se de 8% ad-val., somada ao imposto de 6% quando exportado.

FONTE: Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 7 de fevereiro de 1907 pelo exm. sr. dr. Benedito Pereira Leite, anexo 3.

Os tecidos e o açúcar permaneceram livres do imposto de exportação. O exemplo dos tecidos sugere a capacidade de pressão de alguns grandes comerciantes, agora também industriais, em uma situação onde não caberia a "divisão" de custos e a eventual transferência de perdas para os pequenos lavradores e comerciantes do interior. Na lei que dispunha sobre o orçamento para 1893, todos os produtos, com exceção do açúcar, cereais e caroço de algodão, deveriam pagar a taxa de 10% ad val. na saída do Estado, acrescidos de 30% de adicionais. O vice-governador em exercício, Alfredo da Cunha Martins, atendendo a uma solicitação dos diretores da Companhia Progresso e da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, decidiu "mandar que fossem os produtos das ditas fábricas, bem como das demais nas mesmas condições isentas dos referidos impostos"; e continuava: "assim procedendo, foi meu intuito obviar os grandes embaraços com que sem dúvida teriam de lutar estas nascentes empresas, cujo futuro convém animar para que produzam os frutos que delas queremos".²⁸ Daí por diante, foi mantido nos orçamentos a "saída livre" para os tecidos. Na decadente indústria açucareira, pelo menos duas grandes usinas, Castelo e Joaquim Antonio, e o Engenho Central S. Pedro, permaneciam em funcionamento; todos eram empreendimentos aos quais estavam ligadas figuras tradicionais do comércio e lavoura. As isenções, em suma, mais pareciam obedecer a certos favorecimentos do que propriamente a uma política decidida de preservação dos mercados regionais.

A observação dos principais itens da arrecadação estadual durante a Primeira República deve ser dividida em dois períodos: a) da década de 1890 até o exercício de 1914/15; b) de 1915 até o final da

década de 1920. O divisor de águas são os efeitos da Primeira Guerra sobre o comércio exterior do Maranhão. Em duas palavras, o comércio local volta a conhecer um momento de reintegração de suas exportações ao mercado internacional. Por outro lado, a dificuldade de remessa de mercadorias do estrangeiro impulsionou um maior ritmo de compras no próprio mercado nacional, notadamente da praça do Rio de Janeiro.

QUADRO VII

PRINCIPAIS ITENS DA RECEITA ESTADUAL
(% sobre o total arrecadado)

ANOS/IMPOSTOS	EXPORT.	IND/PROF.	PROD/CONS.
1895	11,5	-	41,5
1896	6,0	-	41,0
1897	11,7	15,5	39,6
1898	21,5	19,9	40,5
1899	20,5	12,7	39,2
1900	20,0	-	38,0
1901	13,0	12,1	34,5
1902	17,0	10,0 ⁽¹⁾	26,0
1903	17,2	10,0 ⁽¹⁾	26,0
1904	15,6	-	24,5
1906	11,0	14,0	16,0 ⁽²⁾
1913/14	6,0	17,5	35,0
1914/15	6,0	16,6	34,1

Obs: os espaços não preenchidos do imposto de indústria e profissões indicam que não conseguimos localizar os dados.

(1) apenas na Capital.

(2) refere-se apenas ao imposto de consumo.

FONTE: Dados brutos extraídos de: Mensagem do gov. João Gualberto Torreão da Costa, 15/02/1900; Mensagem do vice-governador coronel Alexandre Collares Moreira Jr., 28/02/1904; idem 16/02/1905; Mensagem do gov. Benedito P. Leite, 07/02/1907; idem, 21/02/1908; Mensagem do gov. Herculano Nina Parga em 05/02/1916.

Os valores dos impostos de produção e consumo muitas vezes aparecem agregados nos documentos oficiais e, assim, optamos por mantê-los em conjunto. O primeiro incidia sobre os gêneros produzidos no Estado e pagava-se quando da entrada na Capital, cidades e vilas; o segundo, recaía sobre todos os gêneros de outros Estados, sendo pago por lançamento sobre as casas comerciais, de acordo com uma estimativa das vendas, ou "à boca do cofre", quando da pesagem nos armazéns do Tesouro. O imposto de exportação continuou a sofrer as costumeiras oscilações, originadas nas variações dos preços do algodão e dos cereais, mas, no geral, situou-se abaixo dos 20% sobre o total da arrecadação e, pelo menos em quatro anos do período considerado, foi inferior ao rendimento do imposto de indústrias e profissões. Ressalte-se, ainda uma vez, que não mais existia a bi-tributação das exportações, como no Império; as alíquotas eram definidas e integralmente apropriadas pelos Estados. No início do século XX, os impostos de produção e consumo, que já respondiam por cerca de 40% da arrecadação, sofreram uma diminuição. Os níveis mais baixos, entre 1902 e 1904, coincidem com um rápido período de crescimento do comércio exterior. Na verdade, a praça comercial de S. Luís conheceria um longo período de retração nos negócios, mais ou menos de 1905 até 1915. Os problemas de arrecadação foram, então, parcialmente compensados através de "impostos provisórios", como o de 10% sobre os vencimentos dos funcionários públicos, de empréstimos junto aos bancos locais, como em 1904 e 1906, e da redefinição da divisão de rendas entre Estado e Municípios. A situação pré-falimentar dos cofres públicos e o crescimento da "verdadeira romaria" de credores junto ao Tesouro, como se expressaria o futuro governador

Luiz Domingues, gerou desconfianças na capacidade do Estado em honrar seus compromissos, inclusive inviabilizando as formas usuais de financiamento do déficit, através da emissão de títulos da dívida pública.

No governo de Benedito Leite (1906/1909), houve uma tentativa de tornar mais eficiente o sistema de arrecadação e conseguir maior estabilidade nas receitas, assentando as rendas estaduais sobre os impostos internos. O governador indicou sua intenção aos deputados estaduais, afirmando: "Cada vez mais me sinto arraigado na opinião de que devemos restringir o mais possível as taxas de exportação, baseando a receita do Estado, principalmente, nas taxas de consumo".²⁹ Os comerciantes concordavam com a proposta de extinção gradual do imposto de exportação, "essa medida criteriosa e que terá um grande alcance em nossa vida econômica", mas reclamavam também a diminuição de outras taxas, "do contrário seria cairmos em um círculo vicioso".³⁰ Aqui residia o problema, pois o que o governo propunha era transferir o peso de uns para outros impostos e conseguir maior controle sobre a previsão orçamentária. Os aumentos recairiam principalmente sobre produção e consumo e sobre as taxas de indústrias e profissões. Estava armado o cenário para um novo choque de interesses entre governo e grandes comerciantes.

A "reforma" do imposto de indústrias e profissões foi um aumento das taxas e o lançamento de casas comerciais em várias das classes em que se dividia a tabela do tributo. Referindo-se a estes aspectos, a diretoria da Associação Comercial comentou que o Congresso "em sua última sessão aumentou desapietadamente as taxas que para a cobrança desse imposto deveriam vigorar no semestre corrente e, não satisfei

to com isso, organizou nova tabela especializando diversos ramos de negócios, de tal forma que bem poucos estabelecimentos comerciais ficaram sujeitos a uma só taxa, sendo extraordinário o número dos que foram lançados em 2, 3 e 4".³¹ Sucedeu-se uma onda de reclamações na Capital e no interior sobre o aumento das taxas; numa delas, comerciantes da cidade de Barra do Corda telegrafaram à diretoria da Associação Comercial pedindo a sua intervenção junto ao governo do Estado, após informar: "Coletor acaba proceder arbitramento absurdo mês julho, lan-çando em um mês o que o comércio todo não vende em um ano".³² Em relação à cobrança do imposto de consumo, as reclamações tomaram um senti-do bem mais drástico. Os grandes comerciantes do maranhão, aproveitan-do também a ocasião de uma campanha iniciada pela Associação Comercial de Pernambuco, com o intuito de pressionar o governo central a decre-tar a proibição da cobrança de impostos interestaduais, decidiram não mais pagar o tributo. Os termos do telegrama enviado pela diretoria da Associação Comercial ao Presidente da República demonstram o grau de insatisfação: "Sendo impossível comércio do Maranhão continuar su-portar arbitrariedades governo Estado relativamente sistema cobrança impostos interestaduais, criando até embaraços suas relações localida-des interior, Associação Comercial em momento que considera angustioso para Estado tanto quanto classe representa, resolve apelar patriotismo v.exc. solicitando sua intervenção fim garantir livre exercício tão honrosa profissão assegurando lei básica República".³³ Como vários comerciantes deixaram de pagar o imposto sobre gêneros de outros Estados, o governador ordenou aos coletores a cobrança, no interior, da remessa desses gêneros enviados aos coletores pelas casas comerciais da Capi-

tal. Para os diretores da Associação Comercial, "Procedimento visa unicamente coagir todos completa submissão vontade governo"; e voltavam a insistir: "Desenvolvimento lavoura indústria dependia alívio exagerados impostos municipais estaduais, também livre entrada nossos gêneros outros estados, que não podemos exigir por não darmos exemplo".³⁴

Como é conhecido, o governo federal nada fez durante a Primeira República para impedir a cobrança dos impostos interestaduais. O comércio maranhense continuou a pagar um tributo que não facilitava o processo de integração que se verificava em relação aos mercados regionais. Um aspecto fundamental impedia os grandes comerciantes de aceitarem uma proposta como a de Benedito Leite, de "transferir" o peso dos impostos de uma para outras atividades comerciais: as maiores casas de comércio trabalhavam em mais de um tipo de negócio (exportações, importações, vendas no atacado e varejo, representações, consignações, etc.) e com vários produtos. Aliviar a área de exportação aumentando a carga tributária sobre as outras atividades seria pior, no sentido estrito da lucratividade comercial, na medida que o aumento excessivo no preço das mercadorias consumidas, por exemplo, diminuiria o volume de vendas, enquanto o peso dos impostos de exportação sobre produtos agrícolas sempre podia ser, em parte, deslocado para os outros setores da cadeia de produção e comercialização.

Os efeitos da Primeira Guerra Mundial no mercado internacional, provocando escassez de produtos, levaram um clima de euforia à praça comercial de S. Luís e serviram de ponto de partida para algumas modificações no perfil da estrutura tributária. O algodão valorizou-

se em cerca de 305% entre 1913 e 1918, e o babaçu conheceu o primeiro surto de exportação. As vendas no comércio exterior, que no período de 1911 a 1913 representaram, em média anual, 19,2% da exportação geral, passaram para 43,6% no período de 1919 a 1923. Nesta conjuntura, o imposto de exportação voltou a ter importância. Nos exercícios de 1913/14 e 1914/15, ele significou 6% da arrecadação; em 1917/18 rendeu, percentualmente, o dobro; e no início dos anos vinte, chegou à casa dos 20%.

QUADRO VIII

PRINCIPAIS ITENS DA RECEITA ESTADUAL (% sobre o total arrecadado)

ANOS/IMPOSTOS	EXPORT.	IND/PROF.	PROD/CONS.	ADIC.	OUTROS
1915/16	7,8	12,1	37,2	15,8	27,1
1916/17	9,3	11,6	39,0	15,6	24,5
1917/18	12,0	10,4	39,2	16,0	22,4
1918/19	14,5	12,9	33,5	16,0	23,1
1919/20	13,6	9,7	35,3	14,4	27,0
1920/21	11,1	12,6	30,8	14,4	31,1
1921/22	18,0	9,0	30,0	14,8	28,2
1922/23	22,0	7,4	33,8	16,6	20,2
1923/24	16,7	7,2	40,0	17,0	19,1
1924/25	12,1	8,3	36,2	15,8	27,6
1925/26	15,4	8,7	35,2	16,0	24,7
1926/27	15,3	8,5	36,8	16,1	23,3
1927/28	15,5	8,6	38,0	16,5	21,4
1928/29	17,8	9,4	38,0	15,0	19,8

OBS: A partir do exercício 1921/22, o cálculo é feito sobre o total apenas da receita ordinária.

FONTE: Dados brutos extraídos de: Relatório apresentado pelo sec. da Fazenda, José Carneiro de Freitas, 1918, pp. 190/192; Mensagem do gov. Urbano Santos, 5/02/1920, p. 4; Idem, 5/02/1921, pp. 4 e 5; Idem, 5/02/1922; Mensagem do gov. Godofredo Viana, 5/02/1924, p. 17; Idem, 5/02/1925; Idem, 5/02/1926, p. 13; Mensagem do gov. Magalhães de Almeida, 5/02/1927, pp. 44/46; Idem, 5/02/1928; Idem, 5/02/1929; Idem, 5/02/1930.

Os quatro itens acima indicados respondiam por mais de 70% da receita ordinária. Na década de vinte será importante o crescimento da receita extraordinária ou com "aplicação especial". Criavam-se novos tributos com destinação previamente estabelecida. Em 1921, esses impostos eram três: o territorial (0,5%, depois elevado para 1% sobre o valor do imóvel), cuja arrecadação deveria custear o serviço de demarcação das terras no Estado; a contribuição de 500 mil réis anuais das companhias de seguros para o serviço de bombeiros da Capital; e o imposto de assistência social. No ano seguinte, surgiu uma verba especial para auxiliar nas obras do porto, armazéns e prensa do algodão e águas e esgotos, baseada nas seguintes taxas: a) 3% sobre as "exportações livres", exceto tecidos; b) 1,5% sobre "exportações oneradas"; c) 3% sobre o valor locativo dos prédios da Capital ("imposto sanitário") d) a arrecadação do armazém nº3 da Recebedoria (Prensa), acrescida da taxa de 20%.³⁵ Nos anos seguintes outros impostos foram criados, como: a) sobretaxa de 2% sobre os impostos de indústrias e profissões, produção e consumo, exportação e transmissão de propriedades, sendo 1,5% destinados a auxiliar o custeio do hospital dos tuberculosos, mantido pela Santa Casa de Misericórdia, e a assistência dentária nas escolas, e 0,5% para auxiliar o custeio da Associação Comercial; b) taxa de 200 réis sobre o kg. do algodão em pluma exportado e 150 réis sobre o consumo do mesmo na Capital; c) taxa de "assistência proletária", de 0,75% sobre o valor da produção dos estabelecimentos industriais com mais de dez operários, que deveria subsidiar a criação das "caixas de socorro", para auxílio dos acidentados.³⁶ Existiam ainda as taxas sobre diversões, a taxa de caridade, o imposto de instrução pública. A

partir do exercício de 1928, por força dos contratos entre o governo estadual e a empresa norte-americana Ulen Mc. Company, do qual daremos notícia adiante, a renda dos serviços de água, esgotos, luz, tração elétrica e prensa de algodão, incluíam-se na "receita extraordinária". Somando-se aos vários itens indicados, a renda desses serviços contribuiu para o aumento considerável da "receita extraordinária", que de 5% da arrecadação total em 1922/23, passou a 38% em 1928/29.

A distribuição das principais fontes da receita estadual na Primeira República pode ser melhor visualizada através do quadro seguinte.

QUADRO IX

RENDA DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS ESTADUAIS (média da % s/ total da arrecadação)

ANOS/IMPOSTOS	EXPORT.	IND/PROF.	PROD/CONS.	ADIC.
1895/1899	14,2	16,0 ⁽¹⁾	40,3	(2)
1900/1904	16,5	10,7 ⁽³⁾	29,8	5,2 ⁽³⁾
1913-14/1915-16	6,6	15,4	35,4	15,2
1916-17/1919-20	12,3	11,5	36,7	15,5
1920-21/1924-25	15,9	8,9	34,1	15,7
1925-26/1928-29	16,0	8,8	37,0	15,9

(1) média do triênio 1897/1899.

(2) não localizamos os dados.

(3) média do triênio 1901/1903.

FONTE: Ver quadros VII e VIII.

Torna-se imprescindível frisarmos alguns aspectos. O governo não obteve sucesso quando expressou a intenção de diminuir os impostos sobre a exportação e deslocar o seu peso para as rendas internas. A resistência do comércio exportador, se não foi suficiente para impe-

dir a permanência, e em termos significativos, dos impostos interestaduais, também não permitiu que suas alíquotas fossem elevadas como contraponto a um alívio na área de exportação. As constantes reclamações sobre os lançamentos do imposto de indústrias e profissões, que a diretoria da Associação Comercial encaminhava ao governo, e mesmo a "rebel dia" dos episódios de 1907, quando chegou a sugerir aos comerciantes do interior o não-pagamento dos "aumentos exorbitantes", indicam que o comércio não estava disposto a arcar com elevações nas taxas sobre o exercício da sua atividade. O outro lado da questão era a própria incapacidade do governo de extrair recursos de outras áreas. Na realidade, as declarações a favor da progressiva eliminação dos tributos sobre a exportação foram relegadas a segundo plano pela reativação do comércio exterior na conjuntura da Primeira Guerra, cujos efeitos de alta de preços chegaram até o início da década de vinte. Deste período em diante, a tendência seria o governo suprir necessidades de rendas para os encargos tornados urgentes na década de vinte, como as iniciativas de assistência social, obras de saneamento básico e infraestrutura, sobretaxando produtos de exportação e outras atividades. Uma das alternativas aventadas para os cofres públicos, o imposto territorial, implantado em 1916, foi um retumbante fracasso. Urbanô Santos, já em 1921, referiu-se a ele como "verdadeira utopia entre nós, onde a propriedade do solo é ainda incerta e a terra por esta e outras causas tem muito pouco valor".³⁷ Nas contas do exercício de 1917/18, a renda sobre a propriedade rural não chegou a 29 contos; dez anos depois, foi de 55 contos, o equivalente a 0,4% da arrecadação estadual. O Maranhão, é correto indicar, no começo da década de vinte, era o Estado

que, depois do Rio Grande do Sul, apresentava a menor dependência das rendas cobradas sobre as exportações. Na maioria das unidades do Norte/Nordeste, a importância desse item variava entre cerca de 1/3 (Pará, Pernambuco, Sergipe) à metade dos orçamentos (Bahia, Paraíba, Alagoas). No Centro-Sul o quadro não diferia muito, havendo casos, como os do Rio de Janeiro e Espírito Santo, onde a dependência chegava a ser quase total, de 60 a 80% do orçamento.³⁸ A observação, no entanto, sujeita-se a dois qualificativos. Primeiro, tratava-se mais de uma "adequação" da estrutura tributária às modificações do sistema econômico e de seus vínculos comerciais que propriamente do resultado de uma política dirigida de estímulo à penetração nos mercados regionais. Segundo, a dificuldade manifestada pelo governo em extrair rendas de outros setores da economia (criação de gado, por exemplo) ou de transferir o peso da arrecadação definitivamente para impostos não-alfandegários (indústrias e profissões, produção, territorial, predial, transferência de propriedades, etc.) levava a um avanço sobre a área de exportação sempre que a conjuntura comercial mostrava-se em expansão. Os novos itens criados, as sobretaxas, incidindo inclusive sobre a "exportação livre", ainda estimularam o desvio do comércio para o porto de Tutóia, próximo à fronteira com o Piauí, ou para o porto da cidade Parnaíba, localizada neste vizinho Estado, quadro que se agravaria na primeira metade da década de trinta. A questão da arrecadação é um ângulo importante para percebermos como as relações entre o empresariado comercial e o governo, longe de estarem determinadas por estreita afinidade, foram ponteadas por momentos de tensão e desencontros de interesses.

As despesas do governo, à exemplo das receitas, sofreram variações mais sensíveis apenas a partir de meados da segunda década do século XX. Na fase inicial do regime republicano houve problemas para compatibilizar os novos encargos com as fontes de receita. Entre os encargos transferidos à órbita estadual, destacavam-se a magistratura e a responsabilidade integral pela manutenção da Força Pública. Somavam-se a estes, outros itens que também seriam mantidos somente pelos cofres estaduais: governador e pessoal de gabinete, saúde, segurança, junta comercial. O relator da comissão de orçamento do Congresso Estadual em 1892, Aristides Coelho, pintou um quadro negro das dificuldades: "Como sabeis, a nossa despesa cresceu muito com os encargos das repartições e serviços gerais que vão passar para o estado ...; para fazer frente a este acréscimo de despesa nos foram cedidos pela União os impostos sobre a exportação, selo, transmissão de propriedade, indústrias e profissões e predial na importância de 310:000\$000. (...) Entre a receita que nos vai cedida pela União e os serviços que nos vem há um déficit de 90:000\$000. Se bem a União nos conceda estas verbas de impostos, tiram-nos por outro lado a importância de 120:000\$000, que até aqui arrecadávamos de imposto de importação, portanto o nosso déficit vem a ser de 240:000\$000".³⁹ A organização federativa e sua divisão de rendas cedo mostrou-se onerosa para os Estados que não viviam um momento de expansão das exportações.

Quatro itens destacavam-se na estrutura de gastos do governo, pelo menos até a obtenção do primeiro empréstimo externo em 1910: fiscalização e arrecadação das rendas, força e segurança pública, magis-

tratura e instrução primária e secundária. Trabalhando com dados dos balanços do governo podemos ter uma idéia da evolução desses gastos em termos do percentual relativo à despesa total. As considerações sobre a dívida pública serão feitas quando da análise da situação financeira do Estado.

QUADRO X
DESPESA EFETIVA - PRINCIPAIS ITENS
(% sobre o total)

ITENS/ANOS	1893	1902	1913/14	1920/21	1928/29
Fisc./arrec.	12,4	11,5	7,2	14,1	13,0
Força/seg.	20,1	23,6	12,3	15,1	8,0
Magistratura	15,9	12,1	3,5	8,4	5,5
Inst. pública	12,3	11,9	8,0	7,6	8,6
Juros div.públ. (1)	4,6	2,6	14,9	7,3	18,0

(1) a partir de 1913/14 são os juros da dívida interna somados aos da dívida externa.

FONTE: Dados brutos extrídos de: Mensagem do gov. Manuel Ignácio Bel - fort Vieira, 7/02/1895; Mensagem do vice-gov. coronel Alexandre Collares Moreira Jr., 28/02/1904; Mensagem do gov. Herculano Parga, 5/02/'16 Mensagem do gov. Urbano Santos, 5/02/1922; Mensagem do gov. Magalhães de Almeida, 5/02/1930.

A Força Pública do Estado não teve aumento de contingente durante a Primeira República. Em 1895 ela somava ao todo 377 homens, entre oficiais e soldados, sendo 270 do corpo de infantaria, 97 do corpo de segurança e 10 do piquete de cavalaria. Em 1927 esse total havia decrescido para 329; eram 201 soldados de linha, um número inferior ao existente na última década do Império. Entre 1900 e 1926, o policiamento dos municípios estava sob a responsabilidade do Estado, ficando a Força Pública distribuída nas "zonas militares" até a criação da Guarda Civil, em 1910, especialmente para o policiamento das localidades. Os gastos com pagamentos dos salários consumiam 90% da verba destinada à polícia militar, ficando o restante para fardamento, armas, mu

nições, manutenções, etc., mas os vencimentos não animavam o recrutamento. A rigor, o aumento dos efetivos ocorria apenas em ocasiões especiais, como nos anos de 1899 a 1902, quando cerca de duzentos homens foram enviados ao sertão para combater um poderoso chefe local, Leão Leda, antigo partidário dos liberais e que se colocava em oposição à nova situação política. Os conflitos entre chefes locais no sertão arastavam-se há mais de uma década e Benedito Leite, o líder político do Estado, aproveitou a onda de violências após o assassinato de um promotor público e decidiu pela intervenção. O Congresso Legislativo autorizou a elevação do número de praças do Corpo de Infantaria para 400 homens, mas o recrutamento não chegou a tanto, segundo o governador João Costa, "não só porque a escassez do soldo não era incentivo para o voluntarismo, como também porque as notícias aterradoras sobre os acontecimentos do sertão produziam completo pânico na população".⁴⁰ Nessa conjuntura foi até decretado um aumento de 40% no soldo dos oficiais que seguissem para o interior, considerando-se a partir da cidade de Barra do Corda. O chefe local, Leão Leda, depois de várias escaramuças, seguiu para a comarca de Boa Vista, no norte do Goiás, enquanto os soldados enviados pelo governo ficaram alguns meses cometendo desmandos e violências no sertão. Outra ocasião em que houve necessidade de gastos especiais foi quando da passagem da coluna Prestes pelo Maranhão em 1925. Fora esses momentos, não temos indicações de maiores movimentações de tropas no Estado, apenas o envio de pequenas guarnições para resolução de problemas corriqueiros, incluindo as intimidações em períodos eleitorais e os assassinatos nas disputas entre coronéis (ou entre estes e as autoridades judiciárias). Aspecto importan-

te seria a utilização de oficiais do corpo de infantaria nas delegacias municipais. Os delegados do interior não eram remunerados e, em geral, exerciam a função pessoas de certa importância nos municípios, ligadas mais diretamente aos chefes locais que ao governo do Estado. A partir da criação da Guarda Civil, em 1910, os oficiais passaram a servir como inspetores, com poder de afastar os delegados titulares e assumir o comando do posto. Aos poucos tornaram-se freqüentes as nomeações de tenentes da polícia militar para as delegacias municipais, recebendo uma comissão para o desempenho do encargo. Em 1926, no início do governo de Magalhães de Almeida, o policiamento local voltou à órbita dos próprios municípios; a nomeação dos efetivos da Guarda Civil ficava a cargo dos prefeitos e os ordenados seriam definidos pelas Câmaras. A verba destinada à Guarda Civil significava mais de 1/3 do total reservado para a Força Pública no orçamento e sua supressão, enquanto despesa estadual, contribuiu para a queda de importância deste item no final da Primeira República.

A magistratura, passando para a órbita estadual, logo tornou-se um dos mais dispendiosos itens do orçamento. Quase toda a verba destinada à Justiça ficava no pagamento do pessoal (desembargadores, juízes de direito e municipais, procurador geral, promotores, suplentes de juízes, secretários, oficiais de justiça, escrivãos, etc.). Observando alguns dos exercícios para os quais o gasto com pessoal está discriminado, vimos que os vencimentos consumiram em 1893, 92,5% da verba total, em 1904, 91%, e em 1913/14, 90%. O Judiciário, como outros setores do Estado, estava sujeito a atrasos na folha de pagamentos. No exercício de 1913/14, a verba votada pelo Congresso para o pessoal da

Justiça foi de 454 contos, mas os pagamentos realizados não passaram de 125 contos; o mesmo ocorreu em 1925/26, quando o montante dispendido não chegou à metade do crédito autorizado. Essas discrepâncias, no entanto, eram bem mais frequentes nos setores da instrução pública e da polícia militar, e raramente ocorriam na Fazenda. De 1900 a 1914 houve compressão e atrasos nos salários de quase todo o funcionalismo estadual; praticamente os únicos a terem seus vencimentos reajustados foram os membros do alto escalão, diretamente vinculados ao governador (secretário de governo, chefe de polícia, inspetor do Tesouro) e os chefes de seção do Tesouro. Ainda assim, os desembargadores e o Procurador Geral do Estado permaneceram com os maiores salários da administração, 10:200\$ anuais. No mesmo período, um juiz de direito na Capital recebia 7:800\$ e no interior 5:400\$; um oficial de justiça 600\$ anuais. Não se pode dizer que os salários dos magistrados fossem propriamente baixos, apesar das reclamações neste sentido. Sem contar as disparidades em relação aos funcionários menos graduados, um diretor das grandes fábricas têxteis da Capital, por exemplo, recebia, em média, 3:000\$ anuais no início do século.

Um problema frequente no funcionalismo, e particularmente acentuado entre os juizes e promotores do interior, era o número de pedidos de licença com vencimentos. Os titulares passavam pouco tempo em seus respectivos postos de serviço. O deputado Antonio Silva apresentou no Congresso Estadual, em 1896, um levantamento indicando que 17 juizes de direito estavam em gozo de licença remunerada. Isso significava que mais da metade das comarcas do Estado estavam sem os respectivos juizes. O parlamentar satirizou o fato: "Desejaria, senhores,

poder acreditar que esses ilustres funcionários de que me estou ocupan-
do guardassem o leito por motivo de moléstia; mas assim não acontece
visto que os vejo lampreiros nas ruas desta cidade e mesmo na ante-sa-
la deste Congresso ..."⁴¹ Os pedidos de licença eram encaminhados ao
Congresso, onde, em regra, recebiam aprovação sem muita demora, ou, ca-
so não estivesse em funcionamento, eram enviados diretamente ao gover-
nador. O Judiciário empregava muita gente, principalmente no início
da República. Para se ter uma idéia, em 1898, ano em que foi suprimi-
do temporariamente o cargo de juiz municipal, sob alegação de conten-
ção de despesas, a Justiça possuía 494 funcionários, o equivalente a
quase 40% do número total dos servidores estaduais, segundo o organo-
grama apresentado pelo governador João Costa em sua Mensagem de 1900.
Em 1923, o quadro havia diminuído para 308 funcionários. A própria di-
visão judiciária do Estado estava sujeita a injunções políticas; comar-
cas eram criadas, desmembradas ou reagrupadas ao sabor dos interesses
de ocasião. Assim, existiam 32 comarcas em 1892, 24 em 1898, 26 em
1929. Estes são apenas alguns exemplos, pois as redivisões aconteciam
praticamente a cada quatro anos.

A instrução pública constituía item de tradicional importân-
cia na estrutura de gastos, mas se excluirmos o ensino secundário, mi-
nistrado na Capital, podemos dizer que neste setor do serviço público
estavam as piores condições de trabalho, da carência de instalações e
material aos baixos salários. O quadro de funcionários passava por
constantes alterações, submetido às considerações de empreguismo e fa-
vorecimentos pessoais. Um inspetor do Tesouro observou ser tão grande
o número de professores sem qualquer qualificação que "os mal intencio-

nados" poderiam até "sugerir a idéia de que a instrução no Maranhão não tem por único objetivo educar a mocidade, mas também ministrar meio de vida a muitos desocupados".⁴² Um professor nas localidades do interior recebia pouco, de 600 a 840 mil réis anuais na década de 1890, e geralmente tinha outras atividades para aumentar os rendimentos. Considerava-se o problema da instrução pública quase sempre como necessidade de abertura de novas escolas, fechando os olhos ao fato das suas possibilidades reais de funcionamento, instalações e material didático, serem praticamente nulas. O Inspetor acima citado mencionou a verba de dois contos de réis consignada no orçamento para as despesas de casa, mobília, etc. das duzentas escolas (as "cadeiras de ensino") espalhadas pelo interior em 1900, acrescentando que essa importância não daria para aparelhar de forma conveniente três ou quatro unidades. A junção de escassa remuneração, falta de qualificação do pessoal e inexistência de condições materiais de funcionamento, resultavam na ineficiência do sistema de educação, a ponto do Presidente do Congresso do Estado em 1896, um professor do Liceu Maranhense, dizer que "dois terços da verba decretada no orçamento para instrução pública é dispendida em pura perda". A distribuição das "cadeiras de ensino" fazia-se no âmbito do Legislativo, onde os deputados tratavam de inscrever no orçamento a respectiva verba para cidades, vilas e povoados das suas regiões. Um congressista, pretendendo a criação de cadeiras de ensino na cidade de Picos e na vila de S. José dos Patos, sentiu-se constrangido a frisar que "apresentando estes projetos não tenho o intuito unicamente de criar empregos remunerados na minha localidade".⁴³ A observação sobre os empregos não era descabida, pois o pe. Mourão, com certa

razão, dizia que "pagar 600\$000 a quem não se dedica à instrução é pagar-lhe uma pensão sob a capa do ensino que não subministra".⁴⁴ A situação piorou durante os anos de maior problema financeiro do Estado, do início do século até 1915. Em 1911, o governador Luiz Domingues chegou a afirmar que "o ensino no Maranhão está quase circunscrito à Capital", lamentando ainda a "falta de escrúpulo com que se prestam comissões regulares a assinar atestados falsos de matrícula e de frequência a professores que nem sequer deram um dia de aula no mês e até no ano inteiro".⁴⁵ De acordo com os dados dos recenseamentos, em 1872 existiam 809 analfabetos em cada 1.000 hab. no Maranhão ; em 1920, esse número subiu para 842.⁴⁶ A quantidade de escolas de ensino primário, entretanto, aumentava: 109 em 1870, 160 em 1896 e 595 em 1929. Inicialmente, o Estado mantinha a totalidade das escolas e subvencionava aulas ministradas por particulares. No decorrer do período republicano, os municípios passaram a fazer despesas com o ensino e o número de particulares subvencionados aumentou. Na Mensagem do governador relativa ao ano de 1929, os números apresentados indicam 555 escolas de ensino primário, sendo que 303 (54,4%) eram municipais ou de particulares.

O sistema de arrecadação de rendas, apesar de comumente qualificado como ineficiente pelos próprios governantes, possuía um peso significativo nos gastos administrativos do Estado. Inicialmente, o serviço ficava a cargo do Tesouro Público, dividido em três seções, responsáveis pela arrecadação e fiscalização dos impostos na Capital, coletorias e agências fiscais do interior, pelas rendas de armazenagem e os pagamentos do governo. Em 1914, foi decretada a extinção da Inspeção do Tesouro e criada a Secretaria da Fazenda, a qual subordinava

vam-se duas repartições distintas, a Recebedoria e a Pagadoria. A nova organização durou até 1926, quando foi recriada a Inspetoria do Tesouro. Em setembro de 1918, criou-se uma secção de estatística. Neste último ano, o Estado possuía 63 coletorias, 21 agências fiscais independentes e 121 agências subordinadas às coletorias. Os coletores exerciam suas funções mediante o pagamento de uma fiança junto ao Tesouro, calculada de acordo com o nível de renda dos municípios, e recebiam um percentual sobre a arrecadação. A obrigatoriedade da fiança ficou estabelecida em 1893, mas sua implementação não deve ter sido fácil, pois em 1900 o Inspetor do Tesouro informava que 27 dos 48 coletores então existentes não estavam afiançados. Em termos aproximativos, o pagamento do percentual aos coletores variou entre $1/4$ e $1/5$ das rendas arrecadadas no interior. O grosso das rendas estaduais recolhiam-se na Capital e ao longo dos anos uma série de leis, portarias, regulamentos, etc., visaram diminuir a evasão de rendas no interior. A maioria dos coletores não mantinha a escrituração em dia e atrasava a remessa dos balancetes mensais. Uma das providências tomadas foi aumentar a frequência das inspeções de funcionários do Tesouro às estações fiscais. Grande parte dos impostos no interior eram cobrados através do sistema de lançamentos ou arbitramento; o coletor, por exemplo, estipulava o imposto que uma casa comercial deveria pagar, com base numa estimativa do giro dos negócios, o que deixava um amplo espaço para barganha entre os principais contribuintes e os agentes do fisco. O problema da evasão de rendas não se devia apenas à suposta venalidade dos coletores; o próprio sistema de lançamentos, além de não acompanhar a variação real do movimento econômico, sujeitava seus agentes a toda sorte de pressões típicas de uma situação de pouco controle sobre

o exercício do mando coronelista nos municípios. Até o início do século, as estações do interior respondiam, em média, por 20% da arrecadação estadual; esse nível passou a 30% a partir de 1905, mantendo-se assim, com pequenas variações, nas duas décadas seguintes. Na verdade, o aumento da arrecadação coincide com um dos períodos de maior crise das finanças públicas, quando o governo estadual redefiniu, a seu favor, a partilha tributária com os municípios. É mais provável que a melhoria no rendimento das estações fiscais deva-se antes a este aspecto que propriamente à maior eficiência do sistema de arrecadação, embora as duas coisas não se excluam. De qualquer forma, manter o pessoal da arrecadação, fiscalização, armazenagem e estatística e pagar as percentagens aos coletores, custava aos cofres estaduais na década de vinte quase o equivalente à soma das despesas com a Justiça e a Instrução Pública.

Podemos ampliar a percepção sobre os gastos do governo utilizando novamente a divisão das despesas em administrativas, sociais e econômicas. Mantemos os juros da dívida pública, os créditos extraordinários e outros, como suprimentos a exercícios anteriores, eventuais etc., separadamente. Os encargos com a dívida pública cresceram a partir da segunda década do século, mas se grande parte do empréstimo contratado com um banco francês em 1910 destinou-se ao pagamento da dívida flutuante do Estado, quase toda podendo ser considerada débito administrativo, o mesmo não podemos dizer dos empréstimos efetuados na década de vinte com empresas norte-americanas, destinados a serviços de infraestrutura na Capital. Quanto às despesas extraordinárias, nem sempre estavam discriminadas nos balanços governamentais utilizados, o que in

viabilizava a distribuição nas áreas da classificação.

QUADRO XI

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA ESTADUAL

(% sobre o total dispendido)

ÁREAS/ANOS	1893	1902	1913/14	1920/21	1928/29
Administ. (1)	58,0	56,0	30,5	45,5	33,5
Social (2)	18,0	19,0	12,0	14,5	19,0
Econômica (3)	3,0	3,0	4,0	12,5	7,5
Juros div. publ.	4,5	2,5	15,0	7,5	18,0
Extraord.	1,0	0,5	0,5	16,0	27,0
Outros	15,5 (4)	19,0 (5)	38,0 (6)	4,0	-

(1) governo (governador, secretaria geral, Congresso), judiciário, força e segurança, bombeiros, tesouro, imprensa oficial, junta comercial, registro civil.

(2) educação, saúde, aposentados e pensionistas, assistência social, biblioteca e teatro.

(3) obras públicas, subvenção à navegação, limpeza de rios, estradas, conservação dos próprios do Estado.

(4) exercícios findos, auxílio às intendências municipais, restituições, eventuais, suprimentos aos exercícios de 1892 e 1894.

(5) exercícios findos, eventuais, suprimento ao exercício de 1901.

(6) exercícios findos, eventuais, pagamento de dívida flutuante.

FONTE: Ver quadro X.

Distinguem-se duas fases. Na primeira, o governo praticamente gastava tudo o que arrecadava com os encargos mais diretamente ligados à administração. Os suprimentos a exercícios anteriores e os pagamentos de dívida flutuante, resultantes de um crônico desequilíbrio orçamentário, referem-se, em sua maior parte, a despesas na área administrativa, principalmente débitos com fornecedores do Estado ou atrasos no pagamento do funcionalismo. As despesas sociais mantiveram-se quase as mesmas do final do Império: os auxílios à Santa Casa de Misericórdia e ao Asilo de Santa Teresa, o pagamento dos aposentados e refor

mados do serviço público. Houve apenas o acréscimo da inspetoria de higiene. Os gastos na área econômica continuaram circunscritos às subvenções, à navegação e às pequenas obras realizadas nos municípios. A verba destinada à repartição de obras públicas era muito pequena e pouco ia além do próprio custeio (expediente, salários).

Uma alteração significativa desse padrão verificou-se somente com o aumento do nível das receitas do Estado a partir de 1915/16, início da segunda fase. Na década de vinte, em parte por pressão da Associação Comercial, aumentou a preocupação do governo com a qualidade dos produtos de comercialização, especialmente algodão, arroz e couros. O Estado, ainda de forma tímida, ampliou sua participação no sistema produtivo: serviços de classificação de algodão, cereais e couros, ampliação de armazéns, construção de uma prensa elétrica de algodão, reformas paliativas no porto, fundação do Aprendizado Agrícola Christino Cruz, programas de aberturas de estradas. Em alguns casos, como nos serviços de classificação de gêneros ou da prensa de algodão, o governo logo firmou contratos com grupos de comerciantes da Capital para a administração. Em 1921, foi inaugurada a estrada de ferro S. Luís/Teresina, da órbita federal, que muito contribuiu para que a região do Itapecuru mantivesse sua importância econômica e não sofresse uma completa estagnação por falta de transportes, dadas as dificuldades crescentes da navegação fluvial. Eram melhorias bastante localizadas, cujo funcionamento, em geral, ficava aquém dos propósitos almejados e alardeados pelos governantes. Na década de trinta, basicamente os mesmos problemas seriam constantemente relacionados nas reuniões da Associação Comercial e nos seus ofícios e memoriais enviados ao governo: de

ficiência de transportes, carestia de fretes, má qualidade dos produtos, extravio de mercadorias nos armazéns do Tesouro, obstrução do porto.

Na segunda fase houve também um certo incremento nos gastos sociais. Na educação destaca-se a criação das faculdades de Direito (1918) e Farmácia e Odontologia (1922). O Serviço de Higiene iniciou programas, em conjunto com o governo federal, de combate a doenças como tuberculose e tifo e às infecções do aparelho digestivo, que eram responsáveis por grande número de óbitos entre as crianças. Em 1924, desenvolviam-se cinco programas: combate às endemias rurais, serviços de higiene, prevenção da tuberculose, combate à lepra e às doenças venéreas e combate à febre amarela. Os três primeiros eram mantidos pela União, através de convênios firmados entre o governo e o Departamento Nacional de Saúde, sob o compromisso do governo estadual restituir, a prazo, 50% das despesas. Existia também um Instituto de Assistência à Infância, ocupando-se da "maternidade, alimentação, tratamento médico e educação elementar a crianças desvalidas", serviço mantido pelo imposto de caridade, estabelecido em 1918 sobre o consumo de bebidas alcoólicas, fumo e perfumarias. Em 1925, foi criada a "assistência proletária", basicamente voltada para atendimento médico e concessão de benefícios, custeada através de uma taxa especial sobre o valor total da produção dos estabelecimentos industriais que empregassem mais de dez operários. Verificar o funcionamento e efetiva abrangência desses programas é algo que escapa aos objetivos do trabalho e ao próprio sentido das observações. Devemos apenas lembrar que era comum a criação de órgãos e seções no aparelho estatal cujo simples custeio absorvia

a maior parte das rendas alocadas, diminuindo consideravelmente o montante real a ser aplicado nos programas.

Na primeira metade dos anos vinte estava plenamente colocado como anseio básico dos trabalhadores urbanos a organização de sistemas de amparo nos casos de doença, invalidez e morte, sendo este o aspecto principal na formação das associações de empregados e até em sociedades religiosas, onde benefícios daquele tipo constavam dos estatutos, mediante contribuição mensal dos integrantes. O tipo de relação contratual ainda predominante, pagamento diário ou por empreitada, dificultava ao trabalhador fabril a obtenção de concessões. O início da interferência do poder público mostra que o governo do Estado percebia o crescimento dos problemas na área social. Outra característica importante do período foi a preocupação com reformas urbanas, provavelmente a principal marca do governo de Godofredo Viana (1923/26), quando surgem as iniciativas para melhoria das condições de higiene dos prédios da Capital e a reforma dos serviços de água, luz, esgotos e transporte urbano. Nos anos vinte, as velhas deficiências dos serviços públicos de S. Luís, mantidos pelas empresas criadas no século XIX por grupos de comerciantes, chegavam ao limite. Ante uma insatisfação que se generalizava nos diferentes círculos sociais da Capital, os líderes políticos firmaram contratos com empresas norte-americanas para reforma e administração dos serviços, em bases muito pesadas para o Tesouro estadual, o que transformaria os juros da dívida pública no item mais elevado da despesa.

O estudo da situação financeira do Maranhão durante a Primeira República traz, principalmente nas duas primeiras décadas do novo regime, uma dificuldade adicional à aludida escassez de dados estatísticos. Trata-se da inclusão como receita das rendas originadas da emissão de títulos da dívida pública, empréstimos, suprimentos feitos por outros exercícios financeiros, etc. Assim, os pequenos déficits que aparecem nos balanços gerais estão longe de retratarem a verdadeira situação do Tesouro. Vejamos alguns exemplos. O governador Belfort Vieira afirmou em Mensagem apresentada ao Congresso do Estado que "no exercício de 1894 o déficit atingiu a importante cifra de 418:796\$348 não incluindo como receita a restituição feita pela União ao Estado, a emissão de títulos da dívida, os depósitos de diversas origens, as rendas de aplicação especial e os suprimentos feitos por outros exercícios!"⁴⁷ No balanço final do Tesouro, o exercício fechou com um saldo positivo de 45:584\$000. Referindo-se ao exercício de 1903, o Inspetor do Tesouro alertava que "a arrecadação do Tesouro e Coletorias foi de 2.463:763\$723 ... No entretanto (sic), pelo jogo da escrituração, segundo o sistema adotado nesta Repartição, é o balanço fechado com a soma de 3.512:315\$373..."⁴⁸ O mesmo pode ser detectado em 1906, quando a receita computada chegou a 2.254:547\$, mas, retirando-se as "operações de crédito" e outras que não advinham da cobrança de tributos, o total diminui para 1.879:583\$. Por outro lado, a despesa às vezes não inclui transferências para exercícios anteriores, como observamos em 1902, quando o balanço acusou uma despesa efetuada de 2.205:260\$, sem contar o suprimento de 335:075\$ feito ao exercício de 1901.⁴⁹ São poucos os relatórios existentes com a completa discrimina

ção das fontes de renda, dificultando bastante uma visão mais clara dos desníveis entre receitas e despesas. O desequilíbrio nas contas públicas iniciava com as falhas constantes nas previsões do orçamento, pois o governo quase sempre não arrecadava o estipulado e os gastos ultrapassavam o total fixado. Praticamente não havia controle sobre os pagamentos efetuados pelo Tesouro e coletorias do interior, para o que muito contribuía a ação dos deputados estaduais, autorizando a liquidação de débitos atrasados ou criando novos, sem preocupação com a existência de recursos. Os números condensados no quadro seguinte não estão "limpos" dos artifícios contábeis, principalmente no período de 1893 a 1916/17, e dão apenas uma imagem pálida da situação da Fazenda estadual.

QUADRO XII

RECEITAS E DESPESAS

(valores nominais em mil réis)

PERÍODO	R E C E I T A		D E S P E S A	
	total	média	total	média
1893/1897	7.611:984	1.522:396	7.939:053 ⁽¹⁾	1.587:810
1898/1902	11.616:704	2.323:340	10.813:911	2.162:782
1903/1907 ⁽²⁾	12.225:631	2.445:126	11.741:090	2.348:218
1907-08/1911-12	12.837:308 ⁽³⁾	2.567:746	12.632:341 ⁽⁴⁾	2.526:462
1912-13/1916-17	18.331:479	3.666:295	17.886:804	3.577:360
1917-18/1921-22	28.577:217	5.715:443	30.742:522	6.148:504
1922-23/1926-27	43.275:146	8.655:029	46.155:586	9.231:117

(1) para 1896 foi utilizada a despesa prevista no orçamento.

(2) 1907 refere-se apenas a um semestre (jan/jun). A partir do segundo semestre, o exercício financeiro do Estado foi modificado, ficando de julho a junho do ano seguinte.

(3) para o exercício 1909/1910 utilizamos a receita orçada.

(4) para os exercícios 1909/10 e 1911/12 utilizamos a despesa orçada.

FONTE: Ver quadros VII e VIII.

Mesmo com a cobertura das emissões de títulos e empréstimos, os déficits aparecem. Na verdade, salvo uma pequena melhora entre 1898 e 1900, todo o período de 1893 até 1915/16 foi de muitas dificuldades financeiras. Não só a arrecadação ficava aquém do orçado e não cobria as despesas correntes, como o acúmulo de dívidas de exercícios findos impedia qualquer equilíbrio nas contas. A prática constante no Império de financiar o déficit gerando novas dívidas continuou durante a República. Em 1890, o governo estadual conseguiu um empréstimo junto ao Banco da República, depois Banco do Brasil, no valor de 300 contos de réis, a juros anuais de 6% e resgate em 24 anos, destinado a "satisfazer aos herdeiros de Francisco Gonçalves dos Reis da quantia de 65:000\$000 pela aquisição do prédio onde funciona o Tesouro Público e pagamento de dívidas dos exercícios encerrados".⁵⁰ Outros empréstimos para cobertura de dívidas foram contraídos com bancos e casas comerciais locais: em 1894, 200 contos (Banco do Maranhão e Banco Hipotecário); em 1904, 500 contos (Banco Comercial e Banco do Maranhão) a juros de 10% anuais; em 1906, 160 contos junto aos bancos do Maranhão e Hipotecário, a juros de 12%, e 140 contos com a casa comercial Cunha Santos e C^a Succs., a juros de 8%. As taxas acertadas nos empréstimos bancários eram o dobro dos juros pagos pelos títulos públicos, sempre entre 5 e 6%.

Pelo menos de 1890 até 1906, segundo as referências contidas nas mensagens dos governadores, não houve aumento da dívida fundada, que permaneceu no mesmo valor do final do Império, 1.299:600\$. Colocaram-se no mercado apenas títulos nominativos com prazo curto de resgate. Em 1910, quando Luiz Domingues assumiu a administração do Estado,

a dívida fundada era de 2.646:200\$ e os débitos de exercícios findos somavam 2.210:659\$. O novo governador acertou, então, o primeiro empréstimo externo do Maranhão, com o Banco Argentino e Francês, de 800.000 libras, tipo 82, juros de 5% e amortização de 2% a iniciar em 1916. Convertido em moeda nacional, o valor recebido em parcelas até 1911 foi de sete mil contos de réis. A preocupação principal do governo era liquidar as dívidas acumuladas, inclusive aquelas contraídas com os bancos locais. Talvez um dos grandes problemas na utilização dos créditos tenha sido a falta de uma definição mais rígida de prioridades. Houve uma espécie de "pulverização" do dinheiro recebido, destacando-se: o pagamento da dívida flutuante; dois empréstimos hipotecários a empresas particulares, um à Companhia de Navegação a Vapor, no valor de 1.200:000\$, nas mesmas condições de pagamento do débito externo do Estado, e outro de 300:000\$ à Usina Joaquim Antonio, da fabricação de açúcar, a juros de 5% e resgate em 50 anos; reforma dos serviços de saneamento básico da Capital, a um custo inicial de aproximadamente 2.000:000\$. O restante destinou-se à limpeza de rios, concerto de prédios, construção de escolas, etc. As companhias não saldaram os compromissos e as obras de água e esgotos ficaram inacabadas. As dívidas de exercícios findos logo retomaram os níveis anteriores. O balanço do exercício de 1914/15 indicou uma dívida interna (fundada e flutuante) de 4.479:847\$ e 12.330:000\$ de dívida externa. O compromisso externo elevou o peso do pagamento de juros no conjunto das despesas estaduais, que oscilava entre 2,5 e 3,5%, para cerca de 15% do total. Como o contrato estipulava reembolso sob taxas de câmbio flutuantes, a desvalorização do franco no período em que deveria ser iniciado o paga

mento do principal da dívida (1916) beneficiaria o Estado, mas o governador Herculano Parga (1914/18) aproveitou a ocasião para renegociar o empréstimo, prorrogando o início da amortização para 1928. Parga tentou equilibrar as finanças estaduais e, de fato, conteve despesas e diminuiu a dívida interna. Estabeleceu, por exemplo, modificações no mecanismo de resgate dos títulos do governo, operação que era feita por sorteio e com restituição pelo valor nominal, autorizando o Tesouro a recomprar os títulos de quem aceitasse o preço de mercado.

Na primeira metade da década de vinte, a elevação dos níveis da arrecadação animou os líderes políticos a efetuarem novos empréstimos, desta vez para a conclusão das obras de saneamento da Capital, iluminação, modernização dos transportes urbanos e construção de uma prensa de algodão elétrica. O primeiro empréstimo levantado nos EUA ficou acertado em 1923, no valor de um milhão e quinhentos mil dólares. As condições contratuais indicavam empréstimo tipo 85, juros anuais de 8%, amortização de 2%, resgate em 20 anos. Os títulos especiais do empréstimo seriam resgatados junto à Ulen através da remessa da renda líquida dos serviços. Vários impostos estaduais serviam de garantia, no caso da renda não cobrir os juros e amortizações. O governador Godofredo Viana resumiu como os encargos iniciais reduziram o valor recebido à metade da cifra acertada: "O produto líquido do empréstimo foi de U\$ 1.275.000, dada a diferença de tipo (85, com resgate ao par). Mas, se atendermos à circunstância de que dessa importância ficaram em poder dos prestamistas: U\$ 172.600 para amortização do empréstimo até maio de 1927; U\$ 119.280 para pagamento de coupons relativos aos juros do primeiro ano; U\$ 227.000 para remuneração da firma empreiteira e

U\$ 16.000 para as despesas com a comissão e legalização dos títulos, chegaremos à conclusão de que na realidade era de U\$ 740.120 a quantia de que dispúnhamos para a contratação das obras".⁵¹ Os recursos foram utilizados na indenização da antiga Companhia das Águas, compra de material, pagamento dos técnicos americanos e da mão-de-obra, logo tornando-se insuficientes para a continuação dos serviços. O governo acertou, em 1924, um empréstimo complementar junto a sete grandes casas comerciais da Capital (Eduardo Burnett & C^a, Leão & C^a, Francisco Aguiar & C^a, Cunha & C^a, Almeida Neves & C^a, C.S. de Oliveira Neves e Abelardo da Silva Ribeiro), no valor de 2.500:000\$, em condições bem mais pesadas: tipo 80, juros de 10% anuais, amortização de 5%, prazo de vinte anos. Do total líquido de dois mil contos, resultante de diferença de tipo, ficaram logo em poder dos credores 125:000\$ para pagamento de juros e amortização relativos ao primeiro ano e 250:000\$ de comissão financeira.⁵² A renda da prensa de algodão da Capital servia de garantia ao empréstimo e ficou sob a administração dos comerciantes. Em 1926, o governo contraiu dois novos débitos, um de 236 mil dólares com a Ulen, ainda para os serviços de saneamento, e outro de 2 mil contos de réis com o Banco do Brasil, para o pagamento de dívidas vencidas. Na Mensagem de fevereiro de 1928, o governador Magalhães de Almeida resumiu a situação da dívida pública.

Dívida externa (em mil réis)

Emp. francês (1910)	5.412:495\$
Emp. americano (1923)	10.709:160\$
Emp. americano (1926)	1.864:280\$
	17.985:935\$

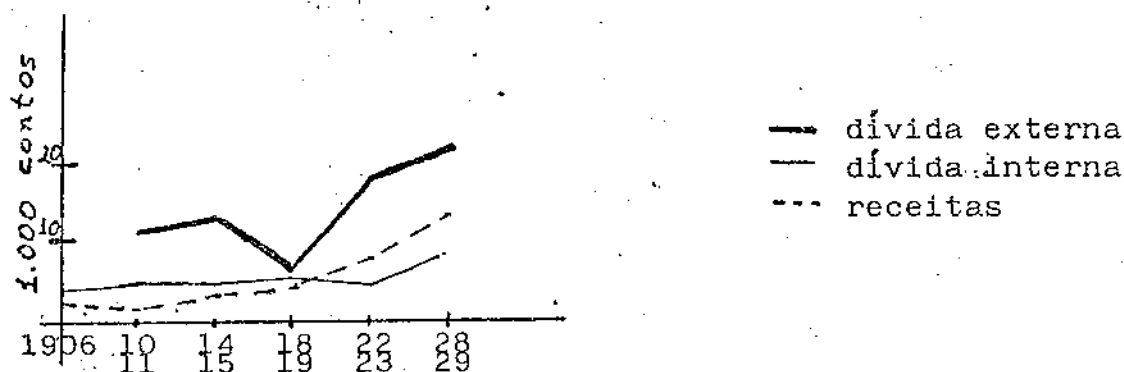
Dívida interna

Emp. de 1924(Prensa)	1.957:500\$
Emp. de 1926(B.B.)	2.000:000\$
Dívida fundada	2.545:800\$
Dívida flutuante	4.000:000\$
	10.503:300\$

TOTAL	28.489:235\$
-------	--------------

A dívida geral do Estado correspondia a 3,5 vezes a arrecadação e o dispêndio anual com juros subiu a 1/4 do total das despesas. Em março de 1928, o governo realizou nova operação financeira junto à Ulen, que resgatou os empréstimos de 1923 e 1924, unificando-os em novas condições: tipo 87, juros anuais de 7%, amortização de 1%, prazo de 30 anos. O débito do Estado com a empresa norte-americana ficou em 1.750.000 dólares, cerca de quatorze mil contos de réis. Em 1929, a dívida externa do Maranhão somava 21.049:710\$ e a interna 8.345:800\$, totalizando 29.395:510\$.⁵³

O gráfico seguinte indica a evolução da dívida pública e das receitas estaduais entre 1906 e 1929.



FONTE: Mensagem do gov. Benedito Leite, 07/02/1908; Mensagem do gov. Luiz Domingues, 12/02/1911; Costa Fernandes, H. Administrações Maranhenses, cit., pp. 214 e 215. Para as receitas v. quadros VII e VIII.

A queda verificada no nível da dívida externa no período da Primeira Guerra não resultou da diminuição do estoque do débito francês, mas da desvalorização do franco à metade da taxa cambial vigente quando do empréstimo em 1910. Note-se que o endividamento interno permaneceu praticamente nos mesmos níveis entre 1906 e 1922/23. Eram pou

cas as possibilidades de colocação de títulos de longo prazo e, assim, a dívida fundada sofreu pequenas alterações: 1.299:600\$ em 1906, 3.067:400\$ em 1917 e 2.545:800\$ em 1927. Os débitos de exercícios fin dos conheceram oscilações mais significativas e, como vimos, vários em préstimos foram efetuados para diminuí-los. Durante as duas primeiras décadas da República, a captação de recursos extra-orçamentários res tringiu-se ao lançamento de títulos nominativos com prazo curto de res gate e aos empréstimos levantados na praça local. O crescimento do en dividamento público veio principalmente a partir do empréstimo francês de 1910 e ganhou maior amplitude com os empréstimos norte-americanos da década de vinte. Talvez deva-se destacar não tanto o nível do en dividamento em relação ao das receitas, mas a utilização dos em préstimos. Em toda a Primeira República, os governos do Maranhão não utilizaram o en dividamento para promover melhorias em pontos econômicos estratégicos (estradas, reforma do porto, beneficiamento de produtos, etc.), quase sempre resumiram-se a cobrir pagamentos atrasados. Quando tentaram al go diferente, os resultados foram operações confusas e dispendiosas pa ra a Fazenda estadual, como os auxílios a companhias privadas ou as re formas dos caros e pouco eficientes serviços urbanos.

2. ECONOMIA E ESTADO: A MEDIAÇÃO DA OLIGARQUIA

O papel exercido pela oligarquia na mediação entre os interesses econômicos privados e o Estado é essencial para a clarificação da natureza da sua atuação política. A estrutura oligárquica, tal como a vimos desenvolvendo, não sofreu alterações fundamentais na passagem do Império para a República, de maneira que perceberemos, entre os dois períodos, antes maior liberdade regional dos núcleos oligárquicos na concessão de favorecimentos particulares do que a existência de modificações no relacionamento entre grupos econômicos e Estado. Explorando uma documentação heterogênea e descontínua, tentaremos delinear a natureza dessa relação e indicar a sedimentação de um tipo de intermediação de interesses.⁵⁴

Inicialmente, podemos indicar que, no Maranhão, em todo o período de meados do século XIX até a década de 1930, o Estado praticamente não teve participação direta na exploração de atividades produtivas ou no setor de serviços. No entanto, tal característica sempre foi acompanhada por um amplo poder de ingerência indireta através da regulamentação e dos favorecimentos a essas atividades (concessões de privilégios, empréstimos, cancelamento de dívidas, isenções fiscais), a ponto de inscrever no horizonte dos empreendedores econômicos a possibilidade de utilização do poder público, tanto no momento de gestação dos investimentos como nos períodos de dificuldades financeiras. A fluidez daí resultante nos limites entre o Tesouro público e os cofres particulares e entre o incentivo para o florescimento de novas ativida

des e o amparo permanente a elas, colocaram os detentores das rédeas do Estado em posição que extrapola a gerência do âmbito especificamente político e administrativo, qualificando-os como verdadeira fonte de benefícios, com o poder de distribuir vantagens ou erigir barreiras à iniciativa privada. Retroativamente, era como fonte de benefícios particulares que a sociedade se relacionava com a sua representação política, configurando um tipo de vinculação que não facilitava a integração de grupos sociais mais amplos ao sistema de decisões políticas e contribuiu para a preservação da margem de independência da oligarquia.

A estratégia utilizada para o esclarecimento destes aspectos divide-se em dois itens. No primeiro, teceremos considerações sobre a atuação do Estado em relação às companhias de navegação a vapor, como exemplo das formas de apoio a um ramo essencial do setor de serviços. No segundo, trataremos da questão dos incentivos aos empreendimentos especificamente produtivos e do papel da representação política federal e estadual no exercício da intermediação entre os interesses econômicos privados e o Estado.

2.1. Setor de Serviços: O Caso da Navegação

A primeira experiência para o estabelecimento da navegação a vapor no Maranhão data de 1850, quando a casa comercial de Domingos Silva Porto aproveitou a concessão oferecida pelo Legislativo provincial, que estipulava privilégio de 20 anos e empréstimo de 25 contos de réis sem juros, e importou um barco para a linha do rio Itapecuru, de Rosário a Caxias. O historiador Jerônimo de Viveiros anotou que o bar

co "Caxiense" serviu durante "uns dois anos" e foi encostado, atribuindo o insucesso da empresa à própria situação da casa comercial, já a beira da falência.⁵⁵ Em 1855, iniciou-se a organização de um novo investimento, concretizado dois anos depois sob o estímulo da lei de 20/08/1856 que amparava a formação de empresas para a navegação a vapor nos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Turý. As principais vantagens eram: a) privilégio durante vinte anos sobre a navegação fluvial a vapor; b) subvenções por viagens, num total de 48 contos anuais; c) empréstimo de 40 contos, com prazo de dois anos, juros de 8%; d) empréstimo de 24 contos, sem juros, para a construção de uma fundição; e) isenção de qualquer imposto provincial para os barcos e demais materiais importados durante o tempo do privilégio.⁵⁶ Criou-se a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, uma iniciativa do engenheiro Teixeira Mendes, com o apoio financeiro das casas comerciais Leite & Irmão e José Pedro dos Santos & Irmão. Em 1858, a Assembléia Provincial autorizou o governo a subscrever ações da Companhia até a quantia de 30 contos e receber outras ações como pagamento do empréstimo de 40 contos. Neste mesmo ano, a lei nº464 concedia a qualquer particular ou companhia que empreendesse a navegação costeira entre S. Luís e Fortaleza e S. Luís e Belém, a garantia de juros de 8% sobre o capital empregado ou 24 contos de subvenção anual, além de autorizar o governo a subscrever até 50 contos em ações da empresa que se organizasse para tal finalidade. A própria Companhia de Navegação a Vapor obteve a concessão, passando a controlar as linhas da navegação fluvial e costeira. No orçamento para 1859/60 constam créditos no valor total de 104:800\$ como subvenções à Companhia. Durante as décadas de 1860 e 1870, mais

da metade das verbas do item "diversos subsídios" da despesa provincial destinava-se à Companhia de Navegação, que recebia ainda subvenção do governo central para as linhas costeiras. O privilégio da navegação a vapor foi cancelado pela lei nº889 de 24/06/1870, mas a subvenção do governo provincial permaneceu até 1880.

A Companhia passou mais de vinte anos tendo bons lucros, pagando dividendos de até 24% sobre o capital acionário, o que não resultou em expansão e melhoria dos serviços. Os fazendeiros e comerciantes protestavam contra o pequeno número de viagens realizadas, a inexistência de armazéns nos portos de embarque, a falta de conservação e comodidade das lanchas e, principalmente, os preços das passagens e fretes, alterados sem obediência às formalidades contratuais, que condicionavam a vigência de novas tabelas à aprovação do governo. Em 1870 o vice-presidente da Província, em exercício, Silva Maia, em vista das constantes reclamações, incumbiu uma comissão de averiguar as condições da navegação a vapor no Maranhão. Os diretores da empresa procuravam valorizar o capital empregado sem a realização de novos investimentos, mas o parecer da Comissão afirmava que "se são grandes as culpas da Companhia de Navegação, maiores são as do governo da Província, e a comissão pede venia para dizer que é sobre este que deve recair toda a responsabilidade pela indiferença e incúria com que sempre deixou de atender a um serviço de tanta magnitude ...".⁵⁷ Depois de descartar a possibilidade de desenvolver-se a navegação "sem nenhuma espécie de favor ou de intervenção do governo", alegando que "ainda é cedo para empreenderem-se tentativas tão arriscadas em uma província, como a nossa, que não prima pela exuberância da vida comercial", a Comissão

defendia a extinção do privilégio, "o mais funesto presente que se possa fazer a uma empresa bem organizada", mas indicava a necessidade de manter-se a subvenção "para (a Companhia) poder arcar com as despesas do seu custeio". Concluía alinhando três sugestões: 1) a Companhia deveria ampliar o capital, "não só para a aquisição de barcos apropriados ao serviço que forem destinados, como para a construção de armazéns"; 2) o governo elevaria a subvenção anual na mesma proporção do aumento do capital acionário, "não devendo ... recuar diante de quaisquer sacrifícios na concessão deste favor, por isso que não pode haver emprego mais produtivo das rendas da província, por via de regra distribuídas sem tanto critério"; 3) os diretores da Companhia deveriam se comprometer a não pagar dividendos anuais superiores a 10% sobre o valor das ações enquanto ela não se achasse, "a juízo do governo", devidamente aparelhada. Em síntese, a análise e as sugestões contidas no relatório afirmavam a necessidade da subvenção para manter "o custeio das despesas", admitindo, ao mesmo tempo, que a intervenção do governo era recomendável para inibir a prática de pagar lucros "excessivos" sobre o capital, sem preocupação com a melhoria dos serviços.

A partir da segunda metade dos anos setenta, os ataques à Companhia tornaram-se mais fortes. O Jornal da Lavoura, em 1875, chamava a atenção para a "enorme subvenção, dada em pura perda, diremos mesmo em prejuízo da lavoura, à companhia de vapores".⁵⁸ Um fazendeiro do Mearim, em carta publicada pelo mesmo jornal, fez menção à costumeira perda de arroz e outros gêneros à beira dos rios, devido à falta de transportes, e concluiu: "Eis o fruto que está a província colhendo da Companhia de Navegação por ela subvencionada com tão grandes sacri-

fícios dos cofres públicos".⁵⁹ O problema da deficiência de transportes foi assunto freqüente nas páginas do Jornal da Lavoura, geralmente condenando o verdadeiro "sorvedouro dos exaustos cofres provinciais" em que se tornara a Companhia. Curiosamente, as sugestões apresentadas sempre resvalavam para a necessidade de amparo a outras empresas. Vejamos, por exemplo, o seguinte trecho: "É pois evidente que enquanto não se igualem as condições de existência das diversas companhias que tenham de concorrer - jamais se estabelecerá em nossa navegação aquela concorrência tão necessária ao progresso e desenvolvimento da viação marítima e fluvial ... Não queremos dizer com isto que se deva suprimir a subvenção (já reduzida de metade) que atualmente percebe a Companhia. Mas não podemos deixar de reconhecer que é medida muito salutar, necessária, e justa, a de dotarem-se de iguais vantagens as empresas de navegação que se propuserem a servir a lavoura e o comércio da província".⁶⁰ Igualar as condições, estabelecer a concorrência, no caso, significa extrair mais do Estado, distribuir novas subvenções e facilidades fiscais.

O contrato com a Companhia de Navegação a Vapor foi rompido pelo governo em 1880, depois de autorização do Legislativo. Meses antes, o Presidente da Província, Lins e Vasconcellos, tentou negociar a transformação da subvenção anual em garantia de juros de 7%, proposta recusada pela diretoria. Em relatório apresentado à Assembleia Provincial, Lins e Vasconcellos colocou a dificuldade de continuar honrando o contrato, afirmando que o governo "já tem desembolsado em subvenções à companhia 1.423:643\$419 réis (outro tanto e quase a metade do seu capital realizado), e que já se viu forçado a emitir mais de 100:000\$000

réis em apólices para o pagamento da subvenção".⁶¹ O projeto de supressão da subvenção foi objeto de algumas acaloradas discussões no Legislativo provincial, tendo como seu principal contestador o comerciante José Pedro Ribeiro, que levantou basicamente duas objeções: a situação de dificuldades em que poderia ser lançada a Companhia devido ao fim próximo da subvenção recebida do governo central e a possibilidade de aumento imediato dos fretes.⁶² A Companhia, no entanto, continuou a receber do governo central o auxílio de 192 contos anuais e a garantia de isenção dos impostos sobre o material importado. Três anos depois, a Assembléia Provincial concedeu a uma nova empresa, a Companhia Fluvial Maranhense, garantia de juros de 7% sobre o capital de 350 contos, pelo espaço de cinco anos, logo transformada em subvenção anual de 24 contos, mediante pedido encaminhado pela empresa ao Legislativo. A Comissão de Comércio e Navegação da Assembléia deu parecer favorável ao requerimento, insistindo na situação de desvantagem da empresa face à outra, amparada pelo governo central.⁶³ Durante as discussões sobre o projeto, o deputado Barros e Vasconcellos indagou: "A razão alegada para retirar-se a subvenção, foi o estado das finanças da Província; entretanto, hoje, ainda mais contristador sendo o estado da Província, como vai a assembléia provincial conceder esse favor a uma outra companhia?". Se os cofres do Tesouro não estavam bem, para os defensores do projeto, mais importantes eram os da Companhia Fluvial: "a prova... de que se torna digna deste favor, por parte do governo, é que suas ações estão reduzidas à metade do valor".⁶⁴ O objetivo de amparar a empresa vinha disfarçado do estímulo à concorrência, como afirmou um deputado: "A subvenção é exatamente para pôr a Companhia Fluvial em

circunstâncias de poder concorrer com a outra".⁶⁵ O artigo 6º do projeto aprovado demonstra que não se tratava propriamente de estabelecer concorrência, ao estipular que "os fretes e passagens da Companhia serão os mesmos da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, sob pena de ser-lhe retirada a subvenção".⁶⁶

No início do período republicano, as duas maiores companhias de navegação a vapor do Maranhão recebiam auxílios governamentais. Benedito Leite, em discurso pronunciado no Congresso Estadual, fez um rápido histórico da questão e tocou no aspecto central: "O resultado é que temos duas companhias subvencionadas e ambas combinando a tabela de fretes e passagens; isto quer dizer que não há concorrência e daí todo mal que sofremos e que não provém somente das companhias mas também do próprio poder legislativo".⁶⁷ Os proprietários das pequenas companhias, indispensáveis nos trajetos menores entre cidades do interior, também lutavam para obter ajuda financeira no orçamento estadual ou surgia mesmo no Congresso a iniciativa de criação de novas rotas, através da concessão de privilégios e subvenções. Tornavam-se frequentes projetos como o apresentado na sessão de 9 de agosto de 1892, propondo "uma subvenção de dois contos de réis anuais, durante dez anos, a quem melhores vantagens oferecer para fazer a navegação a vapor de Caxias até Picos". Na lei do orçamento estadual para 1898, estão incluídas subvenções para a navegação no rio Balsas (20:000\$), no rio Grajaú (12:000\$), e para os trajetos Caxias/Picos (8:000\$) e Pedreiras/ Barra do Corda (4:000\$). A prática estava estabelecida e um proprietário de lancha que realizasse viagens entre localidades do interior, logo buscava o apoio financeiro do Estado, através de requerimentos ao Congres-

so.

Além das subvenções e isenções fiscais, um bom exemplo de auxílio dado pelo Tesouro estadual a uma companhia em dificuldades financeiras verificou-se em 1910. A antiga Companhia de Navegação a Vapor, com uma dívida acumulada de oitocentos contos de réis, encaminhou ao governo um pedido de concessão de empréstimo no valor de mil e duzentos contos, oferecendo como garantia todo o seu ativo. O dinheiro seria utilizado no pagamento à vista dos débitos, com 40% de desconto já acertado junto aos credores, e na reforma e renovação da frota. O governo aceitou liberar imediatamente 50% da importância total do débito e fornecer o restante à medida que a Companhia firmasse contratos para aquisição de novos navios e lanchas, até completar a quantia de mil e duzentos contos. A avultada soma, mais ou menos a metade da receita estadual, fazia parte do empréstimo externo levantado pelo governo. As condições de pagamento foram acertadas nas mesmas bases definidas para o débito francês, juros anuais de 5%, amortização de 2% a iniciar em 1916. Condições extremamente vantajosas se comparadas às oferecidas no mercado local, onde o próprio governo só conseguia empréstimos a uma taxa de juros média de 10%, desconto imediato da primeira parcela de amortização e prazos curtos para liquidação total.⁶⁸ A injeção de capital efetuada pelo Estado não salvou a Companhia: "Após três anos, foi executado o contrato de anticrese por falta de pagamento de juros e a empresa passou a pertencer ao Estado, que com a sua administração ainda dispendeu dos cofres públicos uns 400 contos".⁶⁹ Em 1916, o governador Heráclano Parga comunicou ao Congresso ter decidido "pôr termo às retiradas de dinheiro do Tesouro para custear a Companhia de Va-

pores, confiando algumas embarcações a particulares, assegurando os consertos e a sua conservação, e uma renda compensadora do uso desse material flutuante".⁷⁰

Em junho de 1922, o governo estadual firmou contrato com a Companhia Nacional de Navegação Costeira, que "se comprometia a reconstruir os dois navios da antiga Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, 'Cururupú' e 'Turiaçú', que há tempo se achavam encostados e estavam em péssimas condições, a fim de com ele fazer a navegação entre S. Luís e Belém, S. Luís e Recife, com escala nos portos intermediários, e Alcântara e S. Bento".⁷¹ Em contrapartida, o Estado repassaria à Companhia a subvenção de 320 contos anuais, assegurada pelo governo federal à navegação costeira através de contrato com o governo estadual, e destinaria ainda 233 contos como auxílio para a recuperação dos dois navios. A navegação de mais longo curso, para os portos do Rio de Janeiro e Santos, ficava a cargo do Lloyd Brasileiro.

No início da década de 1920, a firma Marcelino Gomes de Almeida & C^a, pertencente ao ramo do comércio exportador, entrou no setor de navegação, primeiro organizando a empresa Lloyd Maranhense e, posteriormente, conseguindo o controle acionário da Companhia Fluvial. Novamente não faltaram incentivos fiscais e outras formas de apoio autorizadas pelo Congresso Estadual: em 1923, foi aprovada uma lei isentando as duas companhias dos impostos de indústrias e profissões, inclusive o perdão de dívidas anteriores deste tributo, e "bem assim os que estiverem no nome de Marcelino Gomes de Almeida & C^a e relativos à navegação fluvial"; em 1924, autorizou o governo a "isentar de todos os impostos os materiais importados para as embarcações e oficinas do

"Lloyde Maranhense" e, no ano seguinte, a conceder o prêmio de 6:000\$ à mesma empresa "pela construção de duas barcas de reboque".⁷² Em meados da década de vinte, as duas empresas de navegação fluvial também recebiam subvenções do governo federal. O governo estadual, por sua vez, continuava subvencionando as viagens de várias lanchas avulsas e mesmo algumas rotas do Lloyd Maranhense.

Na primeira metade dos anos trinta, além do Lloyd Maranhense e da Companhia Fluvial, a empresa Clemente Cantanhede & C^a, participava da distribuição das cotas federais destinadas à navegação fluvial no Maranhão. O governo federal baixou, então, um decreto, em junho de 1935, autorizando o Ministério da Viação e Obras Públicas a abrir concorrência para o serviço da navegação fluvial com uma só empresa, pelo prazo de dez anos e subvenção máxima de 340 contos anuais. As empresas locais pressionaram o governador Aquiles Lisboa para que as verbas federais permanecessem plicadas "sem preferências, entre todas as companhias existentes", pois "não seria justo que se desse, por exemplo, exclusividade para uma empresa nova; recentemente montada, com prejuízo das companhias mais antigas", e "de igual modo, não seria de justiça que se contemplassem somente as empresas mais antigas, em detrimento das novas organizações".⁷³

O rápido painel traçado indica que o tipo de intervenção do poder público no setor de navegação gerava uma situação de acomodação das companhias, amortecendo qualquer competição ou, pelo menos, deslocando-a do âmbito do mercado para o da disputa dos favores oficiais. Acrescente-se o desleixo na fiscalização das cláusulas contratuais e temos um quadro onde as distorções e desvios originados nas relações

entre Estado e empresas privadas sobrepunham-se aos supostos benefícios que os subsídios poderiam acarretar no desenvolvimento do transporte fluvial. Ao longo do tempo verificou-se a expansão da prática das subvenções, com o governo estadual e a representação maranhense no Congresso Nacional pressionando para a obtenção de verbas destinadas à navegação fluvial no orçamento da União. Isso não impediu que o governo estadual continuasse mantendo contratos com proprietários de lanchas e a subvencionar diversas linhas. O Estado não se ocupava diretamente desse ramo do sistema de transportes, mas exercia um forte poder de atração sobre as companhias, tornando-as, no limite, dependentes dos seus favorecimentos, a ponto da simples menção da retirada dos auxílios governamentais ser encarada como forma de inviabilizar o funcionamento das empresas de navegação.

2.2 Interesses Privados e Política

O apoio do Estado a empresas privadas não se resumia às concessionárias de serviços públicos, sendo igualmente importantes os incentivos destinados aos empreendimentos produtivos. Como delimitação inicial da questão, indicamos que a interferência dos poderes regionais, tanto Legislativo quanto Executivo, no âmbito das atividades econômicas, foi bem menor durante o Império que no período republicano. Provavelmente, com exceção de S. Paulo, onde se configurou uma atitude mais agressiva dos poderes regionais na transformação do regime de trabalho e na modernização do sistema de transportes, o quadro geral era de confluência para a Corte das expectativas e pressões de proprietários,

grandes comerciantes e banqueiros. Não deve ser esquecido que as licenças para o funcionamento de companhias e bancos, a aprovação dos seus estatutos e balanços anuais, estavam a cargo do governo imperial, o verdadeiro alvo dos interessados na obtenção de alguma licença ou concessão.⁷⁴ Dessa forma, recuperar a relação dos setores da economia com o Estado durante o período monárquico implica em não perder de vista o quadro mais amplo das suas relações com o poder central.

Na segunda metade da década de setenta, as reivindicações correntes, especialmente de proprietários rurais, junto ao governo central eram: diminuição ou extinção dos impostos gerais de exportação, expansão do sistema de transportes (ampliação das subvenções à navegação e construção de estradas de ferro), organização do crédito hipotecário para a agricultura, garantias ao capital que se destinasse à construção de engenhos centrais. O primeiro aspecto a ressaltar é a percepção de que o Estado, através da ação do governo central, constituía o principal meio para a resolução dos problemas de financiamento agrícola, das necessidades de infraestrutura e modernização do setor açucareiro.

O outro aspecto é o sentimento de distância e rejeição dos proprietários rurais em relação ao governo central, durante as duas últimas décadas do Império. Os senhores de engenho e fazendeiros estavam atritados com o governo pela aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871; irritação que aumentou nos anos seguintes devido à falta de resultados práticos das inúmeras discussões ocorridas nos âmbitos parlamentar e ministerial sobre as formas de amparo à agricultura de exportação.⁷⁵ Abria-se o espaço para o sentimento de que o governo era, no

final das contas, o principal responsável pelas dificuldades dos produtores rurais, como na incisiva afirmação de um fazendeiro de Caxias, interior do Maranhão, em 1876: "Ao governo de s.exc. o sr. Visconde do Rio Branco são devidos em grande parte os males que sobre nós hoje pesam, porque fazendo passar nas Câmaras grandes reformas não curou de prevenir as suas inevitáveis consequências. É assim que esse ministro cobriu-se de louros com a sua lei do ventre livre ... e disse ao país - salve-se quem puder".⁷⁶ O definitivo deslocamento do eixo da economia brasileira para o sudeste cafeeiro e o agravamento da situação dos produtores de açúcar e algodão, geravam um certo distanciamento entre os proprietários rurais e comerciantes do Norte e o poder central, acentuado na medida em que percebiam que os atos do governo para atenuar dificuldades financeiras dos cafeicultores ou de comerciantes e banqueiros do Rio de Janeiro não se estendiam às suas províncias.⁷⁷ Em alguns momentos, o sentimento de abandono na relação com o governo confundia-se com uma perplexidade ante a atuação dos representantes políticos. Exemplo ilustrativo, onde ambas as coisas se conjugam, extraímos de uma nota editorial do Jornal da Lavoura: "Pobres lavradores do Norte! Eles se orgulham de ser brasileiros, supõem que o são - e não são mais, na realidade, do que colonos de um estado, e as terras que lavram pequenos feudos ou domínios que pagam tributos a soberania de um Estado Metropolitano, que se denomina Brasil ou Rio de Janeiro! E com que resignação muçulmana dão o suor do seu rosto em troca de tanta humilhação, tanta miséria e esquecimento! E para cúmulo de desgraça os representantes desses pequenos feudos na Metrópole, em vez de advogarem os interesses vitais da lavoura, e os direitos dos colonos seus ir

mãos, procurando melhorar as relações entre o Estado tributado e o Estado tributador - são os primeiros que no recinto do Parlamento abocanham aquela indústria e injuriam os pobres colonos que os elegeram e a tanta dignidade e honra os elevaram".⁷⁸ A referência aos representantes que ao invés de defenderem os interesses dos agricultores eram os primeiros a injuriá-los, é uma alusão ao fato do deputado geral Gomes de Castro ter afirmado durante as discussões de um projeto na Câmara, destinando 50 mil contos para auxiliar na formação de bancos de crédito rural, que "o dinheiro do erário, longe de ser aplicado a melhoramentos agrícolas iria apenas servir para solverem-se débitos pela maior parte procedentes das dissipações dos lavradores".⁷⁹

No âmbito provincial, o foco freqüente de atritos envolvendo produtores, comerciantes e governo foram as questões tributárias. As pressões dos núcleos mais fortes da economia, no entanto, quase sempre fracassavam quando se tratava de conseguir diminuição da carga de impostos. Ao longo das duas últimas décadas do Império, a tendência foi mesmo de expansão da tributação. Dois exemplos de desencontros entre as expectativas dos agentes econômicos e as posições tomadas pela representação política e o governo estão em 1876 e 1886. No primeiro, enquanto os proprietários rurais insistiam na redução dos impostos de exportação sobre o algodão e o açúcar, viram a Assembléia Provincial aumentá-los em 1% cada, decisão que, entre outras, gerou o seguinte comentário: "Não emanou desta sessão legislativa um só alvitre em benefício da lavoura; ao passo que das medidas decretadas avultam algumas que a vão ferir diretamente, tendo sido adiada (para as Kalendas gregas) a discussão das que lhe podiam ser favoráveis a fim de serem, como foram,

de preferência adotadas as que mais contrariam os seus interesses".⁸⁰

No segundo, a diretoria da Associação Comercial, descontente com os novos tributos criados pela Assembléia na lei do orçamento para 1886/87, reprovou a ação dos deputados junto à Câmara Geral: " ... é triste dizer-se que não foi por verdadeira necessidade de aumentar a receita para fazer face a despesa, que semelhantes impostos foram criados, porque enorme e recheiada de favores pessoais, com prejuízo das rendas provínciais, é a parte final da lei, sob a denominação de Disposições Permanentes, e quem concede favores tais não tem direito de impor sacrifícios desmedidos ao contribuinte".⁸¹

A política fiscal não chegou a favorecer nenhum setor em especial, sendo, na realidade, contestada por todos; e as isenções, quãndo decretadas, amparavam apenas empreendimentos específicos. Em todo o período imperial, os estímulos à diversificação das atividades econômicas, através de incentivos concedidos pela Assembléia Provincial, foram poucos e esparsos. De 1850 a 1879, além dos privilégios, subvenções e isenções fiscais às companhias de navegação e de serviços urbanos, a legislação aprovada indica apenas a concessão de prêmios a fazendeiros que utilizassem o arado em suas plantações; poucas concessões de privilégios, como a uma companhia de pesca, em 1854, e uma fábrica de rapé movida a vapor, em 1876; tentativas de facilitar a criação de uma fábrica têxtil, como a autorização ao governo, em 1866, para emprestar 100 contos, sem juros, ou a garantia de 7% de juros sobre o capital de 300 contos, em 1873. De 1880 a 1889, a Assembléia aprovou sete concessões, entre privilégios, garantias de juros e subvenções, três delas direcionadas para a construção de estradas de ferro,

que não se realizaram.

Exemplos de amparo do governo provincial a investimentos particulares no âmbito da produção estão na indústria açucareira, notadamente à Companhia Progresso Agrícola, fundada em 1880 com o objetivo de construir um engenho central. Curiosamente, no início os empreendedores recusaram praticamente todo o auxílio dos poderes públicos, inclusive a garantia de juros de 7% do governo central, alegando que "a liberdade é na indústria a primeira condição de bom êxito, e a garantia do governo dar-lhe-ia o direito de intervir na empresa, de fiscalizar-lhe o movimento, introduzindo assim um elemento estranho, que não podia deixar de embaraçá-la, conhecidos como são os processos usados pela administração do país".⁸² O Presidente da Província, entretanto, sugeriu à Assembléia que o Estado não se mantivesse alheio à iniciativa: "Se bem que nada me tenha sido pedido, e que o primeiro grito da empresa, ao nascer, fosse a completa ausência dos favores do governo, entendo que deveis dar-lhe o auxílio indireto, e que ela não pode recusar, de livre ingresso na Província, de todo o material que importar, e dispensá-la de quaisquer impostos provinciais a que estejam sujeitos os atos precisos para a sua realização, e os seus primitivos produtos".⁸³ Na realidade, os investidores pediram a concessão de terras à margem direita do Pindaré, local escolhido para a construção do engenho, mas a Assembléia preferiu não cedê-las gratuitamente, aprovando o pagamento de um foro anual de 6% sobre o valor de três contos, atribuído às terras sem que se procedesse a nenhuma avaliação.⁸⁴

A Companhia Progresso Agrícola logo viu-se em dificuldades e, endividada, tratou de recorrer aos favores do Estado. Na lei do orça-

mento para 1884/85, um dos artigos das disposições permanentes determinava: "Ficam os produtos do Engenho Central de S. Pedro isentos, por dois exercícios, de pagar quaisquer direitos à Província, e sempre livres os seus produtos de serem recolhidos aos armazéns do Tesouro".⁸⁵ Desde 1871, vigorava um contrato entre o governo provincial e o sr. Francisco Gonçalves dos Reis, responsável pela construção dos armazéns do Tesouro, que detinha o monopólio do depósito dos gêneros pelo prazo de quinze anos, prorrogáveis por mais dez. A concessão à Companhia Progresso permitia-lhe o uso dos seus próprios armazéns. No orçamento para 1887/88, consta um novo favor: "a moratória de quatro anos para pagamento do imposto de consumo e exportação do açúcar e aguardente fabricados no Engenho Central S. Pedro, obrigando-se a mesma companhia, terminado o prazo da moratória, a pagar esse imposto em prestações de 10% ao ano".⁸⁶ Um deputado taxou de "iniquidade" o favor, não pelo privilégio criado em relação aos engenhos tradicionais, mas porque "nestas condições, quando a indústria açucareira desce a este ponto que v. excs. sabem; quando capitais do rico e do pobre perigam em uma empresa que meia dúzia de homens levaram a efeito, não é justo que lhe neguemos até a isenção do imposto. (...) E eu não queria somente a mora: chegaria mesmo a pedir a isenção dos impostos até que esta associação se tivesse consolidado".⁸⁷ No relatório apresentado em 1888, a diretoria da Companhia Progresso Agrícola, examinando as perspectivas do empreendimento, não deixava dúvida sobre o quanto dependia do apoio do Estado: "A situação geral, em certo ponto, parece ter melhorado. (...) Temos a favor - isenção completa de direitos gerais; taxa provincial de 50 réis por quilo de açúcar que vier de outra província; moratória

concedida pela Assembléia, de pagamento dos direitos por quatro anos, pagando depois a Companhia o débito à razão de 10% em cada ano; melhor aceitação para os produtos do Engenho, quer neste mercado quer no do Pará. (...) Temos contra - a lei de 13 de maio deste ano, passada tão de afogadilho, e que perturbou a lavoura".⁸⁸

Ao todo, o débito acumulado com o governo pelos impostos foi de 77:647\$305 e, em 1898, a diretoria da Companhia solicitou ao Congresso do Estado o cancelamento da dívida ainda restante, no valor de 46:588\$285, pedido acatado pela Comissão de Fazenda e Orçamento e aprovado na sessão de 28 de abril do mesmo ano.⁸⁹

A concessão desses favores era permeada por considerações de ordem pessoal e partidária, como o exemplifica a polêmica em torno da isenção fiscal aos produtos do engenho Castelo, em 1886. João Antonio Coqueiro, o proprietário do engenho, era um dos maiores produtores da Província e possuía vínculos de parentesco com a família Viveiros, integrante tradicional do partido conservador. Em 1885, Coqueiro solicitou à Assembléia Provincial, então sob maioria liberal, que fosse estendido ao seu engenho a mesma isenção concedida no ano anterior ao Engenho Central. A Comissão de Orçamento deu parecer contrário "por mais de uma razão, sendo a principal o estado precário das finanças da província, que precisando de fontes de receitas não pode nem deve abrir mão das que tem, unicamente em proveito particular".⁹⁰ Na legislatura seguinte, modificada a situação, com os conservadores agora em maioria, e sem que se pudesse indicar melhoria alguma nas condições financeiras da Província, a Assembléia inseriu nas disposições gerais da

lei do orçamento para 1886/87 a isenção por dois exercícios do pagamento de quaisquer impostos à Fazenda provincial para os produtos do engenho Castelo, com exceção da aguardente.⁹¹ Um deputado da minoria liberal ressaltou os aspectos pessoais e partidários que envolviam a concessão: "Que títulos tem o sr. dr. Coqueiro para merecer esse favor? (...) Só vejo os seguintes: ser cunhado do sr. vice-presidente da Província em exercício (J. Francisco de Viveiros), tio do sr. Presidente da Assembléia (Viveiros de Castro) (dirigindo-se ao Presidente da Assembléia - v.exc. me desculpe, mas eu tenho necessidade de acentuar bem estas circunstâncias) e concunhado do diretor da situação dominante nesta província (Gomes de Castro). (...) São estes os únicos motivos pelos quais se faz esta concessão. (não apoiados)"⁹²

* * * * *

No início da República, verificou-se um surto de crescimento das atividades produtivas urbanas, estimuladas em parte pela política monetária expansionista do governo federal e as novas normas facilitando a organização de sociedades anônimas, em parte pelos problemas do sistema econômico assentado na grande lavoura de exportação. Ambos os fatores concorreram para redireccionar uma parte do fluxo de investimentos dos grandes comerciantes, do financiamento tradicional da agricultura para a construção de um setor fabril. O Estado desempenhou, ao longo da Primeira República, um papel importante na fixação de algumas dessas novas atividades e, principalmente, de alguns investimentos industriais, através de favorecimentos particulares. Nos dez anos que

vão de 1892 a 1901, o Congresso Estadual aprovou 27 pedidos de privilégios, o triplo da década de 1880, sendo sete para o setor de serviços (transporte ferroviário e carris urbanos), oito para o setor industrial (fósforos, chumbo e pregos, louças, etc.) e doze concessões de terras por tempo determinado, variando de dois a dez anos, para exploração de minerais e produtos vegetais. Os investimentos que se concretizavam geralmente eram do setor industrial e a prática de requerer privilégio ao Legislativo para iniciar a fabricação de um produto rapidamente ganhou grandes proporções. Sucediavam-se pedidos os mais diversos para fábricas de velas, conservas de peixe, louças, cartas de jogar e envelopes, pólvora, fósforos, moinhos de vento, confetes e serpentinas, etc. As próprias fábricas de tecidos já em funcionamento, queriam privilégios para produzirem novos artigos, como se observa em dois requerimentos enviados ao Congresso Estadual em 1892: a Companhia Progresso do Maranhão solicitava um privilégio por vinte anos para a fabricação de "linhas branqueadas e de cores"; a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense também pedia o seu privilégio, prazo de vinte anos para fabricar "brins lisos".⁹³ Tais solicitações foram indeferidas pela Comissão de Orçamento, mas são ilustrativas da disposição dos novos "industriais" de investir apenas com o amparo do Estado. Amparo, frise-se, contra qualquer concorrência. Havia mesmo uma maneira de entender o privilégio como forma de possibilitar a criação de novos ramos da indústria. Um deputado lamentava que "o mal dos privilégios é serem concedidos sem um limite em pequeno prazo para ser estabelecida a indústria, de maneira que, quase sempre, os concessionários de privilégios, que só os tiraram para especular, não encontrando quem lho's compre,

deixam de utilizar-se deles, impedindo por longos anos que outros tomen a iniciativa da indústria".⁹⁴ Segundo o parlamentar, a figura do "intermediário" impedia que se assistisse ao surgimento de várias atividades, sem atentar, por exemplo, que os vários privilégios concedidos não foram suficientes para a realização dos projetos de ferrovias, à exceção patética da pequena Caxias/Cajazeiras, de 78 km, inaugurada em 1895.

Para os empresários, mais importante que a concessão de privilégios seriam as isenções fiscais, devendo-se distinguir entre a proteção setorial e o amparo individual. No primeiro caso, o grande exemplo é o da indústria têxtil. Ainda na década de 1880, quando teve início a construção de fábricas de tecidos no Maranhão, o governo provincial facilitava a entrada das máquinas e materiais de construção. A Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense conseguiu da Assembléia isenção "em relação aos impostos de 1% e adicional do material e maquinismos que importar do estrangeiro para construção e montagem da fábrica, do interior da província para construção do edifício, bem como do imposto de navios, que lhe vierem consignados".⁹⁵ Um breve histórico das formas de tributação estadual sobre as fábricas de tecidos indica a proteção usufruída pelo setor.

Em 1893, o vice-governador, em exercício, Cunha Martins, decidiu atender ao pedido das diretorias das companhias Progresso do Maranhão e Fiação e Tecidos Maranhense e liberar os tecidos vendidos para outros estados do imposto de exportação de 10% e respectivos 30% de adicionais. Durante toda a Primeira República, os tecidos permaneceram na categoria "exportação livre", o que foi fundamental para uma in

dústria cujos produtos cedo direcionaram-se para os mercados das regiões Norte/Nordeste. A essa isenção logo seguiram-se outras e, em meados da década de 1890, as têxteis não pagavam também impostos de produção e de consumo da matéria-prima, sujeitando-se apenas ao imposto sobre o capital. Tratava-se de um tributo que incidia sobre todas as companhias e bancos, cujas alíquotas sofreram rápida progressão: em 1895 era de 0,5% sobre o capital realizado, exceto para os bancos, taxados sobre o produto líquido do ano anterior (lucro bruto menos despesas de custeio); em 1896 era de 3% sobre o produto líquido, sem distinção, passando para 7% em 1898. Em 1902, estipulou-se uma redução de 3% para o setor têxtil; dois anos depois, as fábricas de tecidos deixaram de ser tributadas sobre o lucro, criando-se o imposto de vinte e cinco mil réis por cada tear. A modificação acabava com a verdadeira "situação de isenção" em que se encontravam algumas fábricas na virada do século, pois, sem lucros, nada recolhiam ao Tesouro. Nova alteração surgiu em 1906, trocando-se a taxa fixa sobre teares pela cobrança do imposto de produção, na base de vinte e cinco réis por metro, e de consumo do algodão, 65 réis por kg. O imposto de produção foi combatido pela Associação Comercial e, no ano seguinte, retornou-se à taxa sobre teares. A produção seria definitivamente taxada apenas em 1912, na base de cinco réis por metro, 1/5 do valor estipulado seis anos antes, permanecendo, com variações, até o exercício 1919/20. No início da década de vinte, a taxa tornou-se ad. val., à razão de 2%, sendo que as fábricas que pagassem o imposto sobre consumo da matéria-prima tinham redução de 50%.⁹⁶ Em 1923, o governador Godofredo Viana mostrou como a exportação do algodão rendia bem mais ao Tesouro que a produção de

tecidos. Tomando como exemplo o ano de 1921, indicou: as fábricas receberam 2.050,4 toneladas de algodão que, se exportadas, renderiam de impostos 410:092\$, enquanto o total pago pelas fábricas, de 2% sobre o valor da produção, foi de apenas 199:339\$.⁹⁷ A diferença fundamental estava no fato do algodão pagar 8% de imposto na exportação, evidenciando grande disparidade na tributação dos setores agrícola e industrial.

A concessão de incentivos fiscais individualizados, na maioria das vezes bastante generosos, continuou uma prática corrente do Legislativo estadual. A fábrica de fósforos, fundada durante o surto de investimentos industriais na década de 1890, usufruiu regularmente da isenção de impostos para a madeira, pelo menos até 1911. Não se tratava de "incentivo" à criação de uma indústria, mas de um subsídio mantido por quase duas décadas. Existia certa prodigalidade na extensão dos incentivos, tanto nos prazos de fruição quanto nas condições, em muitos casos isentando investimentos de "todos os impostos estaduais". Dois pedidos aprovados pelo Legislativo em 1901, requeriam isenção por dez anos dos impostos que incidissem sobre a sola a ser preparada em uma nova indústria e sobre todos os direitos em que pudessem incidir uma fábrica de cerâmica e o respectivo depósito.⁹⁸ Em 1906, foi concedido privilégio, pelo prazo de quinze anos, para uma fábrica de sal refinado e o concessionário conseguiu também a isenção, durante dez anos, "de quaisquer direitos não só para os produtos da indústria a que se refere o privilégio, como também para a usina ou usinas que fundarem, depósitos, escritórios e agências que estabelecer", extensiva ainda à

matéria-prima básica, o sal bruto.⁹⁹ O comerciante Abelardo da Silva Ribeiro conseguiu, em 1918, isenção por seis anos para as madeiras a serem beneficiadas em sua serraria a vapor; findo o prazo, na lei do orçamento para 1923/24 ficou estabelecido mais quatro anos de isenção.¹⁰⁰ A parte final das leis de orçamento geralmente traziam favores endereçados, mesmo que fossem sem especificação, como na autorização ao governo para "conceder a Anthero Ramalho ou à empresa que organizar, favores que julgar convenientes e pelo prazo que convier aos interesses do Estado, para exploração e extração do óleo de andiroba".¹⁰¹ Os exemplos são numerosos e abrangem as mais variadas atividades. Encontra-se até auxílio para pagamento de frete, da Capital para o interior, das máquinas de descarregar algodão adquiridas por um comerciante; tudo inscrito no orçamento estadual.¹⁰²

Favores individuais eram comuns, mas podiam suscitar forte oposição quando dirigidos a um setor onde tocariam em interesses de outros grandes comerciantes. Foi o que ocorreu com a isenção concedida em 1924 à firma A.Lima & Irmão para a pilagem e exportação de arroz, pelo prazo de dez anos. Integravam esse setor grandes firmas como Leão & C^a, Alves Nogueira & C^a e Jorge & Santos, todas de comerciantes tradicionais e de muita influência na Associação Comercial. Sob o título "O Monopólio do Arroz", a revista da Associação Comercial comentou o caso: "Posteriormente a essa lei e em vista da campanha movida contra sua possível execução, o governo baixou um decreto, regulamentando-a, mas restringindo para um ano o prazo para a firma gozar daqueles favores. (...) Sendo apurado que, mesmo depois de expirado o prazo de um ano, a firma privilegiada continuou exportando arroz e gozando de to-

das as vantagens que o ato impensado do governo lhe havia concedido, o comércio, representado pelo seu órgão de defesa, a Associação Comercial, e os interessados na mesma indústria, desenvolveram insistente campanha junto ao poder executivo no sentido de reconsiderar seu ato, que, como temos provado destas colunas, feria elevados interesses do Estado e do comércio".¹⁰³

Proteção e outros favorecimentos, fossem setoriais ou individuais, permeavam as relações entre os núcleos econômicos e o Estado. Podemos dizer que existiam duas vias principais para conseguir os benefícios, sendo antes complementares que alternativas: a representação política e a pressão corporativa exercida através da Associação Comercial.

No âmbito estadual, a importância dos deputados residia principalmente na confecção do orçamento. O Executivo enviava uma proposta-base e a Comissão de Orçamento do Legislativo elaborava o projeto, que passava à discussão em plenário, onde geralmente sofria uma série de modificações. Não devemos esquecer que dependiam dos deputados estaduais as autorizações para o pagamento de atrasados referentes a fornecimentos e serviços prestados ao governo, assim como o acolhimento dos pedidos de privilégios e isenções. Na esfera federal, os representantes na Câmara e no Senado mantinham a importância para a garantia de verbas no orçamento da União, como a manutenção das subvenções à navegação fluvial ou as dotações para a construção da estrada de ferro S. Luís/Teresina, obra que se arrastou por mais de uma década. Entretanto, o seu principal campo de atuação encontrava-se no trabalho exercido junto aos ministros e altos funcionários da administração federal

para o encaminhamento de problemas específicos, de naturezas as mais diversas: redução temporária de fretes marítimos para os portos do Rio e Santos; dispensa ou redução dos direitos alfandegários para a importação de máquinas; liberação de numerário junto ao Banco do Brasil nas crises freqüentes de escassez monetária na praça comercial de S. Luís; compra de material rodante para a estrada de ferro; melhoria nos serviços da alfândega, etc. As reivindicações, mesmo quando dirigidas diretamente aos órgãos competentes, necessitavam do acompanhamento dos representantes políticos. O mecanismo pode ser observado no ofício dirigido pela diretoria da Associação Comercial ao senador Benedito Leite: "Como intérprete direta dos interesses do comércio desta praça, a Associação Comercial, que representamos, dirigiu-se oficialmente em datas de 21 e de 23 do corrente ao exm. sr. Ministro da Fazenda sobre diversos importantes assuntos, que prejudicam grandemente o interesse e bem estar do mesmo comércio. (...) Para que estas nossas justas e equitativas reclamações sejam devidamente conhecidas de v.exc. e de todos os mais representantes deste estado no Congresso Nacional ... enviamos os referidos ofícios ... rogando que se dignem de advogar a nossa causa perante o mesmo exm. ministro, a fim de que tenha ela pronta e eficaz decisão".¹⁰⁴ As reclamações referiam-se à necessidade de ampliar o número de encarregados dos serviços de alfândega e construir uma nova ponte para descarregamentos; a cobrança do imposto do selo sobre os recibos de dividendos das companhias, quando estas já recolhiam 2,5% de imposto sobre dividendos aos cofres da União; a exigência feita pelas agências marítimas da linha para Portugal do pagamento de "faturas consulares", o que importava em gasto adicional de 10% sobre o valor das

mercadorias. Outro exemplo refere-se ao problema da navegação, também em ofício dirigido ao senador Benedito Leite: "Poderá s.exc. obter que se alarguem as subvenções ao Lloyd, fixando o governo umas tabelas de fretes modicíssimos, ou então pugnar para que se incorpore uma empresa semelhante à do Lloyd, concedendo-lhe o governo central as mesmas regalias, a fim de se estabelecer uma proveitosa concorrência neste ramo de negócios?"¹⁰⁵

Pedidos para intervenção nas questões mais gerais da política econômica e tributária da União não eram comuns, mas existem exemplos. Em 1901, a diretoria da Associação Comercial encaminhou aos membros da Câmara e do Senado Federal um memorial defendendo a criação de barreiras alfandegárias à entrada de cereais no País, medida que favoreceria a produção maranhense, e acionou os representantes regionais para obterem apoio às sugestões no Legislativo. A proposta não teve sucesso. Em 1907, o comércio importador solicitou o apoio dos deputados e senadores contra a cobrança dos impostos interestaduais, mas a campanha fracassou.¹⁰⁶

A Associação Comercial também pressionava diretamente o Executivo estadual para o atendimento de interesses específicos dos exportadores, importadores e industriais. Existem vários casos, alguns até nada típicos, como a reclamação da firma Martins, Irmão & C^a, fabricantes e exportadores de algodão hidrófilo e sabão, sobre a "taxação de caráter verdadeiramente proibitivo que o Piauí acaba de exercer no imposto de produção e consumo do sabão, quando fabricado em outro estado". A Associação Comercial encaminhou, então, ao governador um pedido de providências: "Da análise que v.exc. fará desse importante assun

to, espera esta diretoria que, mediante a oportuna e prestigiosa interferência de v.exc. junto ao governo daquele estado, resulte a correção daquela anomalia e estabeleça-se a igualdade do imposto nomeado".¹⁰⁷ Ca

sos mais comuns eram as suspensões temporárias de impostos sobre produ

tos importantes no comércio interestadual ou as reduções das taxas so

bre indústrias e profissões. Em 1929, os grandes comerciantes de

arroz pilado, cuja exportação estava isenta de tributo desde 1927, re

quereram ao governo, através da Associação Comercial, a "suspensão do

imposto de saída (restabelecido pelo dec. 1.222) a título provisório,

até que o mercado se descongestione e permita o restabelecimento da ci

tada taxa".¹⁰⁸ O governo não autorizou a nova isenção, mas a taxa so

freu uma redução de 50%. As principais firmas do setor ainda insisti

ram numa prorrogação de 15 dias da data fixada para o início da cobran

ça do imposto, sob a alegação de que "tendo feito grandes vendas para

entrega futura a preços baixos e em cujo cálculo não foram incluídos

os refiridos impostos ... esperamos pois que, a Associação Comercial

tomando em consideração o seu pedido empregará os melhores esforços pe

rante o exm. sr. Presidente do Estado, a fim de lhes ser atenuado o

prejuízo com a prorrogação que desejam e que já uma vez, em circunstân

cias idênticas, lhe foi concedida".¹⁰⁹ No mesmo ano de 1929, os fabri

cantes de óleo de babaçu solicitaram isenção do imposto de exportação

e conseguiram redução de 50%. A iniciativa partiu da firma J.A. Barbo

sa Góes, que em 1925 foi brindada pelo Legislativo estadual, junto com

outros dois fabricantes, com a isenção por dez anos do imposto de pro

dução, além de outros favores, como a entrada livre do material impor

tado para a embalagem dos produtos.¹¹⁰

Em suma, os exemplos arrolados sugerem que os tributos estabelecidos nos orçamentos estavam longe da execução rígida. Existia uma margem de manobra do alto comércio através do relacionamento direto com o Executivo, que podia decretar a redução ou suspensão das taxas estipuladas. Não deve passar despercebido o fato da proteção oficial praticamente excluir a produção agrícola. Os benefícios geralmente dirigiam-se ao âmbito da comercialização ou das atividades industriais, em ambos os casos confluindo para o mesmo ponto, as grandes casas comerciais.

Na primeira metade dos anos trinta, a relação direta entre a corporação dos grandes comerciantes e os governos estadual e federal, tendeu a sobrepor-se à mediação exercida pelos políticos tradicionais. Dois fatores concorreram para isto: 1) a extinção dos canais institucionais para a manifestação político-partidária até a reconstitucionalização do País, em 1934; 2) a reforma do aparelho do Estado no Brasil, principalmente a criação de órgãos encarregados da arbitragem das disputas setoriais envolvendo os agentes da produção e da comercialização. No entanto, pelo menos desde meados dos anos vinte é possível perceber que a crise de fragmentação interna da oligarquia, existente no Maranhão, fortalecia a organização corporativa, dando-lhe importância como modelo de manifestação de interesses. Ocorreram, na verdade, dois processos: os grandes comerciantes, de um lado, ensaiaram tentativas de intervenção mais efetiva na política partidária, através da organização eleitoral; de outro, estimularam a relação direta com o governo, que desembocaria no apoio ao golpe de 1937. Os dois planos da ação indicavam a mesma coisa: o distanciamento entre os empresários e os agen

tes da representação política. Vejamos como se desenvolveram os dois processos.

Na década de 1920, a Associação Comercial passou a contar com um delegado permanente na Capital Federal, o antigo comerciante e industrial de S. Luís, Alfredo José Tavares, transformado em representante do órgão maranhense junto à Federação das Associações Comerciais do Brasil. Alfredo Tavares tornou-se peça importante no velho jogo da resolução de demandas específicas do setor comercial nos gabinetes da burocracia federal. A representação maranhense no Congresso Nacional continuou sendo acionada para exercer a pressão usual, mas o alto comércio estava abrindo novos canais. Em 1926, os diretores da Associação Comercial mostraram-se dispostos a influir na disputa dos postos políticos, dando início a uma campanha a favor da expansão do alistamento eleitoral e da instituição do voto secreto. Nas palavras do presidente da corporação, José João de Souza: "As classes ativas não podiam mais encarar com indiferentismo a organização dos poderes públicos, tornando-se uma necessidade sua aliança na escolha de representantes do povo, para que estes encarem com o máximo empenho os interesses vitais do Estado"¹¹¹ O movimento chegou a aprovar os estatutos da Aliança das Classes Conservadoras, congregando comerciantes, industriais e agricultores, além de representantes dos empregados no comércio e dos caixeiros-viajantes. Entre os objetivos da organização, destacavam-se: 1) a Aliança se formava "sem nenhuma preocupação de personalismo" e não colocava "como regra" a reeleição de candidatos para cargos legislativos; 2) intensificar o alistamento eleitoral, "combatendo, por meio de uma propaganda incessante, o indiferentismo geral pelas elei-

ções"; 3)empregar os seus esforços "pela adoção, no Estado e no País, de uma organização eleitoral mais ou menos perfeita", onde deveriam constar o voto secreto e a divisão do estado em distritos, acabando com o voto de "chapa completa".¹¹² A Aliança desapareceu do noticiário depois que o governador Magalhães de Almeida manifestou o desejo de "colaborar mais intimamente com a honrada e laboriosa classe comercial nos assuntos que a esta dizem respeito", e propôs que fossem "indicados dois nomes para vereador e dois para deputados, de membros da referida classe, a fim de representá-la na Câmara Municipal desta Capital e no seio do Congresso Legislativo".¹¹³ A situação econômica não era boa, passados os anos da expansão comercial provocada pela Guerra, e a insatisfação estava se voltando contra as deficiências do sistema político, carente de maior representatividade, e o estreito controle das posições de mando pelos líderes da oligarquia. "O mal principal, causa primordial desse estado de incertezas e desmandos, está, principalmente na falta de adoção do voto secreto, com a obrigação sistemática de alistamento eleitoral obrigatório, está, também, no desejo ardente que nutre a deputação brasileira, em geral, de voltar à Câmara, em legislaturas seguidas, fazendo dos seus lugares um meio de vida efetivo".¹¹⁴ Todos os aspectos enfatizados, como o personalismo, as constantes reeleições, a falta de liberdade do voto e a eleição feita por chapa completa, eram expressões do controle da política e do Estado pela oligarquia.

A disposição de participação eleitoral voltaria à tona no final de 1931, período em que cresciam as pressões para a reconstitucionalização do País, e em 1934, quando concretizou-se na formação da

Ação Comercial Trabalhista, sigla organizada pelos grandes comerciantes para as eleições de deputados federais e deputados estaduais constituintes. No primeiro momento, tratava-se de uma articulação da Federação das Associações Comerciais, discutindo a viabilidade das corporações estaduais se constituírem em "força político-eleitoral". A resposta afirmativa da diretoria local foi justificada com novas considerações sobre a "irresponsabilidade" dos setores políticos: "O mal do País, como bem disse o Grande Rui, 'resulta da cumplicidade involuntária das classes conservadoras, pela sua abstenção, pela sua frouxidão e pela sua desorganização' - dizemos nós: em não reclamar aquelas mesmas classes contra os abusos em geral dos governantes, consentindo que eles estabilizem pedindo dinheiro emprestado; que façam obras desnecessárias ou adiáveis sem concorrência pública e fora dos orçamentos, e aumentem exageradamente os impostos estaduais, federais e municipais, para fazer face aos esbanjamentos, como ainda se verifica no País".¹¹⁵ No segundo momento indicado, várias figuras expressivas da Associação Comercial, exportadores, importadores, industriais e banqueiros, decidiram lançar uma chapa própria para as eleições de 1934, não participando da reorganização das siglas sob o controle das lideranças políticas. Nenhum deles foi eleito.

A crise estadual de 1935/36, o choque entre os poderes Executivo e Legislativo, que era mais um capítulo das dificuldades de recomposição do núcleo oligárquico, acelerou a definição dos grandes comerciantes pelo modelo de representação corporativa, a relação direta com o Estado, sem a mediação dos partidos. O novo governador, Paulo Ramos, indicado por Vargas para solucionar a crise, desenvolveu uma política

de aproximação com a Associação Comercial, que, por sua vez, logo tratou de alçá-lo à condição de interlocutor privilegiado para a defesa de reivindicações frente ao governo central. Dois exemplos, referentes aos produtos de maior importância da economia estadual, indicam que a representação política no Congresso Nacional estava perdendo espaço como veículo de pressão junto à burocracia federal. O primeiro, diz respeito à defesa das facilidades alfandegárias do babaçu no mercado norte-americano, incluídas no acordo comercial firmado em 1935 entre EUA e Brasil. Os produtores filipinos de copra, temendo uma forte concorrência no suprimento às fábricas de óleos vegetais, fizeram "lobby" no Congresso Norte-americano pela aprovação de um projeto, em 1936, que estendia aos "similares do babaçu" procedentes das Filipinas as mesmas isenções desfrutadas pelo produto brasileiro. O projeto foi rejeitado, tendo a diretoria da Associação Comercial do Maranhão se movimentado junto ao governador, o Conselho Federal do Comércio Exterior e a embaixada do Brasil em Washington. No início de 1937, frente às notícias de tramitação de uma nova proposta, desta vez criando um imposto interno sobre o consumo do óleo de babaçu, a Associação Comercial recorreu novamente ao governador, solicitando "uma atuação urgente junto aos srs. Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores e Embaixador Brasileiro em Washington, para que haja trabalho diplomático no sentido de obstar que se realize aquele plano". A Associação Comercial propôs a Paulo Ramos que sugerisse "como medida conciliatória para que o Acordo não fosse de nenhum modo prejudicado uma limitação de quota de exportação". O comércio maranhense satisfazia-se com o limite de entrada de 35 a 40 mil toneladas usufruindo das isenções, pois "sen

do esta quantidade máxima que podemos exportar, atualmente, teríamos com a proposta acima satisfeito os receios dos nossos concorrentes e evitado uma situação de inferioridade para o nosso futuro produto".¹¹⁶

O outro caso, foi em relação aos interesses do comércio algodoeiro na definição das quotas regionais de exportação que deveriam constar do acordo comercial entre o Brasil e a Alemanha. O governador Paulo Ramos encontrava-se na Capital Federal e foi-lhe enviado o seguinte comunicado: "Tendo esta diretoria recebido da Associação Comercial de João Pessoa pedido de designação de um representante para, em conjunto com o deputado Pereira Lima, delegado do governo da Paraíba e daquela Associação, no Rio de Janeiro, atuar junto aos Poderes Públicos na defesa dos interesses do comércio algodoeiro do Norte em face do convênio teu-to-brasileiro, temos a honra de conferir a v.exc. amplos poderes para nos representar, na Capital Federal, pugnando pelos interesses do mercado algodoeiro desta região em face dos termos daquele convênio".¹¹⁷

Três meses depois, houve novo pedido ao governador para que exercesse pressão junto ao Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores no sentido de garantir uma quota de exportação de cinco mil toneladas anuais para o Maranhão. A garantia de mercados para os dois principais produtos da economia regional era de muita importância para o comércio exportador e em nenhum dos casos localizamos ofícios ou telegramas dirigidos aos representantes políticos no Congresso Nacional, solicitando a sua intervenção. Trata-se de um indício de que os grandes comerciantes atropelavam a mediação exercida pela oligarquia e apostavam no fortalecimento do Executivo e da burocracia federal.

N O T A S (Capítulo III)

1. Relatório com que o dr. Franklin A. de Meneses Dória passou a administração da província ao exc. sr. dr. Antonio Epaminondas de Mello, 28/10/1867, p.33.
2. Dados extraídos do Relatório do dr. Silva Maia, 1º vice-presidente da Província, 01/06/1869, anexos, quadro I.
3. Jornal da Lavoura, 15/06/1875, ano I, nº3, p.30.
4. Sobre divisão das rendas ver Devesa, Guilherme. Política Tributária no Período Imperial in Holanda, Sérgio Buarque de (org). História Geral da Civilização Brasileira. SP, Difel, 1985 (4ªed), v.6.
5. Dados sobre receitas e despesas gerais das províncias do Império no exercício 1885/86 in Carreira, Liberato de Castro. História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil. RJ, Imprensa Nacional, 1889, pp. 606/607. Rendas gerais no decênio 1874/1884 in Fala do Conselheiro João C. Bandeira de Mello, 15/03/1886, p.75. Sobre a questão da transferência de recursos líquidos ver Mello, Evaldo Cabral de. A Questão dos Impostos Provinciais in Idem. O Norte Agrário e o Império. RJ, Nova Franteira; Brasília, INL, 1984.
6. Jornal da Lavoura, 30/06/1875, pp. 18 e 19.
7. Idem, 30/07/1876, ano 2, nº2. Necessidades da Lavoura do Maranhão pp.9/12.
8. Idem, 15/08/1876, ano 2, nº3, p.18.
9. Idem, 15/04/1876, ano 1, nº21, p.172.
10. Idem, 30/08/1876, ano 2, nº4, p.26.

11. Transcrição da Representação Dirigida pela Associação Comercial à Assembléia Geral do Império in O Paiz, 28/06/1886, pp.2 e 3.
12. O Paiz, 28/06/1886, p.3.
13. Diário do Maranhão, 21/07/1886.
14. Ver Diário do Maranhão, 15/09/1886, p.3 e 18/11/1886, p.1.
15. O Paiz, 15/07/1886, p.2.
16. Idem, 28/06/1886.
17. Carvalho, José Murilo de. Teatro de Sombras, cit., p.34.
18. Jornal da Lavoura, 30/06/1875, ano 1, nº2, p.19.
19. Ver quadro de despesas in Relatório apresentado ao exm. sr. dr. José Bento de Araújo, Presidente da Província, pelo Inspetor do Tesouro Provincial, Antonio Emiliano D'Almeida Braga, 1888.
20. Ver Relatório do vice-presidente dr. Manuel Jansen Ferreira à Assembléia Provincial, 14/05/1868. Fala do Conselheiro Bandeira de Mello, 15/03/1886, p.74.
21. Fala do Conselheiro Bandeira de Mello, cit., Fazenda Provincial pp. 69/72.
22. Anais da Assembléia Legislativa Provincial, 1881, sessão de 02/03, intervenção de Alfredo Leite, p.35.
23. Ver Amaro Cavalcanti. Regime Federativo e a República Brasileira. Brasília, UNB, Coleção Tempos Brasileiros, 1983, p.279, notas 1 e 2.

24. Mensagem do governador Manuel Ignácio Belfort Vieira ao Congresso do Estado do Maranhão, 08/02/1896, Finanças, pp.19/20.

25. Diretoria da Associação Comercial. Ofício nº133, 18/09/1901. Biblioteca da Associação Comercial.

26. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado pelo governador Benedito Pereira Leite, 21/02/1907.

27. Diretoria da Associação Comercial. Ofício nº9, 04/03/1907.

28. Mensagem do vice-governador Alfredo da Cunha Martins ao Congresso do Estado, 22/02/1893, p.17.

29. Mensagem do governador Benedito Leite, 07/02/1907.

30. Diretoria da associação Comercial, Ofício nº9, 04/03/1907, dirigido aos membros do Congresso Estadual.

31. Idem, ibidem.

32. Idem. Ofício nº55, 05/08/1907.

33. Idem. Cópia do telegrama (s/d) existente no Livro de Ofícios Remetidos 1907/08.

34. Idem. Ofício nº33, 06/06/1907.

35. Lei nº1.021, 22/04/1922.

36. Lei nº1.241, 02/04/1924, art.1º §23 e §25. Lei nº1.242, 11/04/1925.

37. Mensagem do governador Urbano Santos, 05/02/1921, p.26.

38. Discriminação das rendas orçadas para o exercício financeiro de 1923 de todos os estados in Resumo de Várias Estatísticas Econômico-Financeiras. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; Diretoria Geral de Estatística. RJ, 1924, pp.152 e 153.

39. Anais do Congresso Legislativo do Estado, 13/10/1892. Fala de Aristides Coelho sobre o orçamento estadual, anexo.

40. Mensagem do governador João Gualberto Torreão da Costa, 15//02/1900. Ordem Pública.

41. Anais do Congresso do Estado do Maranhão, 1896; sessão de 09/05; intervenção do deputado Antonio Silva.

42. Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública, p.2, anexo à Mensagem do governador João Gualberto Torreão da Costa, 15/02/1900.

43. Anais do Congresso do Estado do Maranhão, 1895, sessão de 12/03, requerimento do deputado Macedo.

44. Idem, ibidem. Intervenção do pe. Mourão.

45. Citado in Costa Fernandes, Henrique. Administrações Maranhenses, (1822/1929). S. Luís, Imprensa Oficial, 1929, p.258.

46. Recenseamento Geral do Brasil, 1920, v.IV, Quarta Parte, pp.X e XI.

47. Mensagem do governador Manuel Ignácio Belfort Vieira, 08/02/1896. Finanças, pp. 19 e 20.

48. Relatório do Inspetor do Tesouro, anexo à Mensagem do vice-governador Alexandre Collares Moreira Jr., 16/02/1905.

49. Para o exercício de 1906 ver Mensagem de Benedito Leite, 06/05/1908. Para 1902 ver Mensagem do vice-governador Alexandre Collares Moreira

Jr., 28/02/1904.

50.Mensagem do governador Manuel I. Belfort Vieira, 06/08/1892. Finanças, pp. 4 e 5.

51.Mensagem do governador Godofredo Viana, 05/02/1925, p.4.

52.Idem, ibidem.

53.Costa Fernandes. Administrações Maranhenses, cit., p.125.

54.As principais fontes utilizadas foram: Jornal da Lavoura (1875/76), Anais da Assembléia Legislativa Provincial (1880/1889) e do Congresso do Estado (1892/1900), Leis de Orçamento da Província (1870/71 a 1887/88) e do Estado (1892 a 1929/30), Ofícios Expedidos pela Diretoria da Associação Comercial (1900/03, 1907/08, 1928/31 e 1936/37), Revistas da Associação Comercial (1925/1937).

55.Viveiros, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão, cit., v.1, p.256.

56.Lei nº429, 20/08/1856.

57.Relatório organizado pela comissão encarregada de proceder ao inquérito sobre a navegação a vapor da Província, p.25, anexo ao Relatório do vice-presidente, em exercício, José da Silva Maia, 18/05/1870.

58.Jornal da Lavoura, 15/06/1875, ano I, nº1. A Assembléia Provincial, pp. 1 e 2.

59.Idem, 30/06/1876, ano I, nº26. Navegação do Rio Mearim, p.217.

60.Idem, 15/04/1876, ano I, nº21. Deficiência de Meios de Transporte para os Gêneros de Produção da Lavoura do Mearim, pp.170/171.

61.Relatório apresentado por s.exc. o sr. Presidente da Província, dr. Luís de Oliveira Lins e Vasconcellos, à Assembléia Legislativa Provincial, 13/02/1880, p.40.

62.Anais da Assembléia Legislativa Provincial, 1880, ata da sessão de 23/02.

63.Idem, 1884, sessão de 07/03, pp.148/150.

64.Idem, ibidem, sessão de 24/03, intervenção do deputados Barros e Vasconcellos, pp.333/334, e Libânio Lobo, p.337.

65.Idem, ibidem. Sessão de 24/03, intervenção de Casimiro Dias Vieira Jr., p.222.

66.Idem, ibidem, sessão de 07/03, p.150.

67.Anais do Congresso do Estado do Maranhão, 1896, sessão de 06/03.

68.A proposta da Companhia e a resposta do governo estão na Mensagem do governador Luiz Domingues, 12/02/1911, pp.20/21.

69.Viveiros, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão, cit.,v.III p.79.

70.Mensagem do governador Herculano Parga, 05/02/1916, p.11.

71.Revista da Associação Comercial, fev/1927, ano III, nº2. Navegação (s/p).

72.Lei nº1.066 de 17/04/1923; Lei nº1.184 de 22/04/1924, disposições gerais, art.13 §38; Lei nº1.228 de 06/04/1925, disposições gerais, art. 18 §10.

73.Diretoria da Associação Comercial. Ofício nº32, 01/02/1936.

74.Faoro, Raymundo. Os Donos do Poder, cit., v.2, p.437.

75.Para as discussões parlamentares sobre política de crédito e política fiscal relativas à agricultura de exportação ver Mello, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império, cit.

76.Jornal da Lavoura, 30/09/1876, ano 2, nº6, p.44.

77."... nos momentos de crise, as praças do Norte não contavam com o apoio que o governo imperial dispensou pressurosamente ao comércio do Rio em 1864 (quebra do Souto), 1875(falência Mauá) ou 1885 (Lei dos Sexagenários). Em todas estas ocasiões, o governo negou-se expressamente a estender às praças de província o benefício das medidas em favor dos bancos da Corte." Mello, Evaldo C. de, cit., p.110.

78.Jornal da Lavoura, 15/11/1875, ano 1, nº11. A Lavoura do Norte, pp. 89/91.

79.Sobre o discurso de Gomes de Castro ver Jornal da Lavoura, idem,pp. 91/93.

80.Idem, 30/08/1876, ano 2, nº4. Encerramento dos Trabalhos Legislativos, pp. 31 e 32.

81.O Paiz, 28/06/1886. Reunião do Comércio, pp. 2 e 3.

82.Comunicado citado in Viveiros, cit., v.II, p.523.

83.Relatório apresentado pelo Presidente da Província, dr. Luiz de Oliveira Lins e Vasconcellos à Assembléia Legislativa Provincial, 13/02/1880, p.36.

84. Anais da Assembléia Provincial de 1881. Requerimento da Companhia Progresso Agrícola, sessão de 07/03, p.47; parecer da Comissão de Orçamento, sessão de 17/03, p.72.

85. Lei nº1.340 de 17/05/1884, art.28.

86. Lei nº1.422 de 05/04/1888, art. 31.

87. Anais da Assembléia Provincial de 1888. Sessão de 15/03, intervenção do pe. Carvalho, p. 20.

88. Citado in Viveiros, Jerônimo de. O Engenho Central S. Pedro. Separata da Revista de Geografia e História, nº5, S. Luís, dez/1954, p.52.

89. Anais do Congresso do Estado do Maranhão de 1898. Requerimento da Companhia Progresso Agrícola, sessão de 20/02; parecer da Comissão de Fazenda e Orçamento, sessão de 29/03; aprovação do projeto de lei encaminhado pela Comissão, sessão de 28/04.

90. Anais da Assembléia Provincial de 1883. Requerimento de João Antonio Coqueiro, sessão de 09/03, p.51; parecer da Comissão de Orçamento, sessão de 12/03, pp. 96 e 97.

91. Lei nº1.393 de 12/06/1886, disposições gerais, art.20.

92. Anais da Assembléia Provincial de 1886. Sessão de 25/05, intervenção do deputado Francisco Carvalho, p.221.

93. Anais do Congresso do Estado do Maranhão de 1892. Sessão de 24/08.

94. Idem. 1895. Sessão de 22/03, intervenção do deputado Fênelon Souza.

95. Anais da Assembléia Provincial de 1888. Sessão de 03/08.

96. Sobre a tributação dos tecidos ver: Mensagem do vice-governador Alfredo da Cunha Martins, 22/02/1893, p.17; Lei nº91 de 28/09/1894, imposto de ind. e prof., observações; Lei nº121 de 04/05/1895, idem, ibid.; Lei nº188 de 20/04/1897, idem, ibid.; Lei nº298 de 16/04/1901 idem, ib; Lei nº393 de 28/04/1905, idem, ibid.; Mensagem do governador Benedito Leite, 07/02/1907; Diretoria da Associação Comercial, Ofício nº9 de 04/03/1907; Mensagem do governador Godofredo Viana, 06/03/1923.

97. Mensagem do governador Godofredo Viana, 06/03/1923, p.5.

98. Anais do Congresso do Estado de 1901. Pareceres aprovados, respectivamente, em 26/06 e 10/04.

99. Lei nº422 de 17/09/1906.

100. Lei nº1.121 de 09/05/1923, art.10 §18; Lei nº803 de 22/04/1918.

101. Lei nº1.121 de 09/05/1923, art.10 §17.

102. Lei nº770 de 26/04/1917, disposições gerais §34.

103. Revista da Associação Comercial, abril de 1926, ano 2, nº4. O Monopólio do Arroz, s/p.

104. Diretoria da Associação Comercial. Ofício nº34 de 24/07/1900.

105. Idem. Ofício nº48 de 28/07/1903.

106. Idem. Ofícios nº133 de 18/09/1901 e nº135 de 18/09/1901; nº19 de 08/04/1907.

107. Idem. Ofício nº180 de 01/10/1928.

108. Idem. Ofício nº85 de 06/06/1929.

- 109.Idem. Ofício nº160 de 05/09/1929.
- 110.Idem. Ofícios nº34 de 07/03/1929 e nº35 de 15/03/1929; Lei nº1.243 de 11/04/1925, art.2º.
- 111.Revista da Associação Comercial, novembro de 1926, ano 1, nº11.Ata da sessão da diretoria de 20/10/1926.
- 112.Idem, ano 3, nº4 e 5, abril e maio de 1927. A Aliança das Classes Conservadoras, s/p.
- 113.Idem, ano 3, nº8, agosto de 1927. A Renovação do Congresso Legislativo e da Câmara Municipal.
- 114.Idem, ano 2, nº12, dezembro de 1926. A Estabilização do Câmbio, s/p.
- 115.Diretoria da Associação Comercial. Ofício nº176 de 10/12/1931.
- 116.Idem. Ofício nº174 de 03/04/1937.
- 117.Idem. Ofício nº390 de 13/07/1937.

ESTADO E OLIGARQUIA: ALGUMAS CONCLUSÕES

A análise da oligarquia enquanto grupo político que se apropria do Estado e dos partidos e se fortalece na gestão da mediação entre instâncias de poder e entre interesses privados e o Estado, requer que se discuta uma noção corrente sobre a construção de estruturas políticas no Brasil: a identificação da "oligarquia" com grupos de interesses agrários.

O Estado oligárquico no Brasil tem sido tratado como a forma política que teve vigência no período da Primeira República, onde sobressaíam-se duas características: a) a estreita vinculação com interesses agroexportadores, a ponto da denominação "oligarquia" vir geralmente acompanhada do qualificativo "agrária"; b) uma determinada organização das instâncias de poder, cujo traço mais forte era a rede de favores envolvendo chefes municipais, governadores e o Executivo federal. Neste tipo de Estado, as relações entre clientelas, entendidas genericamente como relações em que alguém colocado em condição econômica ou politicamente privilegiada concede favores a outros inferiores em troca da sua obediência ("gratidão"), perpassam as principais formas de organização política. Trata-se, pois, de um sistema de dominação onde as relações pessoais são ainda muito fortes para a manutenção dos laços de subordinação.

Essas duas características gerais estão presentes em dois tipos diferentes de interpretação: uma que entende a rede de favores co-

mo hierarquicamente constituída dos coronéis locais ao Presidente da República, por níveis sucessivos de agregação de interesses; outra que analisa as ligações como sendo do Estado para os chefes locais.¹ Em ambas as interpretações, e, principalmente, por influência do estudo clássico de Victor Nunes Leal, Coronelismo, Enxada e Voto, os "coronéis", além da sua especificação enquanto atores, passam a indicar a existência de uma teia de compromissos, de um sistema. Na verdade, a definição dos elementos e as atribuições básicas dadas a cada um não diferem consideravelmente: sistema agroexportador, onde há uma grande concentração da riqueza, especialmente entre os proprietários rurais, que possui como organização política um sistema igualmente restrito, cuja abrangência continuava basicamente a atender atores sociais já definidos no período imperial (fazendeiros, grandes comerciantes, classe média tradicional). Nesse tipo de sistema haveria estreita relação entre poder econômico e poder político e pouco espaço para a discussão da autonomia do Estado. Mesmo um autor como Faoro, quando chega na Primeira República evita em identificar o "estamento burocrático". A questão passa diretamente pela percepção de que a propagação do clientelismo no aparelho do Estado era determinada por grupos cujos interesses giravam em torno da propriedade agrícola.

As análises sobre autonomia do Estado no Brasil concentraram-se no pós-30 e, posteriormente, no período imperial. Sérgio Buarque de Holanda, na sua excelente análise do funcionamento das instituições imperiais, concluiu: "A verdade é que o império dos fazendeiros, mas agora dos fazendeiros das áreas adiantadas, porque os outros vinham perdendo cada vez mais sua importância, só começa no Brasil, com a que

da do Império".² O que teria, então, acontecido com as áreas pouco desenvolvidas (a grande maioria), que não passavam por um bom momento no conjunto dos sistemas regionais de exportação? A resposta mais comum, quase intuitiva, se manteve na provável existência de vínculos mais estreitos ainda entre famílias com poder econômico e político assentado na posse da terra e o Estado, através do controle da representação política até os níveis mais altos do plano nacional. Mais recentemente, Simon Schwartzman chamou a atenção para a necessidade de distinguir o relacionamento que os principais atores sociais têm com o Estado, ou com a política, nas regiões em desenvolvimento e nas regiões tradicionais. Enquanto nestas últimas "o cargo público era algo para ter e gerir, para aumentar o prestígio e a riqueza do político - uma espécie de patrimônio pessoal", os outros "tinham seus próprios patrimônios e estavam interessados em controlar os mecanismos de decisão, em poder influenciar as ações governamentais no sentido de facilitar e ajudar na consecução de seus objetivos econômicos próprios e privados".³ Essa observação abre a possibilidade de discutir a natureza dos vínculos entre representação política e sociedade na Primeira República.

A nossa argumentação começou não encampando a noção de predomínio dos setores agrários no âmbito da estrutura econômica. O setor que representava o centro da acumulação não era o de proprietários rurais, e sim o de grandes comerciantes, que comandavam um sistema econômico sustentado pela combinação de atividades agrárias e urbanas. A diversificação de investimentos impediu que a crise econômica do final dos anos oitenta quebrasse o núcleo mais dinâmico, o grande empresariado comercial. Entre as duas últimas décadas do século XIX e o início

do século XX, os proprietários rurais arcarão com a maior parte do ônus da crise econômica. Em seguida, passamos para o problema da formação dos atores políticos no contexto da construção do Estado. Neste aspecto, ressalta a observação de que a disputa política no Maranhão veio perdendo, ainda na metade do século XIX, a característica de lutas entre famílias. Um setor especificamente político passou a controlar as instâncias de decisões (postos do Executivo, Legislativo e Judiciário) e organização (partidos). Apesar de atrelado socialmente aos grandes proprietários rurais e identificado com os valores de uma economia agrária de exportação, o "locus" de atuação desse grupo, suas relações com o aparelho do Estado e com o governo central, favoreceram a configuração de valores de identificação de grupo, que podem ser sintetizados no interesse em manter o monopólio das funções de mando. Assim, é no espaço da mediação entre instâncias do sistema de poder (governo central/Província, Estado/poder local) e entre interesses econômicos privados e o Estado, que o grupo político se movimenta, sedimenta interesses próprios e comanda o processo de oligarquização da política.

Delimitamos dois atores coletivos que são centrais para o entendimento do problema da atuação do Estado no Maranhão, a oligarquia política e a comunidade empresarial. As relações entre ambos se deram através de um modo de utilização do Estado, pois apesar deste não ter participação direta na exploração de atividades econômicas ou de serviços durante todo o período de meados do séc. XIX até a década de 1930, o seu poder de interferência indireta podia ser considerável, através da regulamentação e das concessões de favores. Em contrapartida, a oligarquia encontrava no empresariado a principal fonte de sustentação

financeira para o Estado, pela compra de títulos da dívida pública, em préstimos ao governo e a própria carga tributária para as atividades comerciais. É necessário frisar que enquanto grupo social o empresário mantinha relações de certa tensão com o Estado, de encontros e desencontros. A distinção entre setores economicamente dominante e politicamente dirigente acentua as possibilidades de atritos na mediação entre Sociedade e Estado. Em sua gênese, a distinção esteve presente desde a fase decisiva de construção da ordem imperial, do início do Segundo Reinado ao fim da "conciliação". Os grandes proprietários não viam os homens que comandavam os partidos e que tinham prestígio junto aos gabinetes ministeriais como representantes dos seus interesses. Eram relativamente constantes as queixas quanto ao posicionamento adotado pelos parlamentares e líderes políticos, acusados de defenderem mais os próprios interesses que acorrerem às necessidades da lavoura. Em termos de grupos sociais amplos, desde a configuração do setor de representação política nunca houve controle estreito sobre as decisões políticas. Algumas questões vitais, como a propriedade da terra, permaneceram intocáveis, mas os senhores rurais não detinham poder político coletivo baseado na posse de terras. A independência frente aos poderes do Estado continuava a ser exercida, e em processo de enfraquecimento, apenas no nível local, onde o padrão de liderança política praticamente não mudou e os "coronéis" continuaram a ser a principal referência da estrutura de poder. Coletivamente, os senhores rurais não tinham instrumentos para dominar o poder central.⁴ A crise econômica do final do séc. XIX, que foi particularmente aguda para os grandes plantadores, terminou fortalecendo a percepção do Estado como "negó -

cio", como enfatizou Simon Schwartzman, mas o determinante para tal padrão de relacionamento com os poderes públicos não foi a crise econômica prolongada, como parece supor o autor, e sim a própria forma de gestão dos atores políticos. A oligarquização do Estado é fruto de um determinado tipo de mediação política, num contexto em que a utilização privada do poder público, o patrimonialismo, é característica que remonta à ocupação colonial. Distinguindo-se dos grupos econômicos, os líderes da representação política fortaleceram a posição do Estado como terceiro elemento na discussão das orientações a serem adotadas. Em vez de uma situação onde existiria o controle monótono dos proprietários rurais sobre a economia e a política, encontramos uma situação de divisão de setores econômicos, com a supremacia de um empresariado urbano, e a organização de uma estrutura política em que as relações entre Estado e partidos dependem menos da vontade dos proprietários rurais que dos interesses próprios da oligarquia política.

É preciso indicar que a compreensão da formação da oligarquia como resultante das necessidades de organização da dominação política, e não meramente como prolongamento do poder local, permite a análise de crises definidas em seu próprio âmbito de atuação. A política oligárquica é instável, sujeita a processos variados de acomodações e acordos pessoais, decorrentes seja do acirramento da disputa pelas posições de mando, seja pelas ressonâncias que as modificações no plano do governo central podem causar nas situações estaduais. A vinculação genética com o governo central propiciou que, através dele, fossem resolvidos muitos dos impasses das disputas intra-oligárquicas. O poder

central para se estabelecer no processo de construção do Estado favoreceu a gestação de um setor político a ele vinculado, mas não propriamente subordinado. A história política do Maranhão, entre a afirmação do Império e a crise da Primeira República, não foi determinada a partir da disputa entre núcleos familiares, nem a oligarquia política foi o prolongamento dos interesses do poder central. A oligarquia, constituída através de requisitos políticos, viveu da mediação de interesses, do acesso aos benefícios do poder, guardando um âmbito de atuação próprio, que não acha explicação nem no domínio do localismo privatista, nem no domínio do estatismo.

As características da atuação da oligarquia estão marcadas pela utilização sem freios do clientelismo e de toda espécie de barganhas envolvendo os chefes políticos municipais, o empresariado comercial e as próprias instâncias da administração do Estado. Sempre dando em troca do apoio político ou da sustentação financeira o acesso aos benefícios que o Estado pode proporcionar, a oligarquia retém recursos de poder próprios, o que explica porque ela não "depende" dos coronéis municipais. Ao contrário, estes é que se encontram em posição inferior, para o que muito contribuiu a característica de manter as decisões políticas e os recursos financeiros concentrados centralizadamente. No âmbito da dominação regional, a oligarquia sempre defendeu posições de centralização política, nunca se deixando levar por noções de descentralização de cunho municipalista. A subordinação do município, como Nunes Leal já demonstrou, tornou-se desde cedo um dos esteios da política tradicional brasileira. Dependentes do Estado, com escassos recursos financeiros, muitas Câmaras continuaram a viver à sombra de che

fias locais. Entretanto, eram chefes com pouca capacidade de agregação de interesses, cujo raio de ação limitava-se mais ao plano municipal. Por outro lado, as relações de troca que se desenvolviam com o empresariado urbano também estavam marcadas pelo tratamento individualizado das questões. Isso porque não se tratava do estabelecimento de uma aliança entre oligarquia política e empresariado que desse sustentação ao Estado, mas apenas do tratamento privilegiado que alguns grandes empresários conseguiam nas suas relações com o poder público. A capacidade maior de agregação de interesses do comércio em relação aos agricultores vem desde o séc. XIX e foi apontada pelo único periódico especializado mantido por produtores de açúcar na década de 1870, mas as relações dos grandes comerciantes com o governo foram pontilhadas por momentos de desencontros, quando chegavam às vezes a pedir a intervenção do poder central para anular leis, decretos e orçamentos. Os motivos dos atritos giravam em torno da divisão da carga tributária, pois a oligarquia se pautava principalmente pelas necessidades sempre urgentes do Tesouro. Os problemas criados nas relações do Estado com os empresários, enquanto grupo social, eram resolvidos, ou amortecidos, com o tratamento particularizado aos focos de atrito. Assim, os grandes empresários ganhavam compensações setorializadas, como aconteceu com os seus investimentos industriais e com as inversões no setor de serviços, ou individualizadas, que perduravam por um longo período. A própria acumulação no âmbito da economia se desenvolveu num sistema de dependência de favores e facilidades fiscais que eram conseguidos através da oligarquia. Apesar desse entrelaçamento, os empresários durante a Primeira República, a exemplo dos proprietários rurais no Império,

e de maneira ainda mais forte, não viam os políticos da época como representantes dos seus interesses. O modo de atuação dos políticos continuava mais vinculado ao Estado que à Sociedade.

Torna-se necessário colocar, pelo menos em perspectiva ampla, a problemática da Revolução de 30 no conjunto da estrutura oligárquica. O tratamento deve ser feito, primeiro, em relação à natureza do processo que está na base das modificações políticas da década de 1930; segundo, e levando em conta a percepção geral do que aconteceu após o Estado Novo, em relação ao problema das continuidades e discontinuidades geradas no processo de transformações com respeito à categoria política "oligarquia".

Uma das dimensões da crise de 1930, como vimos no segundo capítulo, é que ela contém uma crise intra-oligárquica. Esta última, caracterizou-se inicialmente como um processo de renovação de lideranças e substituição de chefias dentro de um mesmo padrão de dominação. No entanto, a conjugação da renovação com outros ingredientes do quadro social e político, notadamente a insatisfação de camadas populares urbanas, propiciou um viveiro para que as facções sacrificadas no processo de fortalecimento de novas lideranças desenvolvessem um discurso "anti-oligárquico". Se o problema se resumisse a uma reorganização interna da oligarquia, a crise poderia, no máximo, comportar uma nova divisão de postos administrativos e de poder de nomeação ou acesso ao Estado. Não cabe, nessa suposição, propriamente discutir se com a intervenção do governo central ou por capacidade própria de articulação. A história mostrou que as crises internas foram decididas com a intervenção do governo central (1909) ou por negociação entre líderes regio-

nais (recomposição de 1892/97). Não podemos, entretanto, deixar de destacar que o quadro geral das relações entre estados e poder central foi determinante para o desenvolvimento dos processos. O poder central apenas em momento crucial para a definição dos marcos de sustentação no início da República abdicou da interferência nos conflitos intra-oligárquicos. Em pouco tempo, a relação voltaria a ser de interferência, muitas vezes direta, nos estados econômica e politicamente mais frágeis. A federação surgiu não por um acordo entre grupos oligárquicos regionais, e sim, por um acordo entre grupos oligárquicos regionais e o poder central. Essa consideração parece chave para o entendimento do processo político na Primeira República. A crise do modelo e a Revolução de 30 só podem ser compreendidas se fizermos referência tanto às questões postas na década de 1920 quanto ao quadro em que elas encontram resolução, como indicou Luciano Martins.⁵ Na década de vinte, provavelmente vários estados passavam por processos internos de renovação oligárquica, como indicam as dissidências e novas lideranças que surgem no período (Partido Democrático em S. Paulo, a "geração de 1907" no R.G. do Sul, etc.). O sistema oligárquico parecia ter que passar por um processo de aumento da competitividade, pois as dissidências e as pressões dos setores urbanos confluíam no combate ao controle manipulatório das eleições pelos partidos situacionistas. O "congelamento" da competição oligárquica, ou sua compressão em partidos cujas máquinas de clientelismo se confundiam com o Estado, dava mostras de ter poucas condições de absorver as novas dissensões oligárquicas. So-

me-se a isto, o descontentamento existente nos meios militares com o papel secundário que as forças armadas exerciam no conjunto do Estado

republicano e a insatisfação popular existente nas capitais. Os três problemas estão na base das transformações aceleradas pelos desdobramentos da Revolução de 30, especialmente a ordem autoritária instalada em 1937. No caso do Maranhão, o empresariado conheceu um período de fortalecimento dos interesses corporativos, ao mesmo tempo que respondeu favoravelmente aos apelos feitos pelo governo, tanto federal quanto regional, após a Revolução de 30, para um relacionamento direto mais intenso. Ambos, governo central e empresariado urbano, pareciam almejar um pacto que prescindisse da mediação da oligarquia, dos líderes políticos tradicionais. No entanto, logo que se desencadeou o episódio revolucionário, aconteceram atritos entre os interventores tenentes e o empresariado. Um problema antigo se recolocou como ponto central das divergências: a cobrança de impostos. Em período de redefinição do bolo tributário, os interventores requeriam que o empresariado continuasse sustentando financeiramente o Estado. A falta de acesso às decisões dos interventores levou o empresariado a defender a reconstitucionalização do País, mas, dando novas evidências de que as desconfianças com o antigo setor político perduravam, eles não participaram da reorganização partidária junto aos líderes da oligarquia, e sim articularam uma chapa própria para a Constituinte estadual. Posteriormente, em 1935, estourou uma crise entre os partidos que davam sustentação ao governador eleito, vindo, em sequência, a intervenção federal, a imposição por Vargas de um nome ligado ao governo central e a política que o novo chefe do Executivo estadual passou a imprimir no intuito de criar uma base de sustentação. A sustentação é buscada manobrando as correntes existentes, mas, principalmente, se aproximando do empre-

sariado e implementando a política social, que absorvia novas fontes de legitimidade para o poder político junto às camadas de trabalhadores urbanos.

Devemos passar para a segunda questão. Se a oligarquia se consolidou enquanto categoria política no exercício da mediação de interesses e sempre teve no controle dos principais postos representativos um dos seus fundamentais eixos de sustentação, o que aconteceria com o fechamento dos canais parlamentares? A oligarquia sucumbiria à corporativização da representação de interesses, em curso, controlada pelo Executivo central? A resposta para o problema deve levar em conta que a oligarquia ao se entrincheirar no comando da política, lançou raízes no Judiciário e nas secretarias do Executivo e também desenvolveu determinadas práticas, modos de vinculação entre setores sociais e o Estado. Uma questão sempre enfocada neste trabalho foi a utilização do clientelismo, através do poder público, em proveito político da oligarquia. Na verdade, um jogo de trocas em que ambas as partes ganhavam alguma coisa, salvo a importante ressalva que os chefes locais e o empresariado utilizavam muito dos seus bens particulares, enquanto a oligarquia utilizava os favores do Estado. Indiretamente, então, o Estado tornava-se importante tanto para a reprodução da dominação local, como para a reprodução do padrão de negócios desenvolvido pelo setor empresarial. De forma ampla, os trabalhadores urbanos também se mostrariam interessados em trocar apoio político por uma política setorial, passível de servir ao entricheiramento de interesses clientelísticos. As bases sociais do Estado se alargaram, como indicou Weffort na conceituação do "Estado de Compromisso", mas de uma maneira que a estrutura

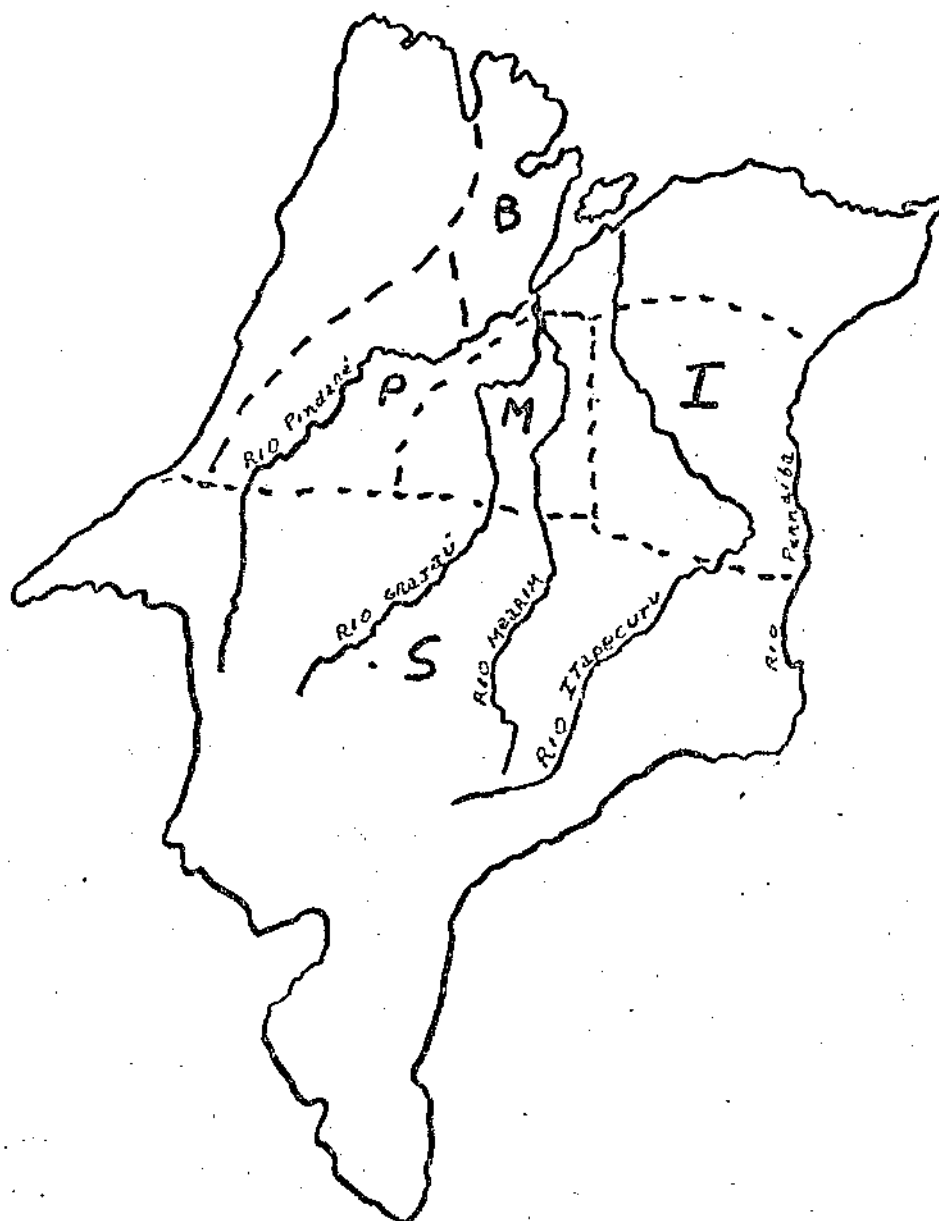
ra de representação de interesses dos atores fundamentais de uma ordem capitalista, empresários e trabalhadores, se deslocou para o corporativismo, e o processo de rearticulação partidária pós-Estado Novo surgiu ainda com maiores dificuldades para agenciar efetivamente interesses dos grupos sociais e não da oligarquia. Em suma, a oligarquia, que sempre guardou relações íntimas com o Estado, nunca foi um empecilho para o seu fortalecimento, de forma que estaria apta a ressurgir no comando do Estado ou, pelo menos, disputar a supremacia da influência política com as categorias vitoriosas no movimento de 30, especialmente as elites burocráticas e os militares.

N O T A S

1. Exemplos significativos dos dois tipos de interpretação são, respectivamente, Pereira de Queiróz, Maria Isaura. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Estudos. SP, Alfa-Omega, 1975(5ªed.) e Faoro, Raymundo. Os Donos do Poder, cit.
2. Holanda, Sérgio Buarque de. Do Império à República, cit., p.283.
3. Schwartzman, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro, cit., pp.103 e 104.
4. Esse aspecto da margem de independência do Estado frente aos proprietários rurais é destacado em Faoro, Raymundo. Os Donos do Poder, cit.; Holanda, Sérgio Buarque de. Do Império à República, cit.; Carvalho, José Murilo de. A Construção da Ordem, cit. e Teatro de Sombras, cit.
5. Martins, Luciano. A Revolução de 30 e seu Significado Político, cit.

A N E X O I

(Zonas Fisiográficas - século XIX)



B - Baixada

I - Itapeçu

M - Mearim

P - Pindaré

S - Sertão

A N E X O II

QUADRO I.

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO

ANOS	VOLUME (TON)	VALOR (MIL RÉIS)	ANOS	VOLUME (TON)	VALOR (MIL RÉIS)
1902	2.810,5	2.001:065\$	1921	2.260,6	2.763:707\$
1903	2.853,7	2.528:420\$	1922		4.567:230\$
1904	1.706,9	2.144:751\$	1923		5.950:530\$
1905	1.447,6	991:935\$	1924		5.074:492\$
1906	2.874,8	2.131:288\$	1925		1.340:772\$
1907	1.817,0	968:133\$	1926	18,7	552:104\$
1908	523,3	270:163\$	1927	2.450,0	6.418:401\$
1909	407,9	290:012\$	1928	2.352,2	6.977:521\$
1910	67,7	88:335\$	1929	3.133,1	8.363:019\$
1911	245,7	245:305\$	1930	4.419,8	7.940:477\$
1912	122,7	106:595\$	1931	4.710,7	10.088:749\$
1913	905,2	878:393\$	1932	4.193,1	12.866:077\$
1914	625,0	794:879\$	1933	4.856,3	13.646:180\$
1915	674,1	885:616\$	1934	6.599,5	16.375:749\$
1916	1.448,6	2.940:186\$	1935	6.496,8	20.533:354\$
1917	3.094,7	6.903:055\$	1936	5.491,6	16.897:047\$
1918	936,9	2.277:101\$	1937	7.009,1	17.644:815\$
1919	1.439,2	3.122:308\$	1938	5.272,2	12.454:981\$
1920	1.682,7	4.231:973\$	1939	4.196,7	10.009:215\$
			1940	1.184,3	3.326:996\$

FONTE: Departamento Estadual de Estatística, Maranhão 1948, p.113; Proposed Loan State of Maranhão Natioanl Archives/Banespa 83251 M32; Henrique Costa Fernandes, Administrações Maranhenses, pp.174/77; Mensagem do gov. Paulo Ramos, 9/09/1937; Relatórios do interventor federal ao Pres. da Rep. referentes às administrações de 1938, 1939, 1940.

QUADRO II EXPORTAÇÃO DE TECIDOS DE ALGODÃO

ANOS	VOLUME	VALOR (MIL RÉIS)	ANOS	VOLUME	VALOR (MIL RÉIS)
1902	-	2.211:438\$	1928	1.007,4 ton	8.257:409\$
1903	6.057.037 m	2.165:441\$	1929	1.087,2 ton	9.028:889\$
1914/15*	5.611.310 m	1.920:406\$	1930	786,6 ton	5.509:563\$
1915/16*	7.008.953 m	2.823:784\$	1931	874,9 ton	6.788:837\$
1916/17*	8.565.603 m	4.200:311\$	1932	1.272,7 ton	9.268:104\$
1917/18*	8.839.014 m	5.732:297\$	1933	8.796.278 m	8.717:518\$
1918/19*	4.215.936 m	3.884:028\$	1934	10.607.067 m	9.763:249\$
1922	-	5.466:250\$	1935	11.196.605 m	9.150:844\$
1923	-	6.734:772\$	1936	8.981.300 m	6.786:627\$
1924	-	10.237:136\$	1937	972,6 ton	8.108:881\$
1925	-	11.220:849\$	1938	805,3 ton	7.029:097\$
1926	1.003,1 ton	10.517:084\$	1939	1.120,0 ton	9.176:269\$
1927	1.187,9 ton	10.383:216\$	1940	1.098,0 ton	9.698:473\$

* ano financeiro (jul a jun)

FONTE: Mensagens do 3º vice-gov. em exercício, Alexandre Collares Moreira Jr., 28/02/1904; Relatório Carneiro de Freitas, p.21; Mensagem do gov. Paulo Ramos, 9/09/1937; Relatórios do interventor federal ao Pres. da Rep. referentes às administrações de 1938, 1939 e 1940.

QUADRO III

EXPORTAÇÃO DE ARROZ PILADO

ANOS	VOLUME(TON)	VALOR(MIL RÉIS)	ANOS	VOLUME(TON)	VALOR(MIL RÉIS)
1897	362,0	-	1925	-	5.862:653\$
1898	612,0	-	1926	2.064,6	1.713:446\$
1899	208,6	-	1927	3.208,8	1.685:582\$
1900	247,5	-	1928	9.779,8	7.425:396\$
1901	27,8	-	1929	7.336,1	4.853:073\$
1902	32,2	-	1930	6.121,6	2.558:484\$
1903	67,4	-	1931	5.758,8	1.922:787\$
1914	5.120,0	1.685:125\$	1932	3.411,7	1.796:207\$
1915	6.449,1	2.551:784\$	1933	2.702,4	1.755:016\$
1917	3.154,5	1.239:523\$	1934	4.548,7	2.783:925\$
1918	5.275,0	2.872:751\$	1935	4.190,9	1.926:605\$
1919*	1.236,6	941:554\$	1936	3.729,7	2.826:336\$
1920	1.682,7	2.841:040\$	1937	6.985,9	5.673:502\$
1922	-	1.257:357\$	1938	10.303,6	7.291:419\$
1923	-	602:036\$	1939	5.890,1	3.281:370\$
1924	-	2.641:989\$	1940	4.413,0	2.484:409\$

* apenas seis meses

FONTE: Departamento Estadual de Estatística, Maranhão 1948; Proposed Loan State of Maranhão National Archives/Banespa 83251 M32; Henrique Costa Fernandes, Administrações Maranhenses, pp.174/77; Mensagem do gov. Paulo Ramos, 9/09/1937; Relatórios do intervenor federal ao Pres. da Rep. referentes às administrações de 1938, 1939, 1940.

QUADRO IV

EXPORTAÇÃO DE AMÊNDOA DE BABAÇO

ANOS ⁽¹⁾	VOLUME(TON)	VALOR(MIL RÉIS)	ANOS	VOLUME(TON)	VALOR(MIL RÉIS)
1913/14	15,4	4:257\$	1928	18.529,8	13.603:773\$
1914/15	1.774,3	429:177\$	1929	10.308,4	6.140:618\$
1915/16	2.462,8	690:384\$	1930	15.943,2	7.843:643\$
1916/17	2.163,8	853:307\$	1931	20.103,8	9.250:367\$
1917/18	5.553,7	2.848:080\$	1932	15.921,3	7.021:630\$
1918/19	5.809,9	2.835:894\$	1933	7.503,0	3.624:332\$
1919/20	4.385,7	2.684:967\$	1934	8.185,8	4.172:707\$
1920/21	2.257,1	1.215:257\$	1935	19.800,0	14.445:619\$
1921/22	7.338,0	4.483:988\$	1936	31.983,8	33.128:061\$
1922/23	18.485,8	14.025:260\$	1937	22.095,1	31.423:696\$
1923	28.279,5	21.740:328\$	1938	34.313,3	33.568:555\$
1924	13.700,9	10.400:854\$	1939	51.515,8	51.014:640\$
1925	10.616,0	8.250:000\$	1940	41.353,5	39.455:313\$
1926	18.967,3	11.781:215\$	1941	41.041,5	52.155:505\$
1927	21.283,1	14.512:324\$	1942	30.575,4	59.857:954\$

(1) anos duplos referem-se ao exercício financeiro de julho a junho.

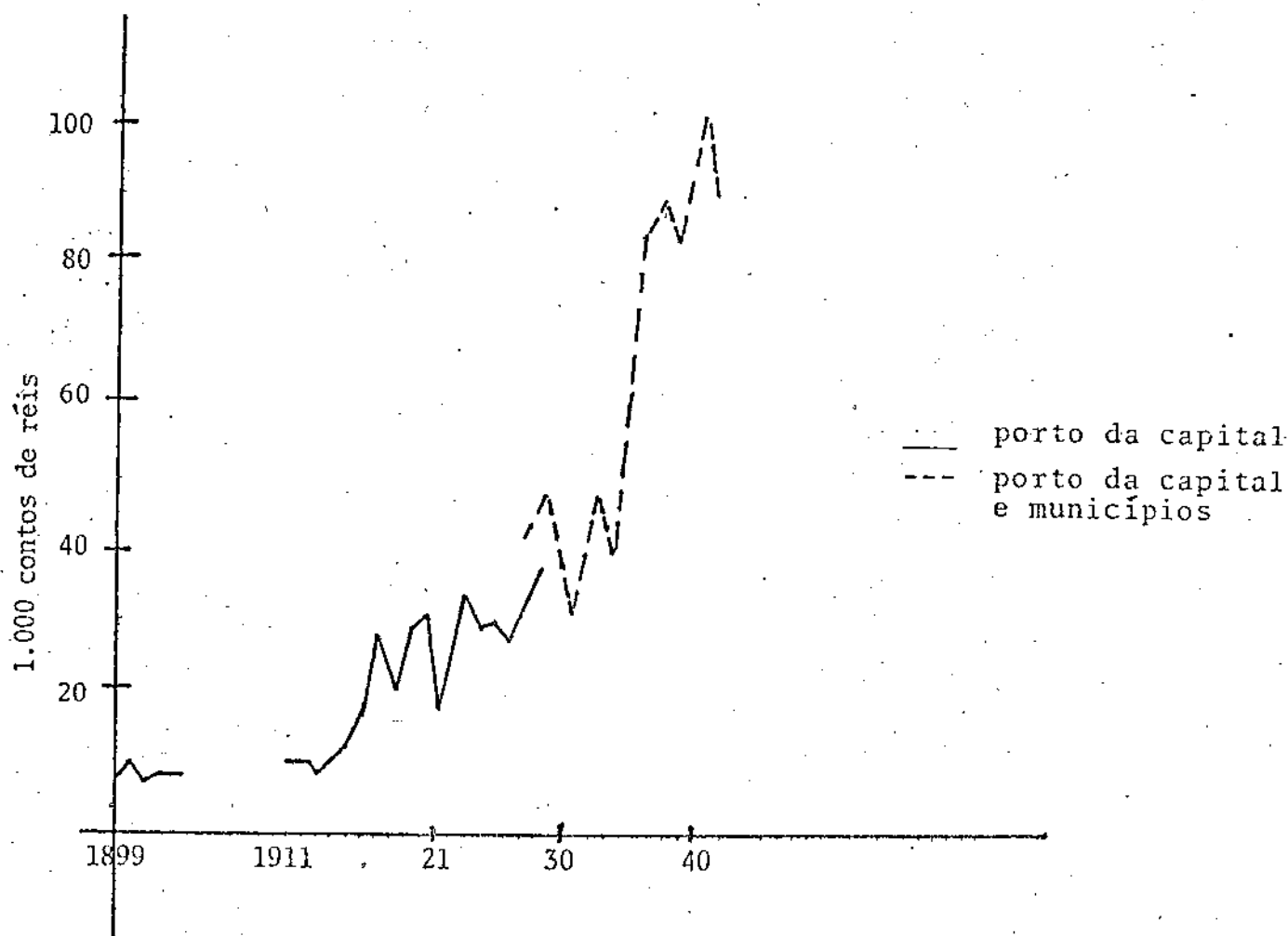
FONTE: Mensagem do gov. Godofredo Viana, 5/02/1925, p.28; Henrique Costa Fernandes, Administrações Maranhenses, p.190; Mensagem do gov. Paulo Ramos, 9/09/1937; Departamento Estadual de Estatística, Maranhão 1948, p.137.

A N E X O III
E X P O R T A Ç Ã O G E R A L
(valor em mil réis)

1899 - 8.847:577\$	1918 - 20.414:879\$	1928 - 48.828:756\$
1900 - 10.067:828\$	1919 - 29.810:203\$	1929 - 40.534:605\$
1901 - 7.494:328\$	1920 - 30.605:902\$	1930 - 31.954:468\$
1902 - 8.967:977\$	1921 - 18.523:105\$	1931 - 38.035:812\$
1903 - 8.404:179\$	1922 - 26.476:131\$	1932 - 46.023:896\$
1911 - 10.947:991\$	1923 - 34.907:121\$	1933 - 40.962:164\$
1912 - 10.802:577\$	1924 - 29.222:359\$	1934 - 43.546:542\$
1913 - 8.900:305\$	1925 - 30.905:458\$	1935 - 63.252:971\$
1914 - 10.846:487\$	1926 - 27.890:169\$	1936 - 82.872:800\$
1915 - 11.358:722\$	1927 - 32.432:120\$	1937 - 87.942:664\$
1916 - 17.287:932\$	1928 - 37.330:225\$	1938 - 82.211:888\$
1917 - 28.215:732\$	* 1927 - 42.826:678\$	1939 - 101.675:820\$
		1940 - 89.259:833\$

* deste ano em diante os valores incluem a exportação direta pelos municípios.

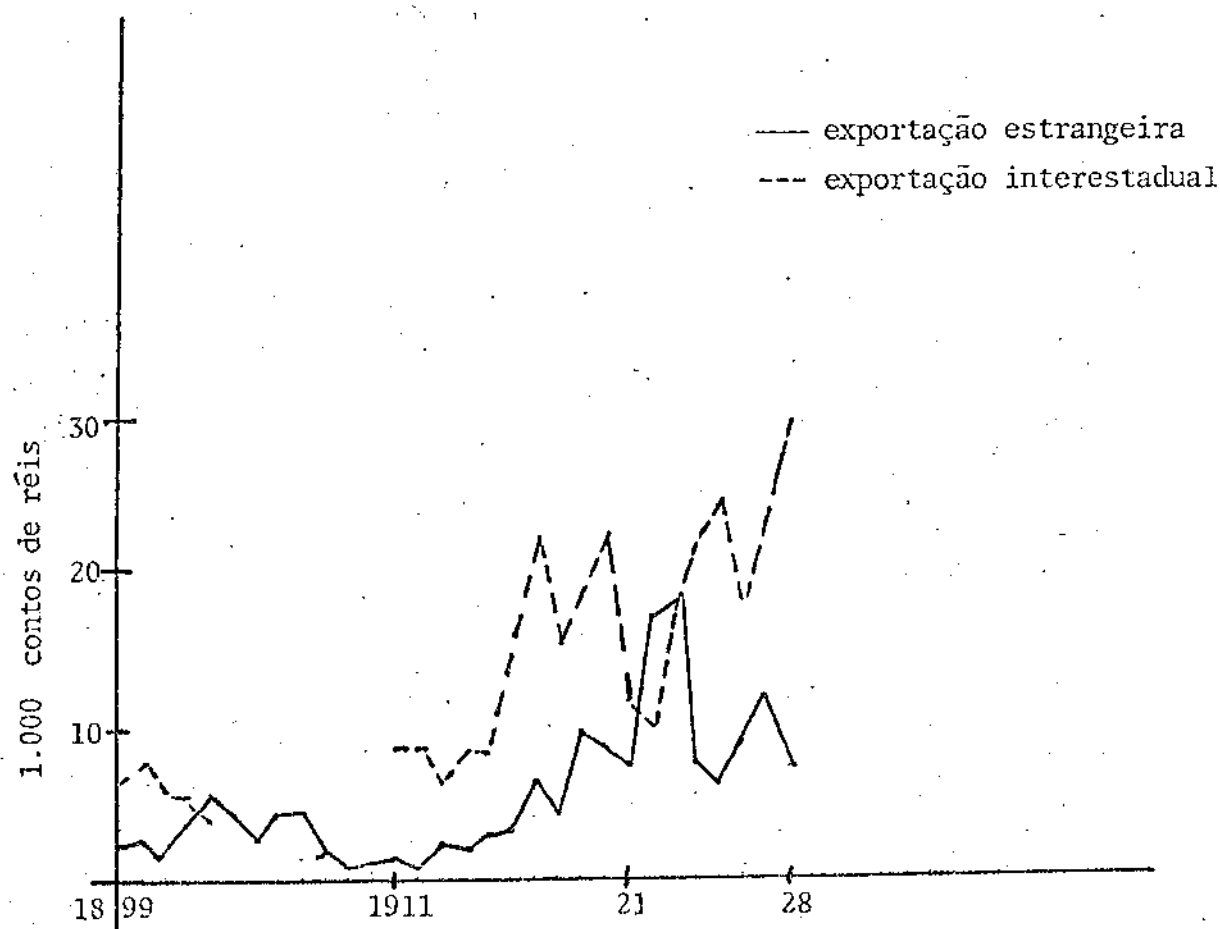
FONTE: Relatório do secretário de fazenda, Carneiro de Freitas, para o exercício financeiro 1917/18, p.144; Proposed Loan State of Maranhão, National Archives/ Banespa 83251 M32; Mensagem do gov. Godofredo Viana em 5/02/1925; Costa Fernandes, Henrique, Administrações Maranhenses; Mensagem do gov. Paulo Ramos em 9/09/1939; Relatórios do interventor federal ao Presidente da República, referentes às administrações de 1937, 1938, 1939 e 1940.



A N E X O IV

EXPORTAÇÃO ESTRANGEIRA (valor em mil réis)		EXPORTAÇÃO INTERESTADUAL (valor em mil réis)	
1899 - 2.348:111\$	1914 - 2.296:565\$	1899 - 6.549:460\$	1917 - 22.135:732\$
1900 - 2.654:961\$	1915 - 2.538:337\$	1900 - 7.412:867\$	1918 - 15.734:879\$
1901 - 1.894:830\$	1916 - 3.580:599\$	1901 - 5.599:498\$	1919 - 19.016:203\$
1902 - 3.930:228\$	1917 - 6.080:456\$	1902 - 5.552:121\$	1920 - 22.235:902\$
1903 - 5.209:446\$	1918 - 4.680:000\$	1903 - 4.982:103\$	1921 - 11.173:034\$
1904 - 4.111:612\$	1919 - 10.794:000\$	1911 - 9.229:000\$	1922 - 10.460:060\$
1905 - 2.558:905\$	1920 - 8.370:000\$	1912 - 9.208:000\$	1923 - 19.219:502\$
1906 - 3.957:096\$	1921 - 7.350:071\$	1913 - 6.308:000\$	1924 - 21.842:949\$
1907 - 4.094:086\$	1922 - 16.007:071\$	1914 - 8.549:922\$	1925 - 24.016:597\$
1908 - 2.002:393\$	1923 - 18.677:619\$	1915 - 8.820:385\$	1926 - 18.202:578\$
1909 - 1.617:224\$	1924 - 7.379:410\$	1916 - 13.707:333\$	1927 - 21.424:883\$
1910 - 1.683:906\$	1925 - 6.888:861\$		1928 - 29.482:076\$
1911 - 1.718:991\$	1926 - 9.687:591\$		
1912 - 1.594:577\$	1927 - 11.007:244\$		
1913 - 2.592:305\$	1928 - 7.848:149\$		

FONTE: Relatório Carneiro de Freitas, p.144; Fran Paxeco, Geografia do Maranhão; Proposed Loan State of Maranhão, National Archives/Banespa 83251 M32; Mensagem do gov. Godofredo Mendes Viana em 5/02/1925; Henrique Costa Fernandes, Administrações Maranhenses; Mensagem do gov. Magalhães de Almeida em 5/02/1930.



SENADORES DO IMPÉRIO

N. O M E	FORMAÇÃO	CARGO OU FUNÇÃO	CARGO ELETIVO	COMBES E R V A Ç A O
João Inácio da Cunha	Coimbra/Direito/1806	Juiz de Órfãos Desembarg./BA	Senado:1826/34	Ministro do Império e Justiça:1829 Justiça:1831 Conselheiro Honorário do Estado Barão e Visconde de Alcântara
Patrício José de Almeida e Silva	Coimbra/Direito/1800	Membro 1º Cons. Provincial/MA 1825	Senado:1826/48	
Antônio Pedro da Costa Ferreira	Coimbra/Direito/1803	Membro Conselho Provincial/MA 1825	Dep.Geral:1830/33 1834 Senado:1834/60	Presidente Província/MA:1834 Barão do Pindaré
Joaquim Mariano Franco de Sá	Olinda/Direito/1832	Juiz Direito da Comarca da Capi- tal e da Comar- ca de Alcântara Secret.daPresid. da Província Vice-Presid. da Prov.MA:1836	Dep.Geral:1841/49	Presidente das Províncias da Paraíba e do Maranhão Desembarg.do Tribunal da Relação Mara- nhense
Ângelo Carlos Muniz		Delegado Políc. Suplente Juiz Municipal	Dep.Provinc.44/45 1846/47 Senado:1852/63 Vereador Alcânt. Dep.Provinc. Senado:1852/57	
Jerônimo José de Viveiros		Juiz Direito, In- terino Comarca de Alcântara		
Joaquim Vieira da Silva e Sousa	Coimbra/Direito/1822	Juiz de Fora de São Luís Desembargador/MA	Dep. Geral:34/37 1838/41 Senado:1860/64	Ministro do Império e da Marinha:1865 Ministro Sup.Tribunal de Justiça:1864 Conselheiro de Estado
João Pedro Dias Vieira	S.Paulo/Direito/1841	Promotor Público Procurador Fiscal do Tesouro Dir.Geral das Ter- ras Públicas	Dep. Geral:57/60 1861/64 Senado:1861/70	Vice-Presidente da Província do MA:58/63 Presidente Provínc.Amazonas:1856/57 Ministro da Marinha e dos Estrangeiros:64 Ministro dos Estrangeiros:1865
Antonio Marcelino Nunes Gonçalves	Olinda/Direito/1845	Juiz Municipal Juiz de Direito	Dep.Provincial: 48/49,50/51,52/55 Dep.Geral:1864/67 Senado:1865/89	Presidente das Províncias de PE,CE,RN,AL Visconde de S.Luís

N O M E	FORMAÇÃO	- CARGO OU FUNÇÃO	CARGO ELETIVO	O B S E R V A Ç A O
Francisco José Furtado	São Paulo Direito 1839	Juiz Municipal(Caxias)	Dep.Provinc.43/44 Dep.Geral:1848/51 " " 1861/63 Senado:1864/70	Presidente da Província do Amazonas:57/59 Ministro da Justiça:1862 Presidente do Conselho de Ministros e Minis- tro da Justiça:1864
Cândido Mendes de Almeida	Olinda Direito 1839	Promotor Público Secretário Governo	Dep.Provinc. Dep.Geral:42/45, 53/56, 57/60, 69/71 Senado:1871/81	
Luiz Antonio Vieira da Silva	Heldberg Direito 1854	Secretário Governo:54/57	Dep.Provinc.1860 Dep.Geral:61/63, 67/70, 70/73 Senado:1871/89	Presidente da Província do Piaui:1869/70 Presidente Prov.MA:jan.a fev./1876 Ministro da Marinha:1888 Visconde de Vieira da Silva
Felipe Franco de Sá	Recife Direito 1864	Promotor Público da Capi- tal	Dep.Provinc.66/67 Dep.Geral:1878/81 " 1881/82 Senado:1882/89	Ministro dos Estrangeiros:1882 Ministro da Guerra (Lafayette) Ministro do Império(Ouro Preto) Membro do Conselho do Estado

FONTE: dados extraídos de:Milson Coutinho, O Maranhão no Senado e Antonio Henriques Leal, Pantheon Maranhense.

A N E X O VI.

(OCUPAÇÃO DOS DEPUTADOS GERAIS - IMPÉRIO)

LEGISL./OCUPAÇÃO	MAGISTRADO	ADVOGADO	FAZ/COM	MÉDICO	FUNC.PÚBLICO	JORNALISTA	SEM ESP.	OUTROS
1º (1826/24)		1				1	2	
2º (1830/33)	1	1				1	1	
3º (1834/37)	1	2				1		
4º (1838/41)	1	1				1		1(1)
5º (1843/44)	3	1					1	
6º (1845/47)	3	1						
7º (1848)	2	1	1					
8º (1850/52)	3	4						
9º (1853/56)	2	3					1	
10º (1857/60)	1	2					1	
11º (1861/64)	2	3						2(2)
12º (1864/66)	3	1		1				1(3)
13º (1867/68)		5	1					1(4)
14º (1869/71)		4	1	1				1
15º (1871/75)	1	2		1	1			
16º (1878)		4	1	1	2			1(5)
17º (1878/81)		3						
18º (1881/84)		5		1				
19º (1885)		4		2				
20º (1886/89)		4		1			1	
TOTAL	22	52	5	8	3	3	7	6

FONTE: Barão de Javari, Organização e Programas Ministeriais. obs: com correções na 11ª e 12ª legislaturas.

NOTAS: (1) padre
(2) doutores em matemática
(3) doutor em matemática
(4) idem
(5) prof. de Direito

A N E X O VII

(DEPUTADOS FEDERAIS 1891/1929)

DEPUTADOS/LEGISLATURAS	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º
Costa Rodrigues	x	x				x	x	x					
Custódio Alves	x												
Casemiro Dias Vieira	x	x											
Benedito Leite	x	x											
Luiz Domingues	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x		
Christino Cruz	x	x		x	x	x	x	x					
José Francisco de Viçeiros			x										
Antonio Eduardo de Berredo		x	x										
Gustavo Collaço Veras		x	x										
Urbano Santos			x	x	x								
José Rodrigues Fernandes	x		x	x	x								
Guedelha Mourão			x	x	x								
José Eusébio de Oliveira				x	x	x							
Alfredo da Cunha Martins				x									
Manuel Inácio Dias Vieira					x								
Agripino Azevedo						x	x	x	x	x	x	x	x
Francisco da Cunha Machado						x	x	x	x	x	x		
Dunshee de Abranches						x	x	x	x				
Artur Q. Collares Moreira								x	x	x	x	x	
Coelho Neto							x	x	x				
Luiz Carvalho									x				
Herculano Parga										x			
Marcelino Machado										x	x	x	
José Barreto										x	x	x	
Magalhães de Almeida											x	x	
Raul da Cunha Machado												x	x
Costa Fernandes													x
Clodomir Cardoso													x
Viriato Correia												x	x
Domingos Barbosa												x	x
Ilumberto de Campos													x

FONTE: Dunshee de Abranches, Governos e Congressos da República
Diário Oficial do Estado do Maranhão.

A N E X O VIII

SENADORES DA REPÚBLICA

N O M E	FORMAÇÃO	C A R G O OU FUNÇÃO	C A R G O E S
João Pedro Belfort Vieira	S. Paulo Direito 1868 Militar	Juiz Substituto Procurador Geral de Órfãos	CARGO ELETIVO Senado:1890/97 Ministro do Supremo Tribunal Federal:1897
Francisco Manuel da Cunha Jr.	Recife Direito 1861	Juiz de Direito Desembargador do Pará:87	Presidente da Província do Piauí:1879
José Secundino Lopes Comensoro	Recife Direito 1861	Promotor Público, Alcântara: 1862/64	Deputado Provincial em 1862 Deputado Geral em sete legislaturas:entre 1867 e 1889. Presidente das Províncias do PI (1861), MA(1873)
Augusto Olímpio Gomes de Castro	Recife Direito 1861	Promotor Público	
Benetido Pereira Leite	Recife Direito 1882	Inspetor do Tesouro Público	Dep. Estadual:1895 a 97 e 1898/1900 Dep. Federal:1892/93 e 1894/96 Senado:1896/1906 Governador:1906/09
Manuel Inácio Belfort Vieira	Rio Escola Naval	Promotor Público Juiz Municipal Inspetor do Tesouro Público	Dep. Constituinte AM: 1890 Governador MA:1892/ 1897 Dep. Federal:1897/1900, 1900/03, 1903/06 Senado:1906/14 Governador:1918/22 Vice-Governador:1902/06 Senado:1909/1910
Urbano Santos	Recife Direito 1882	Promotor Público Juiz Municipal Juiz de Direito	Governador MA, nomeado em 25. jul a 28 out. 189 Ministro da Marinha (Hermes da Fonseca)
Alexandre Collares Moreira Jr.			Vice-Presidente da República:1914/18 Ministro da Justiça (Delfim Moreira)
			Prefeito de S. Luís:1897/1900, 1906/09, 1913/16.

N O M E F O R M A Ç ã O C A R G O O U F U N Ç ã O C A R G O E L E T I V O O B S E R V A Ç Õ E S

José Eusébio deOliveira	Recife Direito 1981	Procurador Geral do Estado	dep.estadual:1906/09, 10/13, 14/16, 16/18. dep.federal: 1900/02, 1903/05, 1906/08. Senado:1909/18, 18/25	
Fernando Mendes de Almeida	São Paulo Direito 1879		Senado:1910/11, 12/21 Diretor do Jornal do Brasil	
Manuel Bernardino da Costa Rodrigues	Bahia Medicina 1875		Dep.federal:1891/93, 1894/97,1906/09,09/12 Senado:1915/24,24/29 Vice-Pres. Província (MA).	
Godofredo Mendes Viana	Bahia Direito 1903	Promotor Público Juiz Municipal Juiz Federal	Senado:1921/22,26/27, 1927/30. Governador: 1922/26	
Francisco da Cunha Machado	Recife Direito 1881	Promotor Público Juiz Municipal Desemb. STJ MA	Dep.federal:1904/06; 06/09,09/12,12/15,15/18 Foi 2º vice-governador(1910/14) Senado: 1923/30.	
José Maria Magalhães de Almeida.	Oficial da Armada		Dep.federal:1921/23, 24/26, 27/29. Senado: 1925/26 Governador: 1926/30.	
Antônio Brício de Araújo			Dep.estadual:1904/06, 13/15,19/21,22/24,28/30 Senado: 1929/30.	Foi vice-governador (1914/18).

FONTE: Dados extraídos de MilsonCoutinho, O Maranhão no Senado e Dunshee de Abranches, Governos e Congressos da República (1889/1917).

B I B L I O G R A F I AFONTES PRIMÁRIAS

Anais da Assembléia Legislativa Provincial (1880/1889)
Anais do Congresso do Estado do Maranhão (1892/1900)
Coleção de Leis e Decretos da Província do Maranhão
Coleção de Leis e Decretos do Estado do Maranhão
Diário Oficial do Estado do Maranhão
Mensagens, Relatórios e Falas de Presidentes da Província do Maranhão
Mensagens de Governadores do Estado do Maranhão
Ofícios Expedidos pela Diretoria da Associação Comercial do Maranhão

JORNAIS E REVISTAS

Jornal da Lavoura
Diário do Maranhão
O Paiz
Pacotilha
O Federalista
O Imparcial
O Combate
Tribuna
Diário do Norte
Revista da Associação Comercial

LIVROS E ARTIGOS

- ABRANCHES, Dunshee de. Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889/1917). SP, s/ed., 1918.
- CALDEIRA, José de Ribamar C. As Interventorias Estaduais no Maranhão. Dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, 1981, mimeo.
- _____. Origens da Indústria no Sistema Agro-Exportador Maranhense 1875/1895. Tese de doutoramento USP/Dep. de Sociologia, 1988 mimeo.
- CANO, Wilson. Origens da Concentração Industrial em S. Paulo. SP, T.A. Queiróz Editores, 1981 (2ªed.)
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. O Processo Político-Partidário na Primeira República in MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil Em Perspectiva. SP, Difel, 1978 (10ªed.)
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales in FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. v.8. SP, Difel, 1985 (4ªed.)
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. SP, Brasiliense 1984 (3ªed.)
- CARONE, Edgar. A República Velha I (Instituições e Classes Sociais). SP, Difel, 1978 (4ªed.)
- _____. A República Velha II (Evolução Política). SP, Difel, 1983 (4ªed.)

CARREIRA, Liberato de Castro. História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil. RJ, Imprensa Nacional, 1889.

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial. Brasília, UNB, 1981.

_____. Teatro de Sombras. A Política Imperial. SP, Vértice; RJ Iuperj, 1987.

_____. As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador in FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira, v.9. SP, Difel, 1985 (3ªed.)

CAVALCANTI, Amaro. Regime Federativo e a República Brasileira. Brasília, UNB, Coleção Temas Brasileiros, 1983.

COLLARES MOREIRA, Arthur Quadros. Gomes de Castro, Benedito Leite e Urbano Santos. RJ, Jornal do Comércio, 1939.

COSTA FERNANDES, Henrique. Administrações Maranhenses (1822/1929). S.Luís, Imprensa Oficial, 1929.

DINO, Nicolau. O Visconde de Vieira da Silva. S.Luís, s/ed., 1974.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. História e Historiografia. SP, Brasiliense, 1986 (10ªed.).

_____. Estado, Classe Trabalhadora e Burguesia Industrial (1920/1945): Uma Revisão in Novos Estudos Cebrap, nº20, março/1988

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Porto Alegre, Globo, 1979 (5ªed.)

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. Compêndio Histórico-Político dos Principípios da Lavoura do Maranhão. RJ, Livros do Mundo Inteiro, 1970, edição fac-similar.

HENRIQUES LEAL, Antonio. Pantheon Maranhense, v.I. . RJ, Ed. Alhambra 1987 (2ªed.).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. História Geral da Civilização Brasileira, v.7. SP, Difel, 1983 (3ªed.).

IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política (1848/1868) in Holanda, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira, v.5 . SP - Difel, 1985 (3ªed.).

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador. SP, Ática, 1977.

LACOMBE, Américo Jacobina. Afonso Pena e Sua Época. RJ, José Olympio, 1986.

LAGE DE RESENDE, Maria Efigênia. Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo PRM (1889/1906). Belo Horizonte, UFMG/PROCD, 1982.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. SP, Alfa-Omega, 1975 (5ªed.).

LISBOA, João Francisco. Partidos e Eleições no Maranhão in Rocha, Hildon (org.). Crônica Política do Império (João Francisco Lisboa). RJ Francisco Alves; Brasília, INL, 1984

LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930 SP, Perspectiva, 1975.

_____. A Locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira (1889/1937). RJ, Paz e Terra, 1982.

MACHADO, Marcelino R. Na Democracia de Mentira. RJ, Imprensa Oficial.

MARQUES, César A. Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão. RJ, Ed. Fon-Fon, 1970.

MARTINS, Luciano. A Revolução de 30 e Seu Significado Político in A Revolução de 1930 - Seminário Internacional (CPDOC). Brasília, UNB 1982.

MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. S.Luís, Ed. da Fundação Cultural do Maranhão, 1980 (2ªed.).

MELLO, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império. RJ, Nova Fronteira; Brasília, INL, 1984.

MESQUITA, Francisco de Assis Leal. Vida e Morte da Economia Algodoeira no Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão 1850/1890. Dissertação de mestrado, PIMES/YFPE, Recife, 1984 mimeo.

PALHANO, Raimundo. Coisa Pública. Serviços e Cidadania. S.Luís, IPES 1988.

PEREIRA DE QUEIRÓZ, Maria Isaura. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Estudos. SP, Alfa-Omega, 1975 (5ªed.).

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão (1850/1888). S.Luís, Sioge, 1990.

RIBEIRO DO AMARAL, José. Ephemérides Maranhenses. S.Luís, Typogravura Teixeira, 1923.

SAES, Décio. Classe Média e Sistema Político no Brasil. T.A. Queiróz Editores, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro. RJ, Campus, 1982 (2ªed.).

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. RJ, Paz e Terra, 1978 (2ªed.).

VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão. S.Luís, Edição da Associação Comercial, 1964, 3 vols.

_____. O Engenho Central S.Pedro. Separata da Revista de Geografia e História, nº5, S.Luís, dez/1954.

_____. Benedito Leite, um verdadeiro republicano. s/ed., 1957.

WEBER, Max. Economia y Sociedad. México, Fundo de Cultura Economica, 1984 (7ªed.).

_____. A Política Como Vocação in GERTH, H. e MILLS, C.W.(org) Max Weber: Ensaio de Sociologia. RJ, Zahar, 1982 (5ªed.).

WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. RJ, Paz e Terra, 1980.

WIRTH, John D. O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira (1889/1937). RJ, Paz e Terra, 1982.